

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

NATASCHA ENRICH DE CASTRO

POLITICAMENTE VIVOS?

Uma mirada sobre as disputas narrativas a respeito do desaparecimento forçado dos 43 estudantes de Ayotzinapa, México

Niterói

2017

NATASCHA ENRICH DE CASTRO

POLITICAMENTE VIVOS?

Uma mirada sobre as disputas narrativas a respeito do desaparecimento forçado dos 43 estudantes de Ayotzinapa, México

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Fernando Resende

Niterói

2017

C355 Castro, Natascha Enrich de.
Politicamente vivos? Uma mirada sobre as disputas narrativas a respeito do desaparecimento forçado dos 43 estudantes de Ayotzinapa, México / Natascha Enrich de Castro. – 2017.
152 f. ; il.
Orientador: Fernando Resende.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de Estudos Culturais e Mídia, 2017.

Bibliografia: f. 146-152.

1. Ayotzinapa (México). 2. Tráfico de drogas. 3. Jornalismo. 4. Narrativa (Retórica). 5. Pessoas desaparecidas. I. Resende, Fernando. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de

NATASCHA ENRICH DE CASTRO

POLITICAMENTE VIVOS?

UMA MIRADA SOBRE AS DISPUTAS NARRATIVAS A RESPEITO DO
DESAPARECIMENTO FORÇADO DOS 43 ESTUDANTES DE AYOTZINAPA, MÉXICO

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Comunicação da Universidade
Federal Fluminense como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em Comunicação.**

Niterói, 26 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Resende - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Adriana Vianna
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Flora Daemon
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Maurício de Bragança
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTO

Chego ao final destes dois anos de mestrado e penso estar, em muitos sentidos, exatamente igual ao começo: acompanhada. Por ideias, por sonhos, por desejos, por dúvidas, por amigos, por familiares, por companheiros. Mas a verdade é que em muitos sentidos tudo parece ter mudado desde 2015. O país já não é o país. Fomos abatidos por um golpe disfarçado de impeachment, tivemos diversas conquistas políticas e sociais congeladas e enterradas e nos comportamos como uma população que se apresenta ora perplexa, ora desesperançada, ora raivosa. Impossível viver neste momento histórico sem se implicar. Foram dois anos conturbados e foi necessário transformar incertezas, desesperança e raiva em algo produtivo. Equilibrar revolta e disciplina, tristeza e dedicação, tentando sempre responder se faz sentido, e se este é o momento certo para dedicar tempo e trabalho em uma dissertação de mestrado. Ainda não sei responder essa pergunta. Ainda não consigo me sentir satisfeita com meu papel como ser político neste momento. O que sei, com absoluta certeza, é que não trilhei este caminho sozinha, por isso, sou grata.

Gostaria de agradecer a meu orientador, Fernando Resende, por abrir as portas e me acompanhar nesta passagem pela Universidade Federal Fluminense e pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Também queria agradecer à professora Thaianne de Oliveira pela disponibilidade para presidir a banca de defesa. Obrigada também a todos que participaram do Laboratório de Experimentação e Pesquisa de Narrativas da Mídia (LAN) nesses dois anos e com quem tive o prazer de trocar e pensar junto, em especial gostaria de agradecer à Gabriela Chaves de Farias, Roberto Robalinho, Ana Claudia Peres e Diego Amaral.

Também preciso agradecer ao PPGCOM e a todos que trabalham lá e, de uma maneira ou outra, lutam pela Universidade Pública. Esta passagem pela pós-graduação reforçou, para mim, a noção da importância de construir uma educação pública, gratuita e de qualidade e a necessidade de ampliar cada vez mais as portas desses lugares para que a universidade pública tenha cara de povo, para que seja um lugar de luta, de pesquisa que muda a vida, de oportunidades. Neste sentido, agradeço a todos os funcionários e professores do Programa com quem pude conviver e trabalhar, especialmente à coordenação, encabeçada pelo professor Marco Roxo, e aos funcionários Luciana Barcelos e Nilson por toda ajuda e paciência nestes dois anos.

Pelas contribuições que ajudaram a fazer desta dissertação o que ela é hoje, agradeço aos professores Mohammed ElHajji, Fernando Gonçalves e Kleber Mendonça e às professoras Beatriz Polivanov e Letícia Matheus. Pela ajuda com o material de pesquisa agradeço também ao amigo Tiago Cortinaz. Pelo financiamento que tornou esta pesquisa possível, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e (como salienta a querida amiga Raquel Reis) ao trabalhador brasileiro. Entendo que as dificuldades financeiras enfrentadas pelas universidades brasileiras colocam em dúvida o futuro deste tipo de financiamento estudantil, neste sentido, a luta por uma universidade popular, gratuita e de

qualidade recobra força. É importante considerar a diversidade dos estudantes e de suas condições para que a universidade possa um dia vir a ser mais plural e democrática.

Ao professor Maurício de Bragança, por ter contribuído tanto com esta dissertação durante o exame de qualificação e, agora, por fazer parte da banca de defesa. Obrigada por aceitar o convite e ajudar tanto na produção desta pesquisa.

À professora Adriana Vianna, por ter me dado a honra de tê-la como membro da banca de defesa. É um prazer poder trocar com alguém a quem admiro e respeito.

À professora Flora Daemon, que me acompanha desde o começo do mestrado e cujas contribuições foram fundamentais para cada etapa deste processo, desde as aulas de metodologia, passando pela qualificação, pelas mesas de bar, a companhia na incursão mexicana e agora, finalmente, na banca de defesa. Obrigada também por me mostrar que outra universidade é possível (e necessária) e ser, constantemente, agente político dessa disputa.

Um gracias muito grande também aos meus pais, Laura Enrich de Castro e Aljones de Castro. Se a conclusão deste mestrado é uma conquista, ela definitivamente é de vocês tanto quanto minha. Sei que a pesquisa e as reflexões que aqui se vislumbram certamente começaram no sofá de casa, nos debates aguerridos e na vontade conjunta de pensar outros mundos possíveis. Obrigada por me acompanhar sempre e nunca me deixar esquecer que a luta continua e a vitória é certa. Agradeço também ao meu irmão e revisor Rodrigo de Castro e sua companheira e querida tradutora Paula Ganzer. Ao apoio constante da família distante também sou extremamente grata, em especial à Maria Fernanda Enrich e à Maria José Velazquez. Sou especialmente grata aos queridos Andrea Bettina e Edmundo Bittencourt pela recepção no Rio de Janeiro, obrigada pela imensa generosidade e por toda força que vocês me deram.

Agradeço também ao carinho constante que vinha do Sul. Sobretudo à companheira e querida professora Marcia Veiga, quem me convenceu a seguir este caminho de estudos e me ensinou, entre muitas coisas, a importância de viver as relações profissionais de forma afetiva, compreendendo que a vida é política. Gostaria também de expor minha gratidão pela amizade e companheirismo de Juliana Loureiro, Luna Mendes, Jessica Dachs, Julia Schwarz, Luísa Santos e Yamini Benites. Também gostaria de agradecer imensamente aos queridos e constantes Avelino Maicá, Camila de Freitas, Daniela Fischer, Isabela Daudt e Bibiana Guaraldi.

Por último, mas realmente não menos importante, queria expressar minha gratidão pela minha base carioca. Agradeço ao querido Luis Henrique Martins pela amizade e companhia nas noites viradas de trabalho, e às queridas Raquel Reis, Luciana Souza e Manuelle Felix pelas trocas constantes e pelo convívio dedicado.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as narrativas sobre o desaparecimento dos 43 estudantes normalistas mexicanos de Ayotzinapa, ocorrido em 2014. Procurei abordar as questões referentes ao desaparecimento forçado, ao histórico de violências pelo desaparecimento no território mexicano e, em perspectiva, no da América Latina. Desta maneira, analisei as disputas de sentido travadas por meio das narrativas que envolvem os crimes, me dedicando a problematizar o papel dos meios de comunicação na constituição de versões mesmas ou versões outras a respeito do caso dos 43 de Ayotzinapa. Trabalho com a hipótese de que a existência/resistência política dos normalistas está centrada e em disputa nas narrativas, entrincheirada em diferentes aspectos de sua complexa formação, além de disputada por distintos atores em suas relações de poder. Neste sentido, contar e recontar esta história, com seus pormenores e suas problematizações, é uma maneira de garantir que os desaparecidos permaneçam politicamente vivos. O jornalismo é parte fundamental desse processo como engrenagem que articula os relatos em conflito, seja para trazer novos elementos, seja para assentar verdades problemáticas, seja para fazer durar ou para fazer desaparecer. O corpus de análise está restrito às narrativas produzidas por jornais e revistas mexicanos e brasileiros sobre o caso: El Universal, La Jornada, Proceso, El País (edição brasileira), Folha de São Paulo, Galileu e Piauí. Grandes reportagens destes periódicos, em suas versões online, foram selecionadas para a análise. Além disso, desenvolvi o estudo a partir de ampla bibliografia sobre os três eixos temáticos: o desaparecimento forçado, o território latino-americano e a enunciação.

Palavras-chave:

1. México; 2. Ayotzinapa; 3. Narcojornalismo; 4. Narrativa; 5. Desaparecimento Forçado.

RESUMEN

Esta disertación tiene por objetivo analizar las narrativas sobre la desaparición de los 43 estudiantes normalistas mexicanos de Ayotzinapa, ocurrida en 2014. Traté de abordar las cuestiones referentes a la desaparición forzada, al histórico de violencias por la desaparición en el territorio mexicano y, en perspectiva, en el de América Latina. De esta manera, analicé las disputas de sentido por medio de las narrativas que envuelven los crímenes, dedicándome a problematizar el papel de los medios de comunicación en la constitución de versiones mismas o versiones otras sobre el caso de los 43 de Ayotzinapa. Trabajo con la hipótesis de que la existencia/resistencia política de los normalistas está centrada y en disputa en las narrativas, atrincherada en diferentes aspectos de su compleja formación, además de disputada por distintos actores en sus relaciones de poder. En este sentido, contar y recontar esa historia, con sus detalles y sus problematizaciones, es una manera de garantizar que los desaparecidos permanezcan políticamente vivos. El periodismo es parte fundamental de ese proceso como engranaje que articula los relatos en conflicto, sea para traer nuevos elementos, sea para asentar verdades problemáticas, sea para hacer durar o para hacer desaparecer. El corpus de análisis está restringido a las narrativas producidas por periódicos mexicanos y brasileños sobre el caso: El Universal, La Jornada, Proceso, El País (edición brasileña), Folha de São Paulo, Galileu y Piauí. Los grandes reportajes de estos periódicos, en sus versiones en línea, fueron seleccionados para el análisis. Además, desarrollé el estudio a partir de una amplia bibliografía sobre los tres ejes temáticos: la desaparición forzada, el territorio latinoamericano y la enunciación.

Palabras clave:

1. México; 2. Ayotzinapa; 3. Narcoperiodismo; 4. Narrativa; 5. Desaparición Forzada.

ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing the narratives on the disappearance of the forty-three Mexican students that happened in 2014. Addressing the issues related to this forced disappearance, the history of violent disappearances on the Mexican territory and, in retrospect, on the Latin American territory, I analyzed the dispute of meaning through the narratives involving the crimes, problematizing the role of the media in the creation of real versions or other versions related to the case of the Ayotzinapa 43. I work with the hypothesis that the students' political existence/resistance is centered and in dispute in those narratives, established in different aspects of its complex formation, besides being disputed by distinct agents in their relations of power. In this sense, telling and retelling this story, with its details and problematizations, is a way to ensure that the disappeared remain politically alive. Journalism is a fundamental part of this process as a piece that articulates the stories in conflict, be it to bring new elements to them, be it to establish problematic truths, be it to make them last or to make them disappear. The corpus of analysis is restricted to narratives produced by Mexican and Brazilian newspapers about the case: El Universal, La Jornada, Proceso, El País (Brazilian edition), Folha de São Paulo, Galileu and Piauí. Big news stories from these newspapers, in their online versions, were selected for the analysis. Besides that, I developed the study from a wide bibliography on three thematic axes: forced disappearance, Latin American territory and enunciation.

Key words:

1. Mexico; 2. Ayotzinapa; 3. Narco Journalism; 4. Narrative; 5. Forced Disappearance

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

- Tabela 1: Dados sobre Desaparecimentos
Figura 1: Fotografia dos familiares dos 43 desaparecidos
Figura 2: Trecho do periódico El Universal
Figura 3: Trecho do periódico El Universal
Figura 4: Trecho do periódico El Universal
Figura 5: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 6: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 7: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 8: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 9: Trecho do periódico Proceso
Figura 10: Trecho do periódico Proceso
Figura 11: Trecho do periódico Proceso
Figura 12: Trecho do periódico Piauí
Figura 13: Trecho do periódico Piauí
Figura 14: Trecho do periódico Piauí
Figura 15: Trecho do periódico Piauí
Figura 16: Trecho do periódico La Jornada
Figura 17: Trecho do periódico La Jornada
Figura 18: Trecho do periódico La Jornada
Figura 19: Trecho do periódico El Universal
Figura 20: Trecho do periódico El Universal
Figura 21: Trecho do periódico El Universal
Figura 22: Trecho do periódico El Universal
Figura 23: Trecho do periódico El Universal
Figura 24: Trecho do periódico El Universal
Figura 25: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 26: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 27: Trecho do periódico El País
Figura 28: Trecho do periódico Proceso
Figura 29: Trecho do periódico Proceso
Figura 30: Trecho do periódico Proceso
Figura 31: Trecho do periódico Proceso
Figura 32: Trecho do periódico El Universal
Figura 33: Trecho do periódico El Universal
Figura 34: Trecho do periódico El Universal
Figura 35: Trecho do periódico El Universal
Figura 36: Trecho do periódico Proceso
Figura 37: Trecho do periódico Proceso
Figura 38: Trecho do periódico Proceso
Figura 39: Trecho do periódico Proceso
Figura 40: Trecho do periódico Piauí
Figura 41: Trecho do periódico Piauí
Figura 42: Trecho do periódico Piauí
Figura 43: Trecho do periódico Piauí
Figura 44: Trecho do periódico Piauí
Figura 45: Trecho do periódico Galileu
Figura 46: Trecho do periódico Galileu
Figura 47: Trecho do periódico La Jornada
Figura 48: Trecho do periódico La Jornada
Figura 49: Trecho do periódico Proceso
Figura 50: Trecho do periódico Proceso
Figura 51: Trecho do periódico La Jornada
Figura 52: Trecho do periódico La Jornada
Figura 53: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 54: Trecho do periódico Folha de São Paulo
Figura 55: Trecho do periódico Proceso
Figura 56: Trecho do periódico Proceso
Figura 57: Trecho do periódico Proceso

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Nem vivos nem mortos: desaparecidos	19
1.1 Desaparecimentos	19
1.2 De milhares, apenas 43	32
1.3 Silêncio e balbúrdia: quantas narrativas para uma história?	38
1.4 Escola-mãe: Ayotzinapa para além de um centro educativo	46
2. América Latina: território de fossas clandestinas	54
2.1 Regulação/Emancipação <i>versus</i> Apropriação/Violência	56
2.2 Colonialidade do Poder e o mito da tradutora traidora	57
2.3 O lugar da América Latina	62
2.4 As violências do Sul: Estado-nação e violência epistêmica	68
2.5 A reconfiguração das linhas abissais	73
2.6 Pensamento Fronteiriço: os muros e as brechas	74
2.7 América Latina dos desaparecidos	77
3. Ni Olvido Ni Perdón: o enunciado jornalístico	80
3.1 Problemática de uma tautologia motivadora	82
3.2 Análise das narrativas jornalísticas	88
3.2.1 A motivação do narcotráfico	91
3.2.2 A motivação do Estado	100
3.2.3 O ódio como motivação	108
3.2.4 O combate à guerrilha como motivação	120
3.2.5 A crise humanitária como motivação	123
3.2.6 O controle social como motivação	126
3.3 Paradigma indiciário para pensar as conexões históricas mexicanas	128
3.4 A dimensão do esgotamento	135
Considerações finais	
143	
Referências Bibliográficas	146

Cinco Siglos Igual

Soledad sobre ruinas, sangre en el trigo
rojo y amarillo,
manantial del veneno
escudo heridas, cinco siglos igual.

Libertad sin galope, banderas rotas
soberbia y mentiras,
medallas de oro y plata
contra esperanza, cinco siglos igual.

En esta parte de la tierra la historia se cayó
como se caen las piedras aun las que tocan el cielo
o están cerca del sol, o están cerca del sol.

Desamor desencuentro, perdón y olvido
cuerpo con mineral,
pueblos trabajadores
infancias pobres, cinco siglos igual.

Lealtad sobre tumbas, piedra sagrada
Dios no alcanzo a llorar,
sueño largo del mal
hijos de nadie, cinco siglos igual.

Muerte contra la vida, gloria de un pueblo
desaparecido
es comienzo, es final
leyenda perdida, cinco siglos igual.

En esta parte de la tierra la historia se cayó
como se caen las piedras aun las que tocan el cielo
o están cerca del sol, o están cerca del sol.

Es tinieblas con flores, revoluciones
y aunque muchos no están, nunca nadie pensó
besarte los pies, cinco siglos igual.

Leon Gieco.

Introdução

No dia 26 de setembro de 2016 se encerrava na Cidade do México a semana de atividades pela apresentação com vida dos 43 estudantes normalistas de Ayotzinapa desaparecidos há exatos dois anos. O grande ato final seria realizado no *Zócalo*, praça central da capital mexicana. Antes disso, uma gigantesca marcha partira do monumento *Ángel de la Independencia* até o centro da cidade. Centenas de coletivos, sindicatos, organizações não governamentais, agrupações, movimentos e indivíduos compunham a mobilização. Durante todo o dia ecoavam pela cidade de céu nublado as palavras de ordem entoadas por aquela massa organizada.

A mobilização tinha um objetivo claro: reclamar o retorno dos 43 estudantes normalistas mexicanos desaparecidos em 2014. Os jovens desapareceram na cidade de Iguala, no estado de Guerrero, onde foram perseguidos pela polícia. Naquela noite seis pessoas morreram, três eram estudantes. Outros 43 que estavam em um ônibus foram sequestrados por policiais e desapareceram. Todos pertenciam a mesma Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa.

Os acontecimentos concretos que gestaram essa noite de setembro foram: a ação dos normalistas em se apropriar de ônibus para participar de uma grande manifestação na capital federal; a resistência de alguns motoristas de ônibus em entregar os veículos; e a resposta armada das forças de segurança em Iguala. O enfrentamento em si não é um caso excepcional da relação entre normalistas e policiais, mas sim o desaparecimento em massa dos 43. No dia seguinte, 27 de setembro, os familiares e os estudantes sobreviventes já começavam a procurar seus desaparecidos e reivindicar a verdade.

Em menos de dois dias, vinte e dois policiais foram presos, o governo estadual começou a realizar buscas na região e o prefeito da cidade de Iguala, José Luis Abarca, fugiu com a esposa, María de los Ángeles Pineda. Os dois foram rapidamente acusados como os responsáveis pelo ataque aos estudantes, principalmente pelo envolvimento que o casal mantinha com grupos narcotraficantes, como os *Guerreros Unidos*. No começo de outubro a ONU condenou o desaparecimento forçado dos estudantes e o caso passou a ganhar ampla repercussão internacional, a sociedade se indignou e a Procuradoria Geral da República (PGR) se viu obrigada a assumir as investigações.

A partir de então foram encontradas em fossas clandestinas centenas de corpos nas montanhas e arredores de Iguala, mas nenhum deles era compatível com o DNA dos estudantes. Alguns policiais presos confessaram que sequestraram os estudantes a mando do prefeito de Iguala e os entregaram a sicários do grupo Guerreros Unidos.

No dia 8 de outubro se realizou a primeira grande manifestação no México e em diferentes países do mundo exigindo o retorno dos 43 com vida. No mesmo dia, diferentes organizações internacionais condenaram o caso e a pressão sobre as investigações aumentou a cada corpo encontrado de desaparecidos desconhecidos.

O resultado do jogo político local se desenvolveu ainda antes do final de 2014: o prefeito de Iguala e sua esposa foram presos; o governador de Guerrero, Ángel Aguirre, renunciou; os familiares se encontraram com o presidente Enrique Peña Nieto; e a Procuradoria Geral da República pediu desculpas pela grave situação. Já no dia 7 de novembro a PGR apresentou o resultado de suas investigações confirmando que o prefeito e a esposa haviam comandado os policiais da cidade para que prendessem os estudantes por medo de que eles fossem interromper um ato da primeira-dama no centro de Iguala. Esses policiais teriam, então, entregue os estudantes a outros policiais municipais da cidade vizinha, Cocula, e estes, aos sicários. A partir disso os assassinos os teriam matado em um lixão de Cocula, os corpos dos estudantes teriam sido amontoados e incinerados, os restos teriam sido triturados, colocados em sacos de lixo e atirados no rio San Juan.

Ao final da larga explicação do que haveria acontecido com os normalistas, o procurador geral da república, Jesús Murillo Karam, afirmou que os estudantes estavam mortos e proclamou a frase que revoltaria ainda mais a opinião pública: *ya me cansé!*. O repúdio à expressão de descaso foi imediato, assim como a revolta dos familiares que exigiam provas científicas da morte dos filhos. Em dezembro, um laboratório austríaco que auxiliava na investigação foi capaz de identificar os restos mortais de um dos normalistas, Alexander Mora, sendo um de seus dedos encontrado no lixão de Cocula. Nenhum outro rastro dos estudantes foi identificado desde então.

Já no começo de 2015, Karam apresentou essa mesma versão dos fatos como a “Verdade Histórica”. A opinião pública se mostrava cada vez mais descrente e os familiares exigiam uma investigação alternativa promovida por um renomado grupo de pesquisadores argentinos o *Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF)*. Após alguns meses de investigação, os

pesquisadores do EAAF declaram que não havia evidências conclusivas sobre a versão do lixão de Cocula.

Os embates políticos entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), os familiares dos desaparecidos de Ayotzinapa e o Estado mexicano provocaram resultados em fevereiro de 2015: a criação de um grupo interdisciplinar de pesquisadoras e pesquisadores independentes (GIEI) para acompanhar as buscas e analisar as investigações. Na mesma época, as manifestações ganharam mais força e se tornaram cada vez mais violentas nas ruas mexicanas. A posição do procurador geral da república era insustentável e sua renúncia chegou no final de fevereiro.

Meses depois, em setembro de 2015 o GIEI desmentiu a “verdade histórica” a partir de uma análise sobre o trajeto e os horários dos normalistas na cidade de Iguala (o comício da primeira-dama já havia terminado quando a perseguição aos estudantes começou); sobre a participação de diferentes forças policiais na perseguição e captura (polícia municipal, estadual e federal, além da possibilidade de vinculação do exército que possui uma base próxima aos acontecimentos); e sobre a impossibilidade científica da realização da queima dos corpos de 43 pessoas em 17 horas, como alegava a versão da PGR. No mesmo mês uma multitudinária manifestação no México e em diversos países marcava um ano do desaparecimento forçado dos normalistas.

Já em 2016 o GIEI concluiu definitivamente suas investigações reafirmando a impossibilidade da versão defendida pelo governo, a “verdade histórica”. Entidades internacionais, como a ONU, continuam afirmando que o caso segue impune. Os grupos de direitos humanos também se mantêm denunciando o crime e os familiares dos normalistas, cada vez mais cansados e desacreditados, insistem na luta pelo retorno com vida dos 43.

No ato de dois anos do massacre de Iguala (como também é conhecido o desaparecimento dos 43), os familiares encabeçavam os protestos. Eles carregavam pendurados pelo pescoço grandes cartazes com as fotos de cada um dos 43 estudantes e impactavam a todos com os gritos por justiça intercalados com profundos silêncios. Estive presente naquele momento como pesquisadora, observadora, jornalista e principalmente como manifestante latino-americana. Nesta condição, pude perceber os olhares de piedade, solidariedade, indignação, curiosidade e desprezo que a passagem daqueles senhores e senhoras camponeses suscitavam na capital.

Nos registros produzidos para esta pesquisa estão as frases nos cartazes, os nomes estampados nas camisetas, os símbolos da multidão e principalmente as palavras de ordem proferidas. Naquele dia também tive contato direto pela primeira vez com os estudantes normalistas mexicanos. Jovens homens e mulheres que marchavam em um ordenamento quase militar gritando intensamente. Os olhares determinados, as roupas simples e os gestos memorizados foram tão impactantes quanto a passagem dos familiares. Dos normalistas e das normalistas emanava uma força aguerrida que se refletia nas palavras e principalmente na entonação própria do que somente eles pronunciavam: “*No has muerto, no has muerto, camarada. Tu muerte, tu muerte será vengada. Vestido de verde olivo, Políticamente Vivo. No has muerto, no has muerto, camarada*”.

Essas frases ressoaram ainda mais forte quando a manifestação se aproximou do destino final, adentrando as ruas estreitas do centro da cidade, onde a força dos normalistas parecia se agigantar. Os filhos da pobreza do campo mexicano alertavam: os 43 não morreram. A ideia de uma existência política, uma resistência, atravessava não apenas as palavras proferidas, mas toda a campanha por memória desde o desaparecimento forçado dos estudantes em 2014.

A principal afirmação, aquela que indagava sobre a possibilidade de uma resistência politicamente viva, se tornou central para este estudo desde então. Se eles estão vivos, onde se encontram os normalistas desaparecidos? Sua resistência está centrada nas narrativas produzidas sobre eles? É possível manter alguém politicamente vivo? Como os militantes, familiares e ativistas vingam este crime através da forçada existência política dos 43? Não seria uma armadilha? Será que há um limite, um esgotamento? Enfim, há uma morte também política?

As dúvidas daquele momento se mesclaram aos problemas de pesquisa. Não foi diferente quando, ao final do ato, depois que os familiares dos desaparecidos dividiram o microfone do pequeno palco no centro da capital mexicana, todos se juntaram para cantar uma última música. A canção escolhida foi indicativa: *Venceremos*. Esta música é emblemática e possui diferentes versões sobre seu surgimento. Há quem diga que foi criada durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939); também há quem defenda que surgiu com os movimentos pelos direitos civis estadunidenses, criada por um grupo de mulheres afro americanas; mas a referência que possui relação direta com a versão interpretada pelos pais dos desaparecidos mexicanos é aquela escrita no Chile como hino da *Unidad Popular*, grupo político que consagrou Salvador Allende como presidente (1970-1973).

As diferenças entre essas interpretações se concentram especialmente na letra: enquanto a versão espanhola canta no refrão "*Venceremos, venceremos. Al fascismo sabremos vencer.*", a versão chilena entoa "*Venceremos, venceremos. La miseria sabremos vencer.*", já os familiares dos desaparecidos cantam hoje "*Venceremos, venceremos. Al Estado sabremos vencer.*". A música que se tornou símbolo da luta por liberdade, por direitos, e por ideais socialistas, agora é retomada a partir do empenho de combater o Estado mexicano.

O Estado aparece na maior parte das falas dos familiares dos estudantes desaparecidos como o grande inimigo a ser enfrentado. A resistência libertária mexicana, radicalizada nas comunidades autônomas, se baseia também em combater as estruturas do Estado. Isso porque entendem que o mau funcionamento do Estado é o Estado em seu perfeito funcionamento. Que não há como confiar nas instituições de um Estado como este, reiterado como um *narcoestado*¹, formado por instituições completamente ligadas e dependentes do narcotráfico. A entidade estatal, representante de toda administração pública e seus agentes, é antagonizada pelos familiares dos desaparecidos em todas as manifestações públicas, evidenciando os conflitos sobre o caso.

Na tentativa de entender como as disputas sobre a história dos 43 se apresentam nas narrativas, especialmente nas narrativas jornalísticas, desenvolvi um percurso que passa principalmente por três grandes eixos temáticos: pensar o desaparecimento; pensar o território; e pensar a enunciação. Procurei abordar as questões referentes ao desaparecimento forçado, ao histórico de violências pelo desaparecimento no território mexicano e, em perspectiva, no da América Latina. Desta maneira, analisei as disputas de sentidos travadas por meio das narrativas que envolvem os crimes, me dedicando a problematizar o papel dos meios de comunicação na constituição de versões mesmas ou versões outras a respeito do caso dos 43 de Ayotzinapa.

No primeiro capítulo a conceituação de desaparecimento forçado é apresentada a partir dos estudos de Fabio Araújo (2014) e Federico Mastrogiovanni (2016), assim como um resumo da origem histórica e da lógica por trás deste crime. Além disso, é formulado um quadro geral da situação da violência por desaparecimento no México. Também foram introduzidas as questões referentes à tipificação do crime. Em sequência, o papel dos familiares dos

¹ Neologismo utilizado para definir a condição de países onde o poder público combate publicamente, mas é cúmplice internamente do crime organizado do tráfico de drogas. A representação do Estado mexicano como um Narcoestado é comumente utilizada servindo de base também a uma série de nomações para as interações entre crime organizado e diferentes entidades e aspectos culturais do país, tais como narcocultura, narconarrativa, narcoperiodismo, etc.

desaparecidos é analisado a partir da ideia de mobilização e politização da dor. Questionamentos sobre o caráter excepcional deste caso específico são tecidos a partir da repercussão midiática internacional e as consequências do silêncio e da balbúrdia. Ao final, apresento um histórico da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa, instituição que se formou historicamente como um centro de saber e de militância.

A constatação de que são inúmeras as disputas que atravessam a história do desaparecimento forçado dos 43 normalistas dá origem ao segundo capítulo. Para chegar a essas disputas pelas narrativas sobre Ayotzinapa, foi necessário recuperar as disputas sobre o próprio México. Um território invadido, conquistado, explorado e criado a partir de diversos desaparecimentos: de povos, de culturas, de idiomas, de crenças, de hierarquias, de vivências. O percurso pelo território se deu nesta pesquisa a partir do pensamento decolonial, uma forma de repensar a história desse território e, na proporção, do território latino-americano, a partir das vivências locais. Esse movimento foi necessário para entender melhor o funcionamento e a formação da história-memória mexicana sobre sua origem, sua criação e sua atual condição. Aspectos da colonialidade do poder (QUIJANO, 2010), do pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2015) e do pensamento abissal (SANTOS, 2010) ajudam a compreender a formação dos Estados latino-americanos e seu funcionamento violento, a questão que tanto os familiares dos desaparecidos quanto os movimentos de direitos humanos procura combater.

Por fim, no terceiro capítulo desenvolvi a análise das narrativas jornalistas de periódicos mexicanos e brasileiros sobre o desaparecimento dos 43. A análise esteve centrada na questão primordial para o jornalismo: o por quê. O interesse era de entender qual é a motivação para o desaparecimento encontrada e propagada por diferentes grupos de comunicação em suas narrativas e, desta forma, compreender como a existência política dos estudantes se desenvolve. Pensando a narrativa a partir da proposição de Paul Ricoeur (2007), como uma armadilha, foi possível problematizar o papel do jornalismo através de suas potencialidades e limites. Além disso, entender que esta história se desenvolve na busca dos rastros, das lacunas, dos indícios, fez possível a vinculação com o paradigma indiciário de Ginzburg (1989). Ao final, os silêncios e esgotamentos do narrar são encarados a partir das estratégias de resistência dos familiares e das problemáticas do narrar jornalístico.

1. Nem vivos nem mortos: desaparecidos

“O sistema esvazia nossa memória, ou enche a nossa memória de lixo, e assim nos ensina a repetir a história em vez de fazê-la. As tragédias se repetem como farsas, anunciava a célebre profecia. Mas entre nós, é pior: as tragédias se repetem como tragédias”

Eduardo Galeano

Este estudo parte de um incômodo particular sobre as violências vivenciadas na América Latina. A centralidade do Estado como perpetuador das agressões e responsável pelo aparato da força é encarada a partir de uma análise histórica. Este recurso, a memória histórica, parece central ao pensar o desaparecer. Na história recente do continente o desaparecimento forçado de pessoas se tornou uma prática recorrente das ditaduras civil-militares. Hoje a luta pela memória é encabeçada pelos sobreviventes e familiares dos que desapareceram, uma batalha firmada nas narrativas sobre a violência e nas armadilhas dos vestígios da ação estatal que ainda restam.

Esta pesquisa se enquadra no mesmo registro: na análise da disputa narrativa sobre os sentidos do desaparecimento, mas com uma ressalva, é sobre os desaparecidos deste século XXI. Trabalhando na análise dos rastros da história, das narrativas lacunares, dos silêncios e da balbúrdia, das estratégias e resistências, procuro montar um quebra-cabeça. Difícil e problemático, este jogo de encaixar tem em sua imagem as fotografias de 43 estudantes desaparecidos no México e em seu formato o mapa invertido da América Latina². Ele é tão colorido quanto diverso, tão violento quanto poderoso, tão complexo quanto presente.

1.1 Desaparecimentos

Existem muitas formas de desaparecer. Há os que vão desaparecendo aos poucos, como uma memória que falha e falha até nem se lembrar mais. Outros desaparecem de forma súbita e brutal, deixando o trauma ou a luta. “Onde está?” Essa é a pergunta que não cala e quase sempre vem acompanhada de uma foto. “Meu filho, meu marido, meu pai; minha mãe, minha irmã, minha esposa. Estavam. Onde estão?” A busca de uma presença, de um aparecer, de um local. Localizar alguém no mapa, no mundo. Desaparecer é não morrer. Desaparecer é não viver. Uma existência presa ao papel, em uma fotografia, em um registro, em uma nota de jornal.

² Tal qual a obra do pintor uruguaio Joaquín Torres García chamada América Invertida, de 1943.

Os estudos sobre pessoas desaparecidas apontam para diferentes formas e motivos que justificam o desaparecer, mas a falta de informação sobre definições específicas ou sobre direitos e procedimentos é grande. Por esse motivo, diferentes organizações desenvolveram formas de identificar e diferenciar cada desaparecimento, a maior parte delas os resume a quatro tipos³:

1. Desaparecimentos voluntários;
2. Desaparecimentos devido a acidentes, desastres ou conflitos;
3. Desaparecimentos devido a crimes comuns;
4. Desaparecimentos forçados.

Apesar de auxiliar na classificação dessas ocorrências, essa lista também possui controvérsias. Por exemplo, em situações de conflito também podemos encontrar casos de desaparecimentos forçados. Além disso, a definição de crimes comuns pode ser ambígua, permitindo que se ocultem e confundam casos de desaparecimentos forçados. Este último é o foco da pesquisa que aqui se desenvolve, um desaparecimento que é violento, que não é voluntário e que tem como definição primordial a ação estatal.

Em 1979 o militar e ditador argentino Jorge Rafael Videla (condenado à prisão perpétua pelos crimes e violações aos direitos humanos durante seus anos como ditador), fez uma declaração em uma coletiva de imprensa sobre a situação dos desaparecidos em seu país:

Frente ao desaparecido, enquanto esteja como tal, é uma incógnita o desaparecido. Se o homem aparecera, bom, terá um tratamento x. E se a desapareição se convertera em certeza de seu falecimento, tem um tratamento z. Mas enquanto esteja desaparecido não pode ter nenhum tratamento especial. É uma incógnita, é um desaparecido. Não tem entidade. Não está. Nem morto nem vivo, está desaparecido. (VIDELA *apud* MASTROGIOVANNI, 2016, p.25 – tradução livre⁴)

A noção de incógnita, de mistério, de uma pessoa que não está nem morta nem viva e por essa razão não pode ter nenhum tipo de “tratamento especial” era o que os perpetradores dos crimes de desaparecimento forçado tinham como objetivo. Fazer com que os opositores simplesmente sumissem de qualquer registro, de qualquer ambiente, de qualquer relação,

³ Definição de um manual desenvolvido por uma organização de direitos humanos holandesa, *Aim For Human Rights*: "Usar el derecho contra las desapariciones forzadas. Guía práctico para familiares de personas desaparecidas y ONGs", Utrech, *Aim for human rights*, 2009, versão digital: <http://www.ediec.org/es/biblioteca/item/id/520/>

⁴ Frente al desaparecido, en tanto esté como tal, es una incógnita el desaparecido. Si el hombre apareciera, bueno, tendrá un tratamiento equis. Y si la desaparición se convirtiera en certeza de su fallecimiento, tiene un tratamiento zeta. Pero mientras sea desaparecido no puede tener ningún tratamiento especial. Es una incógnita, es un desaparecido. No tiene entidad. No está. Ni muerto ni vivo, está desaparecido. (MASTROGIOVANNI, 2016, P.25)

parecia a realização de um “crime perfeito”. Esta declaração, publicada pelo jornalista Federico Mastrogiovanni, italiano radicado no México, se faz ainda mais importante nos tempos de democracia na América Latina, principalmente porque ainda é necessário um trabalho de contabilização e identificação dos desaparecidos do período de governos militares. No entanto, a prática do desaparecimento forçado não é uma exclusividade dos períodos de exceção. O pesquisador brasileiro Fábio Alves Araújo abordou a temática ao analisar as especificidades da violência nas periferias do Rio de Janeiro. Para o autor, o desaparecimento forçado é uma técnica de fazer desaparecer corpos (2014), reatualizada como método, mas que já não possui as motivações das ditaduras militares.

Se o desaparecimento forçado constituiu-se como forma de repressão política durante as ditaduras latino-americanas, hoje ele perdura e corresponde a uma prática do repertório da linguagem da violência urbana. A figura do desaparecido pode ser inclusive uma imagem, ou um ponto de partida, para se pensar a transição da ditadura à democracia, seus dilemas e desafios. Se o desaparecimento foi uma política institucionalizada, de modalidade repressiva durante a ditadura, atualmente é uma prática extraoficial, mas que continua a ser cometida por agentes oficiais e não oficiais, sendo seus principais protagonistas hoje, no caso do Rio de Janeiro, três personagens principais presentes no imaginário da violência urbana: traficantes de drogas, policiais e milicianos. (ARAÚJO, 2014, p. 65).

Araújo destaca a caracterização da transição democrática brasileira, que firmou a transformação do desaparecimento forçado como política institucionalizada para uma prática extraoficial cometida por agentes públicos e/ou acordada por agentes públicos. Esta certamente não é uma característica unicamente da democracia brasileira. Países latino-americanos compartilham em maior ou menor medida essa adaptação da violência militarizada. Ademais, o protagonismo de traficantes, policiais e milicianos também parece ser uma constante nos países desta parte Sul do continente.

Em uma etnografia sobre as pessoas desaparecidas no Brasil atual, a antropóloga Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (2015) identificou que o desaparecimento se apresenta frequentemente como um problema invisível. A autora acompanhou os debates em torno do tema promovido por organizações de combate ao desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil. Segundo sua pesquisa, a polícia, a família e o Estado são os três principais atores sociais que se envolvem no fenômeno do desaparecimento de pessoas, um problema ocasionado pela ausência de atuação de alguma dessas três unidades ou de mais de uma.

Ainda que a realidade do desaparecimento e do desaparecimento forçado se apresente como um problema invisível ou pouco estudado na América Latina, a idealização do “crime perfeito” a partir das ausências tampouco é uma criação dos regimes ditatoriais latino-americanos. A pesquisadora Camila Perresso se debruçou sobre a construção histórica do desaparecimento forçado e destacou a ocorrência dessa prática em conflitos e guerras. Os corpos dos soldados mortos em guerra geralmente não eram encontrados e por esse motivo, no século XIX, durante a guerra civil estadunidense, os militares passaram a receber uma placa de identificação que usavam como colares. Após a Primeira Guerra Mundial essa prática se tornou obrigatória em muitos países. (PERRESSO *apud* ARAÚJO, 2014).

Ainda assim, diferentes estudos indicam um princípio histórico, um primeiro decreto estatal que racionalizava, justificava e autorizava o desaparecimento forçado. Ele surgiu na Alemanha nazista com o decreto *Nacht und Nebel* (Noite e Neblina), uma norma assinada em 7 de dezembro de 1941 que legitimava a perseguição de supostos infratores que se organizavam contra Hitler ou as forças de ocupação nazistas (MASTROGIOVANNI, 2016). Este decreto era de fato um guia para eliminar e desaparecer opositores ou prisioneiros de guerra.

É todo um aparato repressivo que foi criado especialmente para levar a cabo o desaparecimento forçado, foi planejado (...) O desaparecimento forçado é algo que foi criado por Hitler com o plano "Noite e Neblina" que é um projeto para desaparecer a pessoa, todos seus documentos, sua vida, que não se informara a sua família, seus amigos, que ninguém soubesse dele. (IBARRA *apud* MASTROGIOVANNI, 2016, p. 193 – tradução livre⁵)

Esse foi um instrumento jurídico totalmente inovador porque permitiu aos representantes do Estado organizar sistematicamente o desaparecimento forçado de pessoas sem deixar testemunhas ou provas. A ideia principal era a autorização da privação de qualquer tipo de informação sobre o paradeiro das pessoas detidas, mesmo se estivessem mortas.

Tendo em vista o desenvolvimento histórico e político do crime, a técnica violenta do desaparecimento forçado parece elaborada a partir de um método específico e reproduzida em diferentes partes do mundo, como uma disciplina ministrada na formação de agentes da arbitrariedade. Segundo Araújo,

⁵ Es todo un aparato represivo que fue creado especialmente para llevar a cabo la desaparición forzada, fue planeado. (...) La desaparición forzada es algo que creó Hitler con el plan “Noche y Niebla” que es un proyecto para desaparecer a la persona, todos sus documentos, su vida, que no se informara a su familia, sus amigos, que nadie supiera de él. (IBARRA *apud* MASTROGIOVANNI, 2016, p. 193)

o desaparecimento forçado se inicia com a captura violenta e arbitrária da pessoa, que em seguida é levada para lugares desconhecidos, onde, na maior parte dos casos, é torturada e assassinada, sem que se deixem vestígios ou rastros do corpo, nem dos lugares onde esteve detida, nem de quem perpetrou o crime. Em muitos casos os corpos são mutilados para dificultar sua identificação ou as características da morte. As pessoas podem ser levadas a prisões clandestinas nas quais são objeto de agressões físicas. E, ainda com o objetivo de se desfazerem do cadáver, os responsáveis podem enterrar os corpos em cemitérios clandestinos ou jogá-los em rios (ARAÚJO, 2014, p. 39).

Esta não é simplesmente a explicação metodológica ou a origem histórica do desaparecimento forçado, mas a lógica que motiva e estrutura este tipo de crime: desaparecer pessoas sem deixar vestígios, eliminar oposições sem ser incriminado, evitar a responsabilização pelos crimes cometidos por agentes estatais, condicionar as narrativas sobre as pessoas que desaparecem. Essa é uma tentativa de domínio centrada na possibilidade do controle total da história a partir da domesticação da memória, ideia apresentada pelo historiador francês Jacques Le Goff ao estudar as relações da memória com a História (1990).

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 247).

A domesticação da memória é apontada por Le Goff como um dos pilares das disputas de poder nas sociedades. Ditadores e detratores dos direitos humanos recorreram e recorrem a este recurso, de manipulação da história, há muitos anos. Os grandes silêncios da história da América Latina indicam que o desaparecimento forçado pode ter origens específicas neste continente. É possível identificar o desaparecimento servindo como base do processo de colonização dos povos, de ocupação dos territórios e de exploração das riquezas.

Mastrogiovanni (2016) em seu trabalho sobre o desaparecimento forçado no México como estratégia de terror e fez um levantamento histórico deste processo. Grande parte de sua pesquisa fundamenta a compreensão sobre a prática do desaparecimento neste estudo. A violência da colonização e a herança colonial reconfigurada em Estados violentos serão abordadas no próximo capítulo ao relacionar a questão do território com a violência do desaparecimento. Neste momento é importante identificar as formas encontradas para se combater este tipo de crime, resistências centradas em leis e decretos de proteção.

Ao longo dos anos foram desenvolvidos diferentes tratados internacionais para definir e enfrentar o problema do desaparecimento, como aponta Araújo (2016). Os principais são: a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, da ONU (United Nations, 1992); a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, aprovada pela Organização dos Estados Americanos (1994); e o Estatuto de Roma, que estabeleceu a criação do Tribunal Penal Internacional em 1998 (International Criminal Court, 2011).

A definição da Convenção Interamericana para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados⁶, pactuada pela grande maioria dos países latino-americanos, deixa claro no Artigo II:

Para efeitos da presente Convenção, entende-se por desaparecimento forçado a prisão, a detenção, o sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, o apoio ou o consentimento do Estado, seguido da recusa em reconhecer a privação de liberdade, ou do encobrimento do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, colocando-a assim fora do âmbito de proteção da lei.

É importante destacar que a participação do Estado como perpetrador da violência é parte fundamental da definição de desaparecimento forçado. Este crime só pode ser cometido pelo Estado, seja quando participam agentes ou funcionários do Estado, seja por aquiescência através de agentes particulares. Esta definição é fundamental tendo em vista que raras são as vezes em que os governos assumem seu papel criminoso. Normalmente este registro se dá após o final dos períodos de governo ou se transforma em disputas onde de um lado estão as organizações de direitos humanos e de busca dos desaparecidos e do outro o Estado apontando diferentes culpados para o desaparecimento, como a ação de particulares ou o resultado de conflitos – atualmente o grande bode expiatório é o narcotráfico e a chamada “guerra às drogas”.

A responsabilização do Estado se encontra definitivamente na disputa sobre os 43 de Ayotzinapa. Por esse motivo, os familiares dos estudantes concentram suas acusações contra o Estado, nomenclatura que agrega todo tipo de autoridade culpada pelos desaparecimentos ou negligente na procura dos estudantes. A oposição entre as mães dos desaparecidos e o Estado foi também apontada na análise das antropólogas brasileiras Adriana Vianna e Juliana

⁶ Disponível em <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/k.Desaparecimento.htm>> acesso em 27/05/2017.

de Farias ao abordar as estratégias incorporadas por mães de jovens assassinados por agentes de segurança pública no Rio de Janeiro:

“Enquanto o Estado está lá, sentado, comendo e bebendo do bom e do melhor, estamos aqui enterrando mais uma mãe”. Essa frase foi-nos dita durante o funeral da mãe de um homem morto por policiais militares em condições brutais, em uma incursão a uma favela do Rio, por outra “mãe de vítima”, muito ativa no movimento. A figura antropomorfizada do Estado, que come e bebe enquanto permanece sentado, sem nada fazer para impedir a morte de “mais uma mãe”, põe em destaque os vários planos de antagonismo entre essas unidades construídas de modo relacional e contrastivo: a fruição dos prazeres de um em choque com a dor de outras; a inércia de estar sentado (e omissivo, portanto) ou de estar ativo no luto do funeral. O Estado aqui é evocado em sua plena dimensão de ideia, como proposto por Abrams (2006), ou seja, como entidade que tem concretude não apenas em suas formas institucionais, em sua dimensão de administração e governamentalidade, mas como entidade simbólica que atravessa e ordena o cotidiano das pessoas: aquele que faz; que deve fazer; que pode realizar ou escolher não realizar. (VIANNA e FARIAS, 2011, p. 92-93)

O enfrentamento entre os familiares de vítimas da segurança pública e agentes do Estado dá indicativos do sentido das permanentes tensões entre Estado e sociedade vivenciadas em diferentes locais, como no Brasil e no México. "Estado", dentro dos discursos dos familiares de desaparecidos, funcionaria como a nomenclatura de um "mal", a representação de todo abuso de poder. A ideia de “Estado” que representaria todo “mau governo” vincula as interpretações sobre o que se entende no senso comum como Estado, principalmente por suas capacidades e obrigações administrativas.

As representações do Estado se tornam cruciais para compreender seu funcionamento. É a partir de um entendimento partilhado sobre a noção de Estado que se constrói o quadro de obrigações estatais. Vianna também apresenta formulações de pensadores que classificam e diferenciam o "Estado-sistema" do "Estado-ideia", assim como desenvolvem a definição de "administração":

(...) sua escolha para o termo procura considerar não apenas a chamada administração “pública” ou governamental direta, mas também “a própria forma social acreditada como ordenando uma coletividade”, na qual se encontram combinadas “crença e materialidade”. A reiteração contínua da unidade e da idealização que a cerca e sustenta não estaria em contradição, desse modo, com as denúncias constantes sobre o mal proceder ou o desajuste de suas “partes”. As ações insuficientes, contaminadas ou mesmo política e moralmente incorretas daqueles que responderiam concretamente pela administração – ocupando cargos, por exemplo –, mas também das próprias normativas e outras peças “administrativas” – leis, regulações, normas administrativas de ordens variadas –, só seriam possíveis porque referidas de algum modo sempre a esse horizonte ideal da unidade. É no

cotidiano de certas interações sociais, assim, que podemos perceber com clareza a positividade dessa tensão existente entre as práticas ou materialidades criticadas por diferentes atores sociais e essa espécie de “centro exemplar” nunca plenamente atingido, mas também nunca totalmente desacreditado do Estado ou da lei como “deveriam ser”. (VIANNA, 2013, p. 17-18)

Quando criticam o Estado e seus agentes, os familiares mobilizam a ideia de uma entidade administrativa responsável pelo funcionamento das instituições públicas. As aberrações jurídicas históricas que originaram o desaparecimento forçado como práticas de Estado são evidenciadas como prova de má conduta. Contudo, na mesma medida em que os familiares radicalizam seus discursos em oposição ao Estado – sua atuação e mesmo sua existência – eles também reivindicam a Constituição como garantia de direitos que o Estado estaria deixando de assegurar.

Dessa forma, a crítica à administração pública é feita a partir de suas próprias normativas. Essa contradição fica mais evidente quando se percebe que a grande reivindicação dos familiares dos 43 desaparecidos é, além do retorno com vida dos estudantes, a elaboração de uma normativa legal que criminalize o desaparecimento forçado de modo enfático e imprescritível.

Por administração não entenderemos apenas a administração (‘pública’) governamental direta (municipal, estadual e federal), seja em sua morfologia, operação cotidiana – nas práticas estruturantes e estruturadas pela história institucional e pela interação de seus funcionários –, seja em seus aspectos normativos. Consideraremos como parte desse domínio a própria forma social acreditada como ordenando uma coletividade (no caso do Estado nacional brasileiro, o regime republicano e a democracia), na qual se combinam crença e materialidade, por exemplo, na divisão de poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário). Incluimos, assim, o jogo político partidário e a esfera do Direito, entre tantas outras coisas, como, por exemplo, organizações ditas não governamentais que exercem ‘funções de Estado’ à luz dos diplomas legais que jurídico-politicamente ordenam a coletividade brasileira; e redes articuladas de agências de cooperação técnica internacional governamental e não governamental, sem as quais o próprio funcionamento do que é tido como administração direta no Brasil não é compreensível neste momento. Juntem-se a isso segmentos do empresariado e do ‘mundo do mercado’ imbricados profundamente no funcionamento real da ‘máquina pública’ (TEXEIRA e LIMA *apud* VIANNA, 2013, p. 18.).

A definição de administração governamental direta proposta pelos autores e referente ao contexto brasileiro também se aplica na nomenclatura utilizada pelos familiares dos desaparecidos mexicanos. A disputa naquele país se intensifica porque a questão do desaparecimento forçado é especialmente grave no México atual. O evidenciado

envolvimento com o narcotráfico por diferentes atores sociais, de coligações e partidos políticos e de agentes e servidores dos diferentes poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo) faz crescer o repúdio a toda forma de administração pública em exercício no país.

O documento “*Defender los derechos humanos en México: La normalización de la represión política*”, publicação da *Acción Urgente para Defensores de Derechos Humanos (ACUDDEH)* sobre as violências do Estado no México, destaca a problemática da responsabilidade sobre o desaparecimento. Uma das edições mais recentes, que inclui estudos e relatos de junho de 2015 a maio de 2016, apresenta um capítulo inteiro sobre o desaparecimento forçado. Ali é possível perceber que existe uma divergência crucial entre um desaparecimento forçado e um desaparecimento devido a crimes comuns (ou de “particulares”): a diferença entre uma violação dos direitos humanos e um delito. O caso mexicano é sintomático, em parte porque é foco desta pesquisa, mas principalmente porque apresenta números alarmantes de desaparecimentos.

O Estado mexicano negou durante muitos anos ser o autor dos desaparecimentos forçados e somente graças à pressão nacional e internacional sobre as denúncias dos desaparecimentos forçados, o Estado mexicano reconheceu o fenômeno, mas apenas como casos isolados, não generalizados e cometidos por obra de maus elementos das corporações militares ou policiais (ACUDDEH, 2016, p. 92 – tradução livre⁷).

Os dados sobre desaparecimento forçado no México apontam uma intensa situação de violação dos direitos humanos. São informações de diferentes órgãos do Estado e de organizações e movimentos sociais com estimativas imprecisas, mas que oferecem algum tipo de base de dados e dão a dimensão da problemática social e política provocada pelo desaparecimento forçado de pessoas.

Instituição	Período	Desaparecimentos	Desaparecimentos Forçados	Observação
ACUDDEH	Guerra Suja (1969 – 1988)	Não informado	1.200 a 1.800	Dado histórico. O desaparecimento Forçado era muito comum durante a

⁷ “El Estado mexicano negó durante muchos años ser el autor de las desapariciones forzadas y sólo gracias a la presión nacional e internacional respecto a las denuncias sobre desaparición forzada, el Estado mexicano ha reconocido el fenómeno, pero sólo como casos aislados, no generalizados y cometidos por obra de malos elementos de las corporaciones militares o policíacas”. (ACUDDEH, 2016, p. 92)

				Guerra Suja. Não há números totais dos desaparecimentos da época, apenas uma estimativa otimista.
CNDH – Comisión Nacional de los Derechos Humanos	Governo Calderón (2006 – 2012)	26.121	2.433	Organizações de Direitos Humanos afirmam que mais de 30 mil pessoas teriam desaparecido no governo Calderón. Em grande medida pela “Guerra às Drogas” promovida por seu governo.
Governo Federal	Governo Peña Nieto (2012 - 2014)	11.309	Não informado	Durante o governo de Peña Nieto ocorreu o desaparecimento forçado dos 43 estudantes de Ayotzinapa.
ACUDEDEH	2012 – 2015	Não informado	88 *ACUDEDEH registra apenas os casos de desaparecimento forçado de defensores dos direitos humanos no México.	Significativa redução após o desaparecimento dos 43 de Ayotzinapa em 2014.
Governo Federal	2007 – 2015	27.659	Não informado	Estimativa total de um grande período.

				Número questionado por organizações de direitos humanos.
--	--	--	--	--

Tabela 1 Dados sobre desaparecimentos. Fonte: autoria própria.

A falta de informações precisas sobre o desaparecimento – e os casos de desaparecimento forçado – fica evidente quando tentamos mapear e analisar dados do governo e das organizações de direitos humanos. Neste trabalho não há intenção de comprovar ou evidenciar quantidades ou verdades escondidas nos números, mas sim apontar para a presença da cultura do desaparecimento no México. É revelador que tanto governos quanto entidades de direitos humanos se ocupem desta problemática, dando indícios de uma cultura do desaparecimento mais ou menos assumida por diversas instâncias, até mesmo as que são responsabilizadas pelo grave crime do desaparecimento forçado: o Estado.

Ainda assim, esse quadro pode ser analisado a partir de algumas informações básicas. A referência muito frequente nos estudos sobre desaparecimentos no México é a da Guerra Suja, período de 1960 e 1980 em que os conflitos entre Estado e grupos insurgentes, armados e revolucionários, transformaram o desaparecimento forçado em prática comum contra todos os tipos de opositores. O maior paralelo possível, tanto em período quanto em ações estatais, se dá com os governos ditatoriais do restante da América Latina, como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, Brasil, Bolívia e Guatemala.

Outro dado alarmante é o de desaparecidos no recorte que abarca o governo de Felipe Calderón. Os seis anos de Calderón (2006-2012) como presidente ficaram marcados como um período sangrento em que o discurso de combate ao narcotráfico e às drogas provocou um agravamento da violência estatal e do desaparecimento de pessoas em todo o país. Em outros países o discurso de combate às drogas também é utilizado como argumento para outras práticas violentas, como a desapropriação de terras para a exploração de recursos naturais, motivação que Mastrogiovanni (2016) acredita estar por trás da instabilidade social criada pelos desaparecimentos forçados no México.

O governo do atual presidente do México, Enrique Peña Nieto, (eleito em 2012) segue com números preocupantes de desaparecimentos. Os dados da ACUDDEH apontam como acontecimento de maior destaque o desaparecimento forçado dos 43 estudantes de Ayotzinapa. Emblemático, o caso fez com que a discussão sobre desaparecimento fosse

aprofundada e fragilizou o discurso estatal que insiste em apontar para terceiros (narcotráfico, conflitos territoriais) como culpados dos crimes.

A mobilização por memória e justiça promovida pelos familiares dos desaparecidos se tornou central no debate público durante o governo de Peña Nieto. Isso porque a própria categoria “desaparecido” assim como a definição do caso dos estudantes como um desaparecimento forçado ainda está em disputa. Uma batalha travada pelos diferentes personagens implicados e que se desenvolve principalmente nas narrativas produzidas sobre o caso dos normalistas.

As categorias desaparecido e desaparecimento são categorias em disputa, e seus significados estão diretamente associados à pluralidade de vozes que falam ou deixam de falar sobre o assunto, envolvendo familiares, autoridades, pesquisadores, movimentos sociais, mídia, entre outros tipos de organização. (ARAÚJO, 2014, p. 38).

Em especial, a grande luta dos familiares dos sobreviventes e das organizações de direitos humanos do México se dá, atualmente, no campo jurídico. Os movimentos sociais pressionam os parlamentares mexicanos para a votação de uma normativa legal, uma “*Ley General*” sobre desaparecimento forçado no México. A proposta é de formulação de uma lei direcionada à prevenção, investigação, processamento e castigo do crime de desaparecimento forçado de pessoas, além de um mecanismo efetivo de alcance nacional para a procura e localização dessas pessoas aliado à reparação das vítimas.

Esta é uma demanda já antiga da sociedade mexicana, uma exigência de que o Estado se esforce em adequar seu marco jurídico federal conforme os acordos e tratados internacionais. Um dos aspectos dessa proposta de tipificação é a que prevê o desaparecimento forçado como um delito permanente e imprescritível. Além disso, proíbe expressamente a anistia, o indulto e qualquer artifício de impunidade.

A necessidade do debate sobre a tipificação do crime parece central nas disputas encabeçadas por organizações de direitos humanos e familiares das vítimas. Neste trabalho não se pretende elaborar reflexões sobre tipificações, normativas e leis, mas avaliar as disputas narrativas sobre o desaparecimento que inclui, também, a forma como a legislação abarcará, ou não, as demandas das vítimas. Desta maneira, sobressai a denúncia sobre a falta de resolução dos delitos de desaparecimento forçado que em grande maioria não são investigados – ou não há punição dos culpados.

Um dos fatos mais interessantes da proposta de uma nova lei é o de encarar o crime de desaparecimento forçado como um delito continuado. A ideia de um crime contínuo vem da

lógica do desaparecimento forçado: até que a pessoa, seu corpo ou a verdade dos acontecimentos venha à tona, o crime segue ocorrendo. Desta forma o crime e a violação continuam até que não se negue mais a privação de liberdade do desaparecido, como especifica o artigo III da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas⁸:

Os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com seus procedimentos constitucionais, as medidas legislativas que forem necessárias para tipificar como delito o desaparecimento forçado de pessoas e a impor-lhe a pena apropriada que leve em conta sua extrema gravidade. Esse delito será considerado continuado ou permanente, enquanto não se estabelecer o destino ou paradeiro da vítima.

Ou seja, até que o caso não se resolva, até que o paradeiro das vítimas seja conhecido, o crime de desaparecimento forçado ainda é considerado "atual". Entretanto, o debate sobre o crime contínuo é ainda polêmico, principalmente porque carrega profundas discussões de caráter legal sobre crimes do passado, como aqueles prescritos pelo tempo ou por acordos de impunidade e anistia, mas que seguem sem resolução, como os desaparecimentos forçados das ditaduras na América Latina.

O tempo, neste contexto, se torna componente fundamental. Nas primeiras horas a possibilidade de encontrar o desaparecido é grande e com o passar do tempo esse reencontro se faz mais improvável. Desta forma, a reação do Estado e suas instituições são determinantes para a resolução do crime, seja reconhecendo o delito ou efetivamente realizando as investigações - duas coisas que raramente acontecem. O tempo também aprofunda a dor dos familiares do desaparecido, um sofrimento contínuo reforçado pelas incertezas. Em algumas normativas internacionais os familiares também são considerados vítimas do desaparecimento forçado pela dor e o trauma que este acarreta - comparado à tortura psicológica.

Os entraves jurídicos, políticos e específicos de cada país e cada governo tornam o desaparecimento forçado uma questão ainda em disputa. A definição de um caso como o de desaparecimento forçado usualmente é prejudicada pela falta de provas para comprovar este tipo específico de delito. O corpo, a pessoa, está ausente; é um tipo de crime baseado na mentira, na ausência de informações; a responsabilidade do Estado como autor do desaparecimento forçado é crucial e por esse mesmo motivo tão difícil de ser comprovado.

⁸ Disponível em <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/k.Desaparecimento.htm>> acesso em 27/05/2017.

Mas esta disputa travada em diferentes âmbitos ganhou novos cenários de embate no México depois de 2014.

1.2 De milhares, apenas 43

Os dados numéricos indicam a proporção do problema no território mexicano: mais de 30 mil desaparecidos desde 2007. Em termos de comparação, este é o mesmo número de desaparecidos registrados pela organização das Mães da Praça de Maio na Argentina entre 1976 e 1983. A diferença, basilar, é que o país do Cone Sul vivia um regime militar imposto por um golpe de Estado e no México atual os desaparecidos são frutos de crimes durante um período democrático.

Talvez o mais intrigante ao constatar o tamanho do problema dos desaparecimentos no México seja o fato de que esta questão só tenha ganhado os holofotes internacionais na proporção devida após o desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa. Essa mudança radical da cobertura internacional e do debate público mexicano a partir de setembro de 2014 é determinante e está relacionada principalmente aos símbolos de resistência e memória criados pelos familiares e movimentos de direitos humanos.

Um dos maiores símbolos da luta contra o desaparecimento forçado no mundo todo é a imagem das mães e dos familiares das vítimas. As Mães da Praça de Maio são certamente as mais reconhecidas porque se atreveram a protestar pacificamente em tempos de intolerância e silêncio. Seguindo esse exemplo, as ações das mães e dos pais dos 43 estudantes também têm se firmado como a maior representação da luta por justiça e verdade no México atual.

São mães e pais que viram seus papéis familiares sendo transformados em representações de agentes de luta e resistência. Uma transformação vivenciada pelos familiares dos desaparecidos que se unem na conformação de comunidades de apoio e dialogam com organizações de movimentos sociais e direitos humanos para reivindicar o retorno com vida de seus filhos. Em atos, protestos, audiências, encontros, caravanas, e inúmeras outras formas de mobilização, estes pais e mães têm conseguido de alguma maneira agenciar as narrativas produzidas sobre o desaparecimento dos normalistas.

Essas mobilizações dialogam com o que Adriana Vianna tem analisado: a temática da politização da dor de familiares de vítimas do Estado. Abordando especificamente a realidade brasileira, centrada na periferia do Rio de Janeiro, Adriana Vianna e Juliana de Farias (2011) desenvolveram um trabalho sobre a atuação das mães de jovens assassinados por agentes do Estado.

O acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos nos fala de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social. (VIANNA e FARIAS, 2011, p.83)

Não é apenas o simbolismo resguardado no personagem “mãe” ou “pai”, mas principalmente o que é feito a partir dessa representação social. O resultado é o de mobilizações absolutamente afetivas, dramáticas, que apelam para a sensibilidade. As falas dos familiares, as pausas, as lágrimas, a intensidade de suas vozes, a indignação e a dor pela perda dos filhos, com o tempo e a repetição, acabam tornando-se parte de uma performance complexa de sensibilização e politização coletiva.

Com o objetivo de provocar uma reação social, essas mobilizações buscam a profusão de identificação e de empatia através da disseminação de narrativas sobre suas histórias e sobre a vida de seus parentes desaparecidos, pois

(...) é fundamental a existência de mediações que permitam transformação de acontecimentos variados em matéria moral de justa indignação ou empatia, como veículos de mídia em geral ou espaços públicos de exibição e construção narrativa do sofrimento. Nesse processo, que pode ser bem ou malsucedido em termos da capacidade de produzir adesão e identificação com o que é narrado, o desafio à ocupação e estabilização de certos espaços morais é constante: a “causa justa” ou o “caso infame” são se definem de uma vez por todas, mas podem ser sempre alvo de desconfiança, descrédito ou reviravoltas. Na forma exemplar da denúncia, a conexão entre sofrimento e indignação depende da produção de um perpetrador, um causador do mal que possa ser identificado com clareza (BOLTANSKI, 1993), o que acaba por obrigar também à elaboração de conexões e causalidades que vinculem o dano a seu causador. O sofrimento deixa, assim, de ser descarnado não apenas no que diz respeito àquelas que seriam suas vítimas, mas, o que é vital para sua dimensão pública e política, em relação aos que ocuparão o lugar de apoiadores engajados e indignados. (VIANNA, 2013, p. 22-23).

Mas este tipo de mobilização, que parte da natural angústia das mães e dos pais dos desaparecidos, se transforma com o tempo em estratégia de luta. O encontro entre familiares de vítimas do Estado e movimentos de direitos humanos é um dos componentes que possibilitam a politização da dor. Esta é uma característica que se encontra presente na formação de diversas redes de familiares que reivindicam justiça. Muitas vezes, as mães e os pais jamais haviam participado de mobilizações até que se encontram na encruzilhada entre o sofrimento silencioso e àquele que se transforma em luta.

“Nós, mães”, “Nós, familiares” ou, mais raramente, “Nós, familiares e amigos” compõem sujeitos simultaneamente da dor pessoal e da ação

política. Trazem para a cena pública, como capital primordial, a história de suas relações, narrada sempre a partir de um evento extraordinário que interrompeu o que se imaginava ser o curso natural dessas relações (Das, 2007), que levou embora investimentos morais e afetivos profundos e que reformulou o próprio sentido de tempo que se tinha antes, agora marcado não só por uma data inesquecível, mas pela penosa sensação de esperar por uma reparação pública que quase nunca chega. (VIANNA e FARIAS, 2011, p. 85)

As semelhanças entre a luta das mães brasileiras buscando reparação pelos assassinatos de seus filhos e dos pais e mães dos estudantes mexicanos não se limitam às formas de manifestação. A saída da esfera individual, de dor ou de luto, para a formação de uma coletividade mobilizada, pela indignação, na luta por justiça, está na base dessa possível interlocução. Esta característica se apresenta como um dos fatores que elevaram a história dos normalistas desaparecidos ao cenário da grande narrativa sobre o desaparecimento forçado no México.

Irmãs de causa e estratégias, as Mães da Praça de Maio carregam ainda hoje as fotos de seus filhos e seus netos nos protestos semanais pela praça de maio em Buenos Aires. Ao lado dos lenços brancos que penduram nas cabeças, as imagens que escandalizaram e percorreram o mundo foram as fotografias em preto e branco de seus filhos e netos desaparecidos.

Desde 2014, o México e o mundo todo tem se deparado com as imagens dos 43 rostos dos jovens desaparecidos de Ayotzinapa. Seus pais e familiares também carregam essas reproduções penduradas pelo pescoço, assim, as fotografias em preto e branco dos filhos desaparecidos estão presentes em toda manifestação que participam. Desta forma, a imagem torna presente aquele ser forçadamente ausente. É um protesto que apela para a sensibilidade daquele que observa e é capaz de se reconhecer ou reconhecer aos seus nos 43 rostos ausentes/presentes.



Figura 1: Fotografia dos familiares dos 43 desaparecidos carregando ampliações das imagens dos rostos de seus filhos e parentes durante manifestação na Cidade do México no dia 26 de setembro de 2016, dois anos após o desaparecimento forçado dos estudantes. Registro feito durante a pesquisa de campo na Cidade do México em setembro de 2016.

Fica latente o questionamento sobre o que esses 43 rostos têm de diferente dos milhares de outros desaparecidos no México. Ou por que a dor dos familiares dos 43 chega até nós, no Brasil e em boa parte do mundo, e a dor das outros milhares de familiares não chegava nem às manchetes locais? Afinal, por que este caso e não tantos outros?

Essas perguntas foram constantes no processo desta pesquisa e nas análises sobre as narrativas do desaparecimento dos 43 de Ayotzinapa. É difícil tentar responder categoricamente qualquer uma dessas questões. O que se pode apresentar são partes de um quebra-cabeça montado apenas a partir de diferentes interpretações.

Se a análise estiver centrada nas imagens, nos rostos, nas fotografias dos desaparecidos como sinônimo de resistência, como uma manifestação de presença do ausente, como uma manifestação de dor, será necessário sim percorrer esses rostos na procura de sinais de diferenciação. Evidentemente, cada um dos 43 desaparecidos é único, mas eles possuem semelhanças enquadradas nas idades, no gênero masculino, talvez no fenótipo. Porém não é suficiente como justificativa, pois entre os milhares de desaparecidos mexicanos também estão jovens, homens, camponeses pobres de mesmo fenótipo.

Precisamos então percorrer outros caminhos para tentar responder essas questões. O que há de exceção nesta história que parece uma regra para cerca de 30 mil pessoas naquele país? Talvez algo da atenção internacional que recebeu o caso seja responsável por esse impacto. A

escritora estadunidense Susan Sontag abordou a problemática das imagens de guerra e a dor que provocam/podem provocar. Resguardas as devidas proporções das temáticas diferenciadas, parece interessante pensar a partir da problematização proposta pela autora das guerras passíveis de causar comoção pública internacional e daquelas que ninguém aborda.

Para uma guerra ultrapassar sua esfera imediata e tornar-se objeto de atenção internacional, precisa ser vista como uma espécie de exceção entre as guerras e representar algo mais do que o choque de interesses dos próprios beligerantes (SONTAG, 2003, p. 33)

Segundo Sontag, existem guerras que por determinados motivos são foco de interesse internacional e outras que ocorrem sem que a comunidade internacional tenha realmente conhecimento. É o caso da guerra na Bósnia, conflito sangrento que aconteceu entre 1992 e 1995 e recebeu, principalmente nos últimos anos da guerra, vasta cobertura midiática; em comparação, conflitos como a guerra civil no Sudão que durou décadas não foram noticiados ou acompanhados pela comunidade internacional com a mesma intensidade.

Essa diferenciação não está relacionada, defende Sontag (2003), com o “tipo” de imagem/narrativa feito em cada região (mais ou menos violento, mais ou menos cruel), mas principalmente com a relação entre “nós” espectadores do mundo e os “outros” que sofrem as violências da guerra, dos conflitos armados, das violações radicais. É claro que as imagens de guerra não podem ser comparadas às fotografias dos desaparecidos, mas algo de perturbador está contido em ambas, são retratos ou sombras da violência.

É possível que a mesma indiferença selecionada entre guerras que são noticiadas e aquelas que são esquecidas se aplique para os casos de violações aos direitos humanos no México e no resto da América Latina, região em que o desaparecimento forçado foi recorrente e ainda acontece de forma grave. Principalmente quando nos dispomos a pensar quem são “nós”, espectadores da comunidade internacional, e os “outros”, pessoas em situação de vulnerabilidade.

Refletindo sobre a mesma temática, da guerra e da dor dos outros, a filósofa estadunidense Judith Butler apontou para algumas questões determinantes em relação ao silêncio sobre determinadas violências. Ao pensar o que faz com que algumas vidas sejam passíveis de luto enquanto outras não (2015), Butler defende que todas as vidas são precárias, mas que existem projetos de maximização dessa precariedade que estimulariam a ideia mais ou menos difundida de que algumas vidas são dispensáveis.

Quando lemos a respeito de vidas perdidas com frequência nos são dados números, mas essas histórias se repetem todos os dias, e a repetição parece interminável, irremediável. Então, temos de perguntar, o que seria necessário não somente para apreender o caráter precário das vidas perdidas na guerra, mas também para fazer com que essa apreensão coincida com uma oposição ética e política às perdas que a guerra acarreta? (BUTLER, 2015, p. 29)

Na tentativa de compreender o que estabelece a diferenciação entre vidas passíveis de luto e outras que são apenas números repetidos, a autora também aponta para um aspecto que parece fundamental para pensar o silenciamento das violências vivenciadas particularmente no Sul do mundo, como no México (que mesmo no Norte do continente é classificado como Sul por seus aspectos culturais e sociais): o racismo.

Formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção tendem a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto. A distribuição diferencial da condição de ser passível de luto entre as populações tem implicações sobre porque e quando sentimos disposições afetivas politicamente significativas, tais como horror, culpa, sadismo justificado, perda e indiferença. (BUTLER, 2015, p. 45)

Para Butler, todas as vidas são precárias porque não há vida sem necessidades sociais e econômicas: abrigo, alimento, redes de sociabilidade e trabalho, etc. Toda vida corre o risco ou tem a possibilidade de sofrer e/ou morrer, toda vida é precária. São determinados valores como o racismo, por exemplo, que maximizam a precariedade de certas populações. Este aspecto é determinante para pensar a violência na América Latina, pois o racismo é uma das ideologias fundadoras do continente.

Ou seja, a população mexicana, precarizada por uma questão racial ou por um projeto de precariedade, passou anos enfrentando isoladamente a violência do desaparecimento e principalmente do desaparecimento forçado. Nem o governo nem a mídia enfrentavam categoricamente a questão como um problema nacional. A exceção dos 43 de Ayotzinapa se faz ainda mais relevante neste contexto. O motivo dessa singularidade pode estar centrado nas formas de resistência dos familiares e amigos dos desaparecidos, militantes engajados; na rede mobilizada para a divulgação do que estava acontecendo, que contou com a internet como principal plataforma; na quantidade de desaparecidos de uma só vez; no fato de serem jovens e estudantes; na arbitrariedade que a certeza de impunidade gera nos indivíduos envolvidos; ou no momento histórico que fez com que as populações do Sul tivessem mais espaço na arena midiática internacional.

Contudo, e apesar da grande repercussão que o caso teve, passados mais de dois anos ainda não há uma resposta aceita pelos familiares sobre o destino dos estudantes. As mães e pais dos desaparecidos ainda esperam por uma investigação que lhes diga de forma conclusiva onde estão seus filhos vivos ou mortos.

Mas na luta contra o Estado, entidade institucional, administrativa, e de certa maneira simbolicamente monstruosa, os familiares dos estudantes mexicanos conquistaram algumas batalhas. A principal delas foi trazer o debate sobre este tipo de crime para a arena midiática de forma incontestável. O que vem sendo dito ou silenciado sobre esta história representa, em parte, os sucessos e infortúnios das táticas e estratégias formuladas por familiares e ativistas dos direitos humanos.

1.3 Silêncio e Balbúrdia: quantas narrativas para uma história?

“Ataques en Iguala dejan al menos cinco muertos; dos eran normalistas” (La Jornada, 27 set. 2014). *“Padres de familia inician la búsqueda de 57 desaparecidos”* (La Jornada, 28 set. 2014). *“Mexican students missing after protest in Iguala”* (BBC, 29 set. 2014). *“Familiares de los jóvenes desaparecidos en Iguala, Guerrero, llegaron a la Secretaría de Gobernación para pedir ayuda en la localización de los estudiantes”* (El Universal, 03 out. 2014). *“There's little mystery to this mass grave: Mexico's drug war is killing children”* (The Guardian, 7 out. 2014). *“México reforça segurança após sumiço de estudantes”* (Folha de São Paulo, 08 out. 2014). *“Au Mexique, l'affaire des 43 étudiants disparus provoque une crise nationale”* (Le Monde, 8 out. 2014). *“Padres de normalistas mexicanos declaran que sin pruebas no aceptan que estén muertos”* (CubaDebate, 8 nov. 2014).

Desde a noite de 26 de setembro de 2014 muitas manchetes, chamadas, artigos de opinião e reportagens têm aparecido nos periódicos de diversos lugares do mundo. Narrativas essas que não são exclusividade da grande imprensa, mas que são disputadas desde a maneira como os sobreviventes contam a história até as reações da presidência da República do México. Um país inteiro esteve sob o olhar atento da comunidade internacional a partir da repercussão do desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa.

Contrapondo a normalidade das narrativas sobre desaparecimentos no México, o caso dos 43 extrapolou o silêncio que impera sobre o assunto, se tornou símbolo e sintoma: a representação de um grave problema social que o país inteiro foi obrigado a encarar. A grande questão se mantém: “por quê?”. Em um país com 30 mil desaparecidos, com estudantes sendo

brutalizados em manifestações, com anos de conflitos no interior, enfim, com a brutalidade e a violência presentes de forma constante, por que este caso específico se tornou tão singular?

Talvez as indicações para responder a estas inquietações estejam contidas nas formas de narrar esta história. O destaque conferido ao caso pela imprensa internacional foi determinante para que os 43 não entrassem rapidamente no esquecimento. A jornalista mexicana Margena de La O, que trabalha para a redação do jornal La Jornada em Guerrero, contou em entrevista realizada no dia 23 de setembro de 2016⁹, que a imprensa internacional foi a primeira a dar a devida atenção ao caso. Segundo a jornalista, a participação dos repórteres de agências de notícias foi determinante para pressionar a grande imprensa nacional mexicana a dar o destaque merecido ao desaparecimento. Outro fato que impulsionou o interesse internacional foi o protesto realizado durante a entrega do prêmio Nobel a Malala Yousafzai em dezembro de 2014 quando um jovem mexicano segurando uma bandeira nacional manchada de vermelho gritou pedindo que o mundo não se esquecesse dos 43 desaparecidos de Ayotzinapa.

Os protestos que se seguiram convocados pelos estudantes normalistas do país inteiro, pelos familiares dos desaparecidos e por diferentes organizações de direitos humanos também ganharam proporções internacionais. O trabalho da imprensa, a partir daquele dia 26 de setembro, foi cotidiano no México e periódico no exterior, acompanhando cada passo dado pelo governo e pelos familiares.

A dimensão da importância deste caso não pode ser questionada. Em qualquer jornal do mundo o desaparecimento de 43 pessoas deveria estar, por princípio, entre as principais notícias. A questão que precisamos abordar é sobre “como” esta história foi narrada, uma problemática do jornalismo que vem sendo analisada há alguns anos a partir de uma perspectiva dos Estudos Literários e de estudos sobre História e Memória. Pensar a produção jornalística como uma narrativa a ser analisada é um dos pilares da presente pesquisa que se baseia nos estudos desenvolvidos por Fernando Resende. O excesso de informações geradas em dois anos de coberturas sobre os 43 parece nos fazer crer que a questão do desaparecimento forçado está sendo agenciada e investigada, mas analisar parte dessas narrativas nos ajuda a entender que esta história ainda está em disputa.

⁹ Entrevista realizada por mim em campo na Cidade do México durante um dos eventos que marcaram os dois anos do desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa.

Resende (2014) destaca que as narrativas são o resultado de relações socioculturais que produzem experiências. Para o autor a narrativa é a articulação entre experiências e temporalidades, dialogando com o escritor francês Paul Ricoeur (1994) que se dedicou a estudar a relação entre o tempo e a narrativa e concluiu que “narrar é estar no mundo”. Esta leitura é particularmente importante quando pensamos o contexto geopolítico que engloba o desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa, algo que será aprofundando no capítulo dois ao tratar da territorialidade.

Neste momento, a importância da análise das narrativas a partir de um olhar ampliado do que é narrar se destaca principalmente quando entendemos que a narrativa funciona a partir de um jogo mimético, como proposto por Ricoeur (1994), em que *mimesis I* se refere à prefiguração (mundo da experiência vivida); *mimesis II* à configuração que transformaria a *mimesis I* em texto (uma narrativa organizada); e *mimesis III* que seria o momento da recepção e apropriação do texto pelos leitores.

É (...) a tarefa da hermenêutica reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um autor, a um leitor que a recebe e assim muda seu agir. Para um semiótica, o único conceito operatório permanece, o do texto literário. Uma hermenêutica, em compensação, preocupa-se em reconstruir o arco inteiro das operações pelas quais a experiência prática se dá obras, autores e leituras. Ela não se limita a colocar *mimese II* entre *mimese I* e *mimese III*. Ela quer caracterizar *mimese II* por sua função de mediação. O desafio é pois o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra. Aparecerá corolariamente, no termo da análise, que o leitor é o operador por excelência que assume, por seu fazer - a ação de ler - a unidade do percurso de *mimese I* a *mimese III* através de *mimese II*. (RICOEUR, 1994, p.86-87)

Para Ricoeur a relação entre os três modos miméticos constitui a própria narrativa. Nos casos que serão analisados nesta pesquisa, por exemplo, estariam envolvidos na definição de narrativa os processos de autores (jornalistas), do próprio texto (as publicações) e da leitura e reinterpretação da história contada.

Sendo assim, a narrativa seria o todo de uma relação inseparável entre o mundo do autor (sua experiência, memória, história), o mundo da obra (dos textos, imagens, relatos) e o mundo do leitor (sua interpretação, apropriação e reconfiguração do narrado). É um jogo complexo e constante que engloba também uma relação entre o tempo e o espaço e sempre produz algo novo. Novo porque existe uma sobreposição de narrativas em cada relatar – para além do

texto, para além da imagem (RICOEUR, 1994). O papel do leitor nesse processo é o de refazer, reviver, recriar uma memória, um acontecimento a cada leitura.

Resende entende que a narrativa é o espaço no qual e através do qual partilhamos experiências. É por isso que uma experiência se instala na narrativa e uma narrativa produz experiência: não existe poder do autor, imanência da obra ou autonomia do leitor (RESENDE, 2011). Há sim um embate constante, um conflito no ciclo hermenêutico (RICOEUR, 1994).

Nas narrativas sobre os estudantes desaparecidos, inclusive neste trabalho acadêmico, são articulados muitos relatos, dados e informações históricas. Além de números de desaparecidos nos últimos anos, contexto e quadro sobre o desaparecimento forçado no México, memórias e histórias de outros casos parecidos, enfim, a força da violência do desaparecimento como estratégia estatal. Um passado que se mistura com o presente e com o futuro através da memória, da produção de um texto comprometido com um contexto e interpretado pelos leitores a partir de suas memórias particulares e coletivas na compreensão de outra experiência que articula passado, presente e futuro e produz realidades.

O jornalismo, principal plataforma narrativa analisada nesta pesquisa, tem como potência e essência a problemática da narrativa. Por mais que a linguagem jornalística – organizada por dados e métodos – vise ao esforço do apagamento das marcas da enunciação, como aponta Resende:

Uma instância eminentemente discursiva, como é o caso do jornalismo, atravessada fortemente por um viés tecnicista e que busca cumprir o desejo da evidência – próprio da ciência cartesiana –, funda seu alicerce na retórica da verdade, fazendo-se, ao mesmo tempo, devedora de uma suposta realidade do acontecimento. É por este viés que foram tecidos seus marcos teóricos basilares, muitos dos quais ancoram estudos que não dão conta do discurso – e menos ainda da narrativa – como dilema da linguagem. (RESENDE, 2011, p.2)

Desta maneira, a problemática da narrativa parece ser fundamental para a compreensão dos enredos, das relações e dos jogos de poder que operam em todo o processo de produção do material jornalístico contemporâneo. Seja para pensar e questionar o papel dos grandes meios de comunicação; seja para pensar os critérios e fundamentos do desenvolvimento do ofício do jornalista, sua implicação pessoal; seja para analisar o discurso produzido em texto, imagem, áudio; seja para pensar a recepção. Nenhum destes processos está isolado dos demais e pensar neles como uma rede, uma composição intimamente relacionada é analisá-los a partir do viés da narrativa.

É no processo de análise de suas narrativas, acompanhado das indagações acerca de seus aprisionamentos e potencialidades no corpo discursivo do jornalismo e do cotejamento de objetos distintos, que se fará possível compreender os modos de instalação dos jogos de poder e produção de sentidos. (RESENDE, 2011, p. 2)

Tais jogos de poder estão imbricados também em dois aspectos que compõem o começo e o fim de uma narrativa: o tempo e a memória, como apresentado por Ricoeur. O segundo aspecto, o da memória, precisa ser considerado com mais atenção neste percurso. A memória do massacre dos estudantes no México é de extrema importância quando pensamos que a materialidade de um crime de desaparecimento forçado se encontra quase que exclusivamente na narrativa. Não há corpos, provas, locais concretos de busca e apreensão. Mas estão os relatos das testemunhas, dos sobreviventes, dos jornalistas, histórias que se desenvolvem a partir de aspectos da memória comum do povo mexicano.

Voltaremos a este tópico no terceiro capítulo para analisar as narrativas selecionadas. Mas ressaltar sua importância neste momento é necessário porque quando falamos de balbúrdia ou silêncio estamos falando da disputa narrativa sobre as verdades de um acontecimento. O silêncio que imperou durante anos sobre os milhares de desaparecidos do México se rompe com a história dos 43 de Ayotzinapa e se transforma em um excesso de notícias, reportagens, especiais. Uma disputa que oscila entre a recordação e a ressignificação do massacre.

Esta é uma relação complexa pois a própria recordação é em si mesma um ato de ressignificação da memória. No Estádio Nacional de futebol de Santiago, no Chile, lê-se a seguinte frase: “Um povo sem memória é um país sem futuro”. Adornando o memorial dos mortos e desaparecidos da ditadura civil-militar comandada por Augusto Pinochet (1973-1990), a frase que resume a necessidade de se lidar com o horror do passado indica uma relação, um processo. Estão aí condicionadas as ligações entre passado e futuro, entre ressignificar e construir, entre manter viva uma lembrança para poder viver um porvir.

E como tem sido ressignificado o desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa? Quais as questões que estão realmente colocadas no debate público? Muito se critica a corrupção do Estado mexicano, o que alguns classificam como "narcoestado"¹⁰. Mas quantas dessas reportagens, matérias e artigos implicam o contexto geopolítico nesses questionamentos? Quantas reportagens apontaram para a exploração de recursos naturais no México como causa da violência e complacência do Estado mexicano? Quantos apontam para a exploração de

¹⁰ Neologismo utilizado para definir a condição de países onde o poder público combate publicamente, mas é cúmplice internamente do crime organizado do tráfico de drogas.

ouro em Guerrero, estado onde se localiza Ayotzinapa, como fator determinante para a instabilidade na região? O que o excesso de matérias e notícias replicando as mesmas informações, reverberando a história oficial, apresentando a crítica das organizações, evidencia e o que esconde?

Pensar a grande produção de conteúdo sobre o desaparecimento nos provoca inevitavelmente a pensar nos silêncios, nos não-ditos, nas faltas. Um dos maiores nomes da análise de discurso no Brasil, a pesquisadora Eni Orlandi se debruçou nas questões referentes ao silêncio como matéria significante. Para ela, “o silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido: ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um horizonte e não como falta” (ORLANDI, 2007, p.58).

É interessante pensar como o silêncio se apresenta nas narrativas produzidas sobre desaparecimentos. Como exposto anteriormente, no crime do desaparecimento forçado existem muitos fatores que dificultam a investigação. Talvez o mais emblemático seja a falta da materialidade do delito. É uma apuração feita nas narrativas, nos vestígios de um crime. Um processo que percorre silêncios e vazios para chegar a algo parecido a uma verdade.

Há, nas narrativas, uma tendência a um direcionamento de sentidos a partir da construção de determinados conteúdos informativos. O governo mexicano se viu obrigado a responder os chamados internacionais sobre o grande número de desaparecidos no país, desde setembro de 2014 grande parte das produções jornalísticas sobre os 43 esteve agenciada por informes do governo, entrevistas, declarações, posicionamentos. Em um sentido político, essa presença excessiva do governo serviu não apenas para contestar as denúncias de cumplicidade com o crime, mas principalmente para tentar direcionar a narrativa.

Na história sobre o desaparecimento dos 43 de Ayotzinapa, contada, recontada e ressignificada diversas vezes, as narrativas se multiplicam procurando maneiras de justificar ou criar uma história lógica, linear, dos eventos sucedidos a partir do momento em que os estudantes foram detidos pelos agentes do Estado. A história oficial do governo direcionou essa narrativa formulando uma hipótese sobre a incineração dos estudantes em um lixão de uma cidade próxima ao último lugar de registro dos 43. A história oficial apontou culpados, incriminou alguns, e mesmo sem as provas concretas (os corpos ou alguma forma científica de comprovação da incineração) foi defendida e articulada como verdade histórica. Os questionamentos e outras narrativas possíveis eram silenciados, assim como os protestos criminalizados.

“Ya ni los busquen’, dicen a familiares de normalistas desaparecidos” (La Jornada, 2 out. 2014); *“Hallan en Iguala fosas clandestinas e indagan si restos son de alumnos”* (El Universal, 05 oct 2014); *“Llama PRI a ‘evitar politización’ de investigaciones por caso Iguala”* (La Jornada, 8 out. 2014); *“Pide PRI no politizar caso de normalistas”* (El Universal, 08 oct 2014); *“Peña ofrece resolver caso Ayotzinapa ‘tope donde tope’”* (La Jornada, 9 out. 2014); *“Activistas de AI critican papel de la PGR en caso de normalistas desaparecidos”* (La Jornada, 9 out. 2014); *“AI califica de ‘caótica y hostil’ la investigación en caso Ayotzinapa”* (La Jornada, 10 out. 2014); *“Hechos en Guerrero dañan percepción del país”* (EL Universal, 14 oct 2014); *“Policías entregaron a los normalistas al crimen organizado”* (EL Universal, 15 oct 2014); *“Cae líder narco por desaparecidos - ingresan a prisión 25 más implicados en el caso Iguala; 14 son policías de Cocula”* (El Universal, 18 oct 2014); *“Marcha por Ayotzinapa termina en vandalismo”* (El Universal, 23 oct 2014); *“Preocupa radicalización de grupos por caso Ayotzinapa”* (El Universal, 24 oct 2014).

As manchetes apresentadas acima evidenciam a disputa pelos sentidos e a tentativa de ordenar as narrativas, operando desde espaços de poder, que coloca a presente análise entre a excessiva balbúrdia e o presentificado silêncio. Principalmente porque o fato de falar muito sobre um assunto não significa, necessariamente, falar tudo (ou falar profundamente) sobre determinado tópico. Muito se oculta no excesso de falas, como indica Orlandi:

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s) (ORLANDI, 2007, p.102).

É possível que este seja um caso exemplar do silêncio que significa. Discursos, narrativas, vozes divergentes são soterradas e substituídas pelo silêncio, ele está visível, por isso significa. A reação do governo mexicano é sintomática, pois evidencia a possibilidade da existência de uma articulação entre o silêncio (narrativo) com a ausência (corpórea). Principalmente porque o silêncio é a presença do que falta e do que é substituído por outra coisa – por isso ele significa – e o desaparecimento é a presentificação da ausência. De tal maneira, o silêncio conserva um ruído daquilo que, violentamente, querem apagar. E é por isso que o trabalho da memória (que passa fundamentalmente pelos atos e pelas mídias) é central: a ausência do corpo não destitui o crime, assim como a narrativa disputada – e silenciada – não inviabiliza os dizeres subterrâneos.

É totalmente plausível a constatação, ao analisar essas manchetes, de que há uma tentativa através de vozes oficiais de direcionar os sentidos do desaparecimento dos 43 e delimitar a investigação até onde parece conveniente. Da mesma maneira é bastante plausível analisar essas manchetes e observar que existem motivos para a tentativa de direcionamento e delimitação da investigação, assim como existe, apesar do poder e da voz oficial, uma forte resistência que não se cala.

A narrativa sobre os desaparecidos de Ayotzinapa, e sobre tantos outros desaparecimentos, segue em disputa porque o corpo permanece ausente. É difícil acreditar que qualquer tentativa de dominação ou controle dessa história possa efetivamente prevalecer entre as disputas de sentido, por mais poderosa que seja essa versão. O desaparecido não está presente, nem vivo e nem morto, e por isso a memória do desaparecimento, sempre em reconstrução, fica escancarada como uma formulação.

O debate público mexicano e internacional passou anos sem abordar a problemática do desaparecimento no México. Após os 43, esses relatos entraram definitivamente na arena midiática com uma explosão de informações que pode até dificultar a compreensão dos casos. Ainda assim, e apesar da balbúrdia, encontra-se nos silêncios a permanência de perguntas que ainda estão por ser feitas e respondidas.

Para tentar adentrar ainda mais nestas questões precisamos perceber que não apenas o silêncio sobre os desaparecimentos forçados no México que imperou durante anos esconde as perguntas, mas a balbúrdia também pode silenciar os contextos no jornalismo.

Ocupar as páginas dos jornais, promover a sensação de prestação de contas, de apuração transparente, passa a ser, nesse sentido, uma tentativa de enfraquecer a ideia de que o governo não tem interesse em desvendar e punir os responsáveis. Essa estratégia é, em termos comparativos, o oposto do que geralmente se faz em ditaduras que intervêm diretamente na produção de conteúdos jornalísticos. Quase sempre, nesses casos, é possível encontrar evidências na materialidade do texto da imprensa de que nem tudo está sendo contado e que há uma vigilância prévia impeditiva e impositiva. A história nos ensinou – e também aos governantes – que mais potente do que censurar, porque as brechas existem, é ocupar os espaços narrativos com versões palatáveis que deem conta de uma sensação de verdade.

Há uma frase proferida por um dos maiores repórteres fotográficos do século XX, Robert Capa, que sintetiza grande parte da dificuldade enfrentada pelos profissionais da imprensa: se suas fotos não estão boas o suficiente, é porque você ainda não está perto o suficiente (CAPA,

2010). É possível que o mesmo possa ser dito das narrativas produzidas sobre os desaparecidos do México. Por esse motivo parece importante adentrar um pouco na vida e no relato dos familiares assim como na escola, esse espaço tão importante que reuniu 43 estudantes para que entrassem para a história de maneira trágica.

1.4 Escola-mãe: Ayotzinapa para além de um centro educativo

Uma celebração aconteceu na pequena cidade de La Palma, em Guerrero, no Sudoeste mexicano. A casa, decorada para a ocasião, se encheu de convidados entre amigos e familiares. Os pais do aniversariante se desdobravam entre cuidar da comida e da bebida, além de receber e entreter a todos que atenderam ao chamado. As crianças brincavam no pátio, os mais velhos se dividiam entre os que cantavam e dançavam na sala improvisada de salão de festas e os que apenas comiam e conversavam em algum canto da casa. Balões coloridos decoravam a mesa principal. Horas depois do começo da festa chegou o momento tão esperado: cantar os parabéns. Os parentes se reuniram todos ao redor da mesa. O bolo foi decorado com as velas que contam os anos vividos: vinte e um. Todos entoaram o “parabéns” mexicano e foram Blanca Nava e Epifanio Álvarez que sopraram as velas com lágrimas nos olhos. São os pais do aniversariante Jorge Álvarez Nava, um dos 43 estudantes de Ayotzinapa desaparecidos em 2014.

Parte deste relato foi feito na Cidade do México durante ato em memória dos 43 por Margena de La O, jornalista do La Jornada que acompanha o sofrimento das famílias há dois anos. Blanca e Epifanio seguem esperando o retorno do filho desaparecido. Eles tentam transformar a dor em luta e trabalham diariamente para que seu filho não seja esquecido. Jorge havia ingressado em 2014 na Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa, aos 19 anos. Ele queria ser médico, mas as condições socioeconômicas não permitiam, foi estudar para ser professor.

Falar sobre a escola de Ayotzinapa a partir do desaparecimento dos 43 é também falar sobre as relações familiares e afetivas desses estudantes. As escolas normais rurais são mais do que apenas centros educativos, elas acabaram se tornando o lugar da família, do companheirismo, da militância. Por isso é importante olhar para as narrativas que circundam Ayotzinapa, que não estão necessariamente na mídia, mas que compõem essa história e estão entranhadas na formação da educação normal rural mexicana.

Retomando o que foi exposto na introdução, o Massacre de Iguala que aconteceu no dia 26 de setembro de 2014 com os estudantes de Ayotzinapa, foi classificado por entidades internacionais de direitos humanos (Anistia Internacional e Human Rights Watch) como um dos mais graves da história contemporânea do México e da América Latina. Naquele dia os estudantes estavam em um ônibus de passagem por Iguala, arrecadando fundos para participar de uma manifestação na Cidade do México, quando foram perseguidos e recebidos a tiros pelos policiais da região. Seis pessoas morreram e 43 estudantes entraram para a grande lista de desaparecidos da democracia mexicana. Anos se passaram e aqueles que ainda militam pela verdade e pelo retorno dos estudantes seguem recebendo ameaças, principalmente por questionar a confusa história oficial que envolve políticos, narcotraficantes, agentes policiais e militares.

Desde setembro de 2014 jornalistas, artistas, historiadores, e pensadores de diversas áreas têm buscado resgatar as histórias de cada um dos 43 estudantes desaparecidos, uma tentativa de fazer com que eles não sejam apenas um número, um registro unificado. Livros, filmes, exposições, todo tipo de ação de memória e ressignificação parece ter sido ativado nesses dois anos. Apesar das singularidades, os estudantes partilhavam algumas coisas: eram todos moradores do campo, principalmente de famílias pobres; eram todos homens; eram todos jovens e a faixa etária média era de 20 anos; a maior parte dos desaparecidos havia ingressado recentemente na escola; a maioria era filha de camponeses; e todos apostavam na educação como um compromisso de vida na tentativa de melhorar economicamente.

Mas o que de maneira mais profunda os une é o ingresso na Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa, um projeto educativo singular que requer redobrada atenção para compreender da melhor forma possível sua importância e os conflitos que ali se passaram desde sua fundação até o desaparecimento de seus 43 estudantes. Para isso, um breve histórico da origem política, econômica e social das escolas normais rurais mexicanas será apresentado.

O México viveu um profundo processo de mudanças no começo do século XX. A Revolução Mexicana de 1910 marcou uma geração e suas consequências são ainda vivenciadas no país. Comandada por Emiliano Zapata e Francisco “Pancho” Villa, a revolução acabou com a ditadura de Porfirio Díaz que durava mais de trinta anos e cujas políticas ignoravam as dificuldades vivenciadas por indígenas e camponeses. O conflito durou cerca de quarenta anos e transformou completamente a vida política, social e cultural do país. Aproximadamente 10% da população mexicana morreu durante os anos de conflito que uniu os trabalhadores do

campo e os indígenas na luta¹¹. A historiadora brasileira Claudia Wasserman desenvolveu uma profunda pesquisa sobre a Revolução Mexicana. Ela defende que

a Revolução Mexicana foi o primeiro episódio popular do século XX na América Latina. Ocorreu contra o domínio oligárquico, a ditadura de Porfírio Díaz, e constituiu-se em exemplo para outros movimentos populares no subcontinente, bem como foi uma espécie de alerta para as classes dominantes. Cem anos depois, a Revolução Mexicana continua sendo motivo de reflexão, primeiro porque a burguesia mexicana apoderou-se do mito revolucionário e fez dele o motivo de sua legitimação no poder. Segundo porque o movimento chiapaneco, eclodido em 1994, demonstrou que os temas da revolução continuam presentes nas lutas populares mexicanas. (WASSERMAN, 2010, sem página).

Encarado como o primeiro episódio popular da América Latina no século XX, o processo histórico vivenciado pelo povo mexicano marcou profundamente as relações políticas e sociais do país e segue reverberando até hoje. Uma das bandeiras mais importantes defendida pelos revolucionários era a da educação popular. Já naquela época o problema da educação no campo era sintomático. A maior parte da população era analfabeta, as escolas estavam apenas localizadas nas cidades. A sociedade rural era amplamente marginalizada em termos educativos. Combater esse isolamento foi uma das principais bandeiras durante o processo revolucionário mexicano.

O historiador brasileiro João Gabriel da Silva Ascenso (2015), que trabalhou a relação da educação e dos discursos raciais no México do começo do século XX, apresentou essa história e seus desenvolvimentos. Em 1920, José Vasconcelos assumiu a reitoria da Universidade Nacional e começou a cumprir um importante papel no projeto educacional mexicano, inédito a partir da Constituição Mexicana de 1917. Seu cargo na Secretaria de Educação Popular a partir de 1921 também foi de grande destaque. Ele foi o principal responsável por um incentivo ao esforço educativo como via de combate à pobreza no México. Uma das primeiras medidas de Vasconcelos foi a Campanha contra o Analfabetismo. Um projeto de educação cívica nacional e federalizada.

Uma das tendências gerais da atuação de Vasconcelos, que já aparecia na Campanha contra o Analfabetismo, diz respeito à busca de se promover uma verdadeira “educação”, mais do que uma mera “instrução” (concepção que se manifesta no nome da Secretaria criada em 1921 – lembremos que, até 1917, ela era concebida como “de Instrução Pública”). O ensino não deveria se contentar com o meramente rudimentar, a alfabetização pura e simples, ou com o ensino de teorizações que estivessem desvinculadas da realidade dos

¹¹ Informações disponíveis em < <http://www.historia.uff.br/nec/revolucao-mexicana-reforma-agraria-e-luta-pelo-direito-de-retornar-um-passado-usurpado>> acesso em 27/05/2017.

alunos. Deveria, isso sim, atender às suas necessidades imediatas, inserindo-os no mundo do trabalho e fazendo com que seu nível de vida melhorasse (ASCENSO, 2015, p.111).

Essa foi a lógica que impulsionou os programas educativos criados a partir do trabalho de Vasconcelos. A histórica Revolução Mexicana foi um dos maiores símbolos de resistência popular do continente, provocou inúmeras transformações e influenciou revolucionários por toda América Latina. Nesse contexto surgiu o projeto educativo das escolas normais rurais, uma proposta de educação popular portadora de um espírito revolucionário para a transformação do México. O principal objetivo dessas instituições atualmente é o de fornecer educação superior para a formação de professores bilíngues (espanhol e as línguas indígenas da região) de ensino básico para os camponeses e indígenas das localidades mais pobres do país.

Criadas durante o governo de Plutarco Elías Calles (1924-1928), as normais rurais se tornaram símbolo da revolução. Naquela época essas escolas formavam as pessoas do campo em dois sentidos: técnicos agrários e professores rurais. Anos depois, no período de Lázaro Cárdenas na presidência (1934-1940) o projeto se transformou em prioridade do Estado mexicano. Chegaram a ser construídas 35 escolas no país e os professores formados carregavam a tarefa de alfabetizar e aprimorar as técnicas agrárias por todo o campo.

Os professores rurais não deviam apenas alfabetizar, mas incorporar os indígenas à família mexicana, transmitir os valores da revolução e, com modernas técnicas de agricultura, retirar o camponês do atraso. Durante o cardenismo, ser professor rural significava também arriscar a própria vida. Os ‘cristeros’, apoiados pela Igreja e pelos fazendeiros, torturavam e linchava os professores. Quando pouco, matavam a duzentos. (PARRA, 2015, p. 30 – tradução livre)

Logo após o final do governo Cárdenas toda a estrutura progressista educativa foi cancelada. A educação agrária foi separada das escolas normais, muitas delas foram fechadas e as que permaneceram foram divididas entre femininas e masculinas (originalmente eram mistas). Foi o começo da profunda transformação que fez destas escolas, perseguidas e sucateadas pelos governos posteriores, centros de formação de lutadores sociais, revolucionários e idealistas. Não eram apenas centros educativos, mas “escola e mãe”. Ali os mais pobres dos camponeses recebiam hospedagem, comida e educação, além de emprego garantido como professor ao fim do período educativo.

Nos anos 1970 o governo de Gustavo Díaz Ordaz foi ainda mais repressivo com as escolas normais rurais. Com o argumento de uma “caça aos comunistas”, Díaz fechou 14 das 29 escolas que ainda permaneciam ativas. Além disso, reduziu o tempo dos cursos, exigindo a formação primária e secundária completa para o ingresso, o que dificultava ainda mais o acesso dos mais pobres. Desde então as escolas passaram a ser parcialmente autogestionadas, uma forma de sobreviver ao pouco investimento financeiro que o governo mexicano aplica na educação rural.

A história da escola dos 43 estudantes reflete um pouco dessa disputa. Fundada em 1926, a Normal Rural de Ayotzinapa recebe os filhos de camponeses de todas as regiões do estado de Guerrero que intencionam o trabalho como professores no campo, muitos outros chegam até a escola para escapar da fome e em busca de uma moradia. A normal de Ayotzinapa é umas das mais fortes escolas em termos de resistência e ação social. A escola se encontra no estado de Guerrero, caracterizado por sua composição indígena e camponesa, assim como pela pobreza. Em 2012, 70% da população da região vivia na pobreza, 58% da população com mais de cinco anos de idade não havia finalizado o ensino básico e 16% era analfabeta¹².

Com a perseguição dos governos pós-revolucionários, as escolas passaram a se identificar com ideais socialistas e a formação passou a se direcionar para a defesa dos direitos do povo camponês. Nos últimos anos os normalistas de Ayotzinapa – escola que formou grandes nomes da guerrilha mexicana nos anos 1970-1980 – se veem forçados a mobilizar-se para obter recursos básicos como comida, luz e água. Além disso, a luta pela contratação dos formados pela Secretaria da Educação é permanente.

A formação e o processo histórico das escolas normais rurais passaram por intensas transformações. Da elaboração de um projeto educativo popular e prioritário para os governos revolucionários, com intenção modernizadora e um caráter progressista, para a gestão mais ou menos forçada de centros educativos que se tornaram sinônimo de “problema” para os governos conservadores. Essa mudança é também uma das explicações da transformação destes centros em lugares de militância. O estudante da normal rural se torna um militante, um inconformado, um revolucionário, um incômodo para os mantenedores do poder e dos privilégios. Mas este militante não deixa nunca de ser um estudante e por mais que aquele seja um centro educativo com peculiaridades, também não deixa de ser o lugar do saber por excelência: a escola.

¹² Dados disponíveis em: <<http://www.telesurtv.net/news/Ayotzinapa-un-proyecto-revolucionario-20141030-0061.html>> Acesso em: 17/09/2015

Os conflitos com os estudantes normalistas são históricos, assim como os casos de assassinato de alunos pelo interior do México. Essa era uma história recorrente e fazia parte da normalidade para grande parte dos mexicanos: a escola normal rural era vista mais como um centro de formação de inconformados (“*ayotzinapos*” são chamados os estudantes de Ayotzinapa) do que propriamente um centro educativo, normalmente respeitado por sua missão formadora. Aqui está uma contradição fundamental para entender as escolas normais rurais e Ayotzinapa em particular: elas não são encaradas como instituições do saber no México atual.

A pesquisadora argentina Paula Sibilía (2012) abordou a questão da origem da escola e de seus propósitos ao pensar a crise dessas instituições na atualidade relacionada com as novas tecnologias e novas demandas econômicas. A instituição escola, em sua origem, é criada na Europa e importada para América como um projeto da modernidade, de otimização e pedagogização dos corpos infantis e juvenis com propósitos específicos (2012). Segundo a autora, o ideal da função primordial da escola era o de acabar com a “barbárie” através da disciplina e transformar os homens em cidadãos. Um projeto basilar do Iluminismo: formar cidadãos disciplinados para o trabalho, para cumprir suas funções na engrenagem mundial.

(...) É que a educação formal constituiu um importante braço armado do Iluminismo: além de desenvolver seus ímpetus modernizantes e secularizadores, libertando o soberano das trevas da ignorância, também acabou sendo um forte movimento de uniformização cultural, capaz de desqualificar e asfixiar sob sua hegemonia racionalista todas as (muitas) manifestações consideradas inferiores. (SIBILIA, 2012, p. 21).

As escolas normais rurais também nasceram de ideais iluministas, baseadas no intento de não apenas alfabetizar as populações do campo, mas principalmente de integrá-las no projeto nacional político e econômico, como mais uma peça do grande sistema produtivo. As transformações históricas vivenciadas pelas escolas há quase um século, apontam para a maior dificuldade que os governos conservadores têm ao lidar com essas instituições, pois apesar das escolas normais rurais funcionarem de maneira tradicional – como internatos, com rigorosas regras disciplinares – elas não produzem o “efeito” esperado da instituição escolar tradicional.

Todo o projeto, o investimento e a burocratização do ensino parecem ter sido desviados de sua função primeira de forma radical no caso das escolas normais rurais. A escola, essa

(...) estrutura colossal foi montada com o objetivo de conseguir algo sumamente improvável: transformar a carne tenra das crianças num

ingrediente adequado para alimentar as engrenagens vorazes da era industrial. (SIBILIA, 2012, p. 29).

Algo que produziu apenas revolta quando sucateada, precarizada e perseguida pelas forças do Estado. Das escolas normais rurais surgiram ativistas políticos, expoentes dos movimentos sociais e batalhadores do campo e da cidade. Mas ainda assim, e o que é “mais grave”, elas seguem sendo escolas. Para a comunidade internacional elas são *apenas* escolas principalmente pelo desconhecimento do histórico de lutas políticas do país e os ideais de educação emancipadora.

É a gravidade de macular um centro educacional e violar estudantes que ficou marcada como uma ação de agentes do Estado mexicano. Para a comunidade internacional estes são atos imperdoáveis, principalmente porque os 43 foram majoritariamente vistos como estudantes, não como militantes. Um jornal britânico¹³ chegou a chama-los de crianças, adolescentes, jovens sendo “assassinados” pelo “narcoestado”.

Por esse motivo, é importante entender que estes não eram apenas estudantes diferenciados, eram também 43 jovens que não poderiam ser classificados como criminosos, como traficantes (principal justificativa para o assassinato de pobres na América Latina). A partir da repercussão internacional, e da forte pressão sobre a investigação do caso, a categorização de estudantes se sobrepôs à de militantes, o que pôde nublar um pouco algumas tentativas de entender os possíveis motivos para o desaparecimento forçado.

O processo histórico de formação das escolas normais rurais e da conseqüente perseguição que elas sofreram e sofrem por parte do governo, justificado pelo caráter ideológico-esquerdista de seu currículo, é também, de certa forma, reflexo do México neste começo de século. Alguns fatores são importantes para entender as disputas políticas que se desenvolvem no território mexicano.

O país foi um dos mais afetados pelas políticas neoliberais dos anos 1990 na América Latina. O Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) entrou em vigor em 1994 e transformou a relação comercial entre EUA, Canadá e México. A resistência da população mexicana contrária ao acordo foi intensa, com destaque para o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional no mesmo dia e ano do tratado de livre comércio. Com esse acordo, a população mais pobre do país ficou ainda mais vulnerável e as escolas normais

¹³ O jornal referido é o *The Guardian*, matéria do dia 7 de outubro de 2014. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/07/mass-grave-mexico-drug-war-killing-children>>

rurais passaram a ser vistas como verdadeiras ameaças aos interesses econômicos nacionais. O conflito entre governo e resistência se complexifica ainda mais com a demonstração de força dos grupos narcotraficantes que dominam vastas áreas do país e possuem conexões com políticos de vários setores.

Com esse apanhado histórico podemos identificar as motivações das perseguições que os jovens estudantes das escolas normais rurais sofrem há anos, principalmente de caráter político. O desaparecimento dos 43 alunos de Ayotzinapa em 2014 foi mais um massacre da população estudantil revolucionária no país, mas não o primeiro. São frequentes os casos de ataques e desaparecimentos de estudantes normalistas no interior do México, assim como ataques a qualquer tipo de ativistas, jornalistas ou militantes de movimentos sociais.

O Massacre de Iguala ocorreu poucos dias antes do ato em memória do Massacre de Tlatelolco, que aconteceu no dia 2 de Outubro de 1968 na Plaza de las Tres Culturas¹⁴, em Tlatelolco, Cidade do México, véspera do início dos Jogos Olímpicos. A quantidade de mortos em Tlatelolco até hoje não foi determinada, mas a manifestação havia sido organizada por estudantes de diferentes escolas, universidades e regiões. Anualmente o México relembra esse Massacre com grandes manifestações na capital, destino dos estudantes de Ayotzinapa em 2014. Desde então, outra data também foi marcada como dia de manifestação estudantil nacional para reforçar a consigna “*con vida se los llevaron, con vida los queremos*”, o dia 26 de setembro, um ato de rememoração para que a violência do desaparecimento forçado não seja esquecida.

Entender os contextos que compõe essa história é pensar o desaparecimento forçado dos 43 de Ayotzinapa como uma narrativa. Este é um passo importante para produzir uma análise capaz de relacionar fatos e relatos sem deixar de prestar a devida atenção aos jogos de poder implicados no caso. Proponho, com esta finalidade, trilhar um percurso pela narrativa, pelo território e pelas questões implicadas na enunciação do desaparecimento forçado de estudantes mexicanos. A seguir, reflexões sobre o território mexicanos, entendido como parte de uma mesma América Latina, serão desenvolvidas a fim de encontrar os elos e raízes culturais do desaparecimento como projeto violento regional.

¹⁴ Praça situada na Cidade do México que mantém em sua arquitetura a marca de três etapas históricas diferentes: da cultura de Tenochtitlan, da cultura espanhola, e da cultura do México moderno.

2. América Latina: território de fossas clandestinas

“O colonialismo visível te mutila sem disfarce: te proíbe de dizer, te proíbe de fazer, te proíbe de ser. O colonialismo invisível, por sua vez, te convence de que a servidão é um destino, e a impotência, a tua natureza: te convence de que não se pode dizer, não se pode fazer, não se pode ser”

Eduardo Galeano

O desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa é contado e recontado há mais de dois anos. São inúmeras as narrativas desenvolvidas sobre o caso, assim como as teorias, os estudos, as tentativas de compreender os motivos, as formas, as consequências. Proponho neste momento uma reflexão sobre os contextos, sobre a territorialidade e sobre a historicidade cultural que dão as coordenadas para a compreensão dos processos narrativos em questão.

Existem certos dados sobre o desaparecimento que são bastante consensuais, outros são amplamente contestados. O fato de o desaparecimento dos 43 estudantes ter acontecido no México, em Guerrero, na cidade de Iguala e com os alunos de Ayotzinapa é incontestável. Assim como é incontestável, neste momento, a definição deste crime como um desaparecimento forçado, crime perpetrado por agentes do governo. A pergunta que fica nesta etapa do estudo é por que aconteceu neste lugar, neste momento histórico?

A violência do desaparecimento parece algo corriqueiro no Estado mexicano: são mais de 30 mil pessoas desaparecidas segundo dados do governo de março de 2016 divulgados pela revista Proceso. Esta situação já não é ignorada pelas entidades de Direitos Humanos e tampouco pelos últimos governos. Difícil é dissociar este acontecimento de um projeto estratégico de controle do monopólio da violência pelo Estado, para pensarmos nos termos do sociólogo brasileiro Michel Misse (2016). O que parece contraditório nos regimes democráticos latino-americanos do começo do século XXI é que eles apresentam por um lado Estados fortes, com instituições consolidadas e leis acordadas; e por outro, territórios imensos que dizem estar fora do controle estatal, onde a violência e a ilegalidade são naturalizadas, aparentemente anômicas. Proponho neste capítulo pensar a lógica dicotômica que sustenta essa dualidade perversa e tão intensa nos países deste canto Sul do mundo a partir da própria criação do continente quando do primeiro contato entre espanhóis e povos indígenas.

Para pensar a dicotomia estabelecida no duplo descobrimento, entre europeus e povos não-europeus, escolho abordar o conceito de pensamento abissal desenvolvido pelo sociólogo

português Boaventura de Sousa Santos (2010). O autor defende que a premissa da formação do que entendemos atualmente como pensamento moderno ocidental está calcada em uma divisão dicotômica e abissal do mundo.

A definição do conceito de pensamento abissal passa pelo reconhecimento de um padrão de indissociáveis dicotomias globais estabelecido no século XVI, com a invasão e dominação das Índias Ocidentais (território posteriormente chamado de Novo Mundo e de América). O pensamento moderno ocidental é assim classificado por Santos como um pensamento abissal, um sistema de distinções visíveis e invisíveis (2010). Nesta estrutura, uma linha é traçada dividindo a realidade social dualmente como “deste lado da linha” (existente, visível) e do “outro lado da linha” (inexistente, invisível, não relevante nem compreensível). A principal característica do pensamento abissal, segundo Santos, é a impossibilidade de copresença dos dois lados da linha. Historicamente a dicotomia foi definida territorialmente: tudo que era “irrelevante” em termos de conhecimento e verdade, além de tudo que fugia da lógica do direito legalista, se encontrava nas zonas coloniais, zonas periféricas, ou seja, os territórios colonizados compunham o outro lado da linha.

Existe, portanto, uma cartografia moderna dual: a cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e da ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. (SANTOS, 2010, p.38-39).

Essa desqualificação de grande parte da humanidade nos faz pensar nos termos de Butler (2015), se realmente existem vidas passíveis de luto enquanto outras não são sequer consideradas vidas, conforme vimos no capítulo anterior. A sub-humanidade moderna, essas vidas que não são consideradas vidas, está cartografada, ela se encontra na parte Sul do mundo, nos territórios colonizados e explorados, submetidos ao exercício de poder da humanidade moderna, os povos europeus.

A primeira linha abissal moderna foi firmada no Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha em 1494, mas as linhas abissais emergem mais claramente no século XVI com as *amity lines* (linhas de amizade). Segundo Santos (2010) essas linhas surgiram de um acordo entre Espanha e França que demarcou a separação dual expressa no pensamento abissal: o que ocorria na Europa não estava sujeito aos mesmos princípios éticos ou jurídicos

do que ocorria fora de lá. Dessa forma se fez possível a existência de direitos e leis que regulassem a vida dos trabalhadores europeus concomitante à escravidão, ao tráfico de humanos, e diversas formas de violência praticadas nas colônias e nos territórios fora da Europa.

O acordo estabelecido entre homens modernos das metrópoles demarcou a coexistência da sociedade civil no Norte com o “estado de natureza” no Sul, separados pela linha abissal. Nas metrópoles imperava a lei, nas colônias tudo era possível. A divisão identificada por Santos é tão profunda que faz com que o “outro lado da linha” desapareça enquanto realidade, ou seja, torna-se inexistente e é produzido como inexistente (*idem*). O processo é perverso, pois “inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (*Idem*, p.32).

A segregação entre visível e invisível se faz presente não apenas nos códigos e acordos jurídicos entre metrópoles, mas também na conformação das práticas sociais, no entendimento do que é ciência, do que é saber, do que existe ou pode existir e do que está fadado ao apagamento.

Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus ‘outros’ modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia (SANTOS, 2010, p. 34).

De forma mais simples seria possível dizer que na linha visível encontramos diferenças como entre a Ciência e seus “outros”, entre o legal e o ilegal, mas do lado invisível da linha abissal estão localizados os conhecimentos incompreensíveis, as sociedades sem lei. Assim se conformou o que a cultura popular sintetizou na frase “não existe pecado do lado de baixo do Equador”, no sentido da dicotomia entre indivíduos modernos, metropolitanos, resguardados pela formação da sociedade civil através do abandono do estado de natureza e da formação do contrato social; e de uma enorme região do mundo em “estado de natureza”, sem possibilidades de sair da invisibilidade.

2.1 Regulação/Emancipação *versus* Apropriação/Violência

A universalidade da separação formada pelas linhas abissais fez com que as diferentes lógicas do lado visível e do lado invisível não entrassem em tensão, pois estavam geograficamente

separadas. Na parte visível da linha – denominada modernidade – a lógica da ação estatal-governamental se divide entre a regulação e a emancipação. Já no lado das colônias, a lógica é a da apropriação e da violência (SANTOS, 2010).

Conclui-se, portanto que regulação e emancipação são as bases das sociedades civis ocidentais, onde o papel do Estado é regular os conflitos e contradições procurando aperfeiçoar as normas e regras para a emancipação social. Em contraposição, a apropriação está baseada na incorporação, na cooptação e na assimilação, e a violência tem suas bases na destruição física, material, cultural e humana.

“Enquanto a lógica da regulação/emancipação é impensável sem a distinção matricial entre o direito das pessoas e o direito das coisas, a lógica da apropriação/violência reconhece apenas o direito das coisas, sejam elas humanas ou não”. (SANTOS, 2010, p. 38). O resultado prático aponta para a intensa correlação entre apropriação e violência do lado invisível da linha. “Juntas, essas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna (...) [Concluindo assim que] a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna” (SANTOS, 2010, p. 38-39) [*grifo meu*].

A pesquisa que aqui se desenvolve parte do indício de que essa realidade é tão verdadeira hoje quanto era no período colonial. A criação e a negação do outro lado da linha são princípios que regulam as relações internacionais, mas a linha já não se configura como fronteira identificada em um mapa, e sim numa complexa rede de relações globais. Se para Santos a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das *amity lines* que separava o Novo Mundo do Velho Mundo, a violência também se configurou de forma metafórica através da ausência, da inexistência simbólica de grupos inteiros da humanidade.

2.2 Colonialidade do Poder e o mito da tradutora traidora

A formação do pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal aponta para possibilidades de compreensão de aspectos vivenciados atualmente na América Latina, entre eles a lógica da apropriação/violência. Componente de conflitos e disputas de poder, a violência possui características específicas neste canto Sul do mundo, principalmente se analisarmos sua presença ao longo dos anos, desde a invasão e formação do continente até o estabelecimento das atuais democracias.

A herança dos tempos coloniais é comumente memorada a partir da violência dos colonizadores que articularam suas ações oscilando entre a destruição física, material, cultural e humana das populações nativas e a incorporação, cooptação e assimilação dessas mesmas comunidades. Este processo complexo pode ser compreendido a partir da análise de uma das figuras de maior destaque na colonização de Tenochitlán (que se tornaria a capital do Estado mexicano): *La Malinche*.

A evidência da complexidade começa no primeiro intento de contar esta história: como nomeá-la? *La Malinche* possui três nomes diferentes que simbolizam não apenas o encontro entre culturas distintas, mas que representam também a violência do processo de colonização no sentido mais íntimo. Já de princípio, ao definir como nomear esta personagem, nosso posicionamento é questionado: iremos chama-la de Malintzin, como foi nomeada por seus pais? De Marina, como foi batizada pelos espanhóis? Ou de Malinche, como ficou conhecida na história da colonização? Talvez devêssemos começar buscando entender por que ela era chamada de *la lengua* por Hernán Cortés (principal nome do processo de dominação do território mexicano pelos espanhóis que começou em 1518) e os cronistas da colonização por seu fundamental papel de tradutora.

Malintzin foi uma mulher indígena que nasceu na sociedade *mexica* e depois da morte de seu pai e novo casamento de sua mãe foi escravizada e vendida aos *mayas*. Esta brutal mudança fez dela uma mulher indígena fluente no idioma maya-yucateca e em sua língua materna, o náhuatl. Malintzin, escravizada, foi entregue ao espanhol Hernán Cortés depois de uma grande derrota dos *mayas*. Sendo fluente em duas línguas indígenas, ela trabalhou junto com Jerónimo de Aguilar (espanhol que também falava maya) para traduzir os idiomas dos nativos e auxiliar Cortés e seus compatriotas nas negociações e no processo de dominação pelos espanhóis do território que hoje se configura como México.

A tradução ou o bilinguismo de Malintzin não era exatamente uma novidade. Malintzin era fruto de sua cultura e sua época. A comunicação entre diferentes povos era essencial muito antes da chegada dos europeus. Contudo, o fato de ter trabalhado para os espanhóis e auxiliado no processo de desestabilização do império mexica fez com que ela entrasse para a história como uma traidora. Importa entender que Malintzin se tornou traidora do que viria a ser o povo mexicano principalmente por traduzir, mas também pelo aspecto sexual de sua relação com Cortés. Eles tiveram um filho, Martín Cortés, considerado nas lendas sobre sua mãe como o primeiro mestiço, filho de um espanhol com uma mulher indígena. A lenda foi transformada em mito de fundação da consciência nacional mexicana. Nesta história,

recontada há quinhentos anos, Malintzin foi simbolizada como a traidora, a vendida, a mãe do povo mexicano, a mulher estuprada, “*la chingada*”.

A história da Malintzin foi amplamente revisada por três grupos de escritores e escritoras ao longo dos quinhentos anos, como aponta a pesquisadora chicana Norma Alarcón (1989). Os primeiros foram os cronistas da colonização, aqueles que registraram a história que se tornou lenda; os segundos foram os que intensificaram o mito da *Malinche* traidora, processo que se deu no século XIX e fortaleceu o nacionalismo e movimento de independência mexicano; os últimos revisores foram literatos do século XX, homens e mulheres que decidiram revisar a história de Malintzin a partir de outras perspectivas.

O intento dos escritores, a maioria literatos como Octavio Paz, Carlos Fuentes, José Emilio Pacheco, Rosario Castellanos, Elena Poniatowska, Cordelia Candelaria, Cherrie Moraga é reconstruir o mito a partir de outras narrativas, ou de uma “contranarrativa”, apostando na capacidade da literatura de construir as percepções do presente a partir do passado. Esta revisão surge do incômodo causado pela compreensão de que a traição de Malintzin pela língua ou pelo sexo foi determinada como mito fundador do povo mexicano e está ainda muito presente no imaginário popular. Entretanto, para os autores, de diferentes maneiras, a formação do povo mexicano é muito mais complexa e tanto as narrativas sobre o uso da língua quanto as narrativas sobre o sexo (e o sexo da mulher principalmente) são muito mais potentes do que a fácil etiqueta de “mãe, deusa, musa, puta ou apenas uma mulher com o poder da fala, da tradução” (ALARCÓN, 1989) é capaz de dimensionar.

Alarcón aponta também para um fator determinante na compreensão do destaque de Malintzin na história da conquista e da disputa sobre seu simbolismo: o fato de uma mulher indígena escravizada ter desempenhado um papel tão determinante quanto a tradução – fundamental para o projeto espanhol de acabar com o império mexica. Esse protagonismo fez dela alguém que atravessou inúmeras barreiras que logo após a colonização se tornaram praticamente intransponíveis. É pela travessia no sentido étnico, racial e sexual que Malintzin seria condenada uma traidora.

O mito de formação do povo mexicano é útil para entender dois aspectos: como se deu a utilização da oscilação entre a destruição física, material, cultural e humana de parte das populações nativas e a incorporação, cooptação e assimilação dessas mesmas comunidades na prática; e principalmente quais são as heranças da colonização, ou como aponta o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2010), os primeiros desenhos da formação da Colonialidade.

Isto porque o que entendemos como colonialismo, esse processo histórico de formação de um mundo dividido entre metrópoles e colônias, gerou também a colonialidade. Quijano apresenta a distinção entre colonialismo e colonialidade: o primeiro refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração territorial, sem necessariamente implicar uma relação racista de poder. Já a colonialidade sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial. É possível, portanto, associar o conceito de linhas abissais que separam o mundo entre visível e invisível (em um primeiro momento caracterizado por uma divisão geográfica, no segundo baseado nas redes de relações globais), com a relação entre colonialismo (dominação territorial) e colonialidade (imposição racial/étnica).

Não se trata apenas de entender a colonialidade como um simples oposto da modernidade, mas de perceber que ela é a base de sustentação do pensamento moderno e da vida social no lado visível da linha. A colonialidade nos remete à criação de diferenças raciais e étnicas em todas as sociedades, privilegiando a parte majoritária no lado visível da linha: o homem branco europeu. Ela é, portanto, uma herança dos processos colonialistas dos últimos quinhentos anos.

Outro pesquisador que trata da temática da colonialidade é o argentino Walter D. Mignolo, que define esse conceito como a parte oculta da modernidade (2007). A argumentação de Mignolo se sustenta a partir da análise da formação histórica da civilização ocidental. Para o autor, o encontro entre europeus e indígenas nativos das Índias Ocidentais é amplamente compreendido como uma descoberta. É possível imaginar que a perplexidade e a estranheza ao descobrir o outro estivessem presentes nas duas perspectivas, contudo, a História, que inicialmente era escrita pelos europeus, consagrou o branco europeu como aquele que ‘descobria’ e o indígena como aquele que era ‘descoberto’. Essa determinação está provavelmente relacionada à divisão do pensamento moderno abissal que outorga legitimidade ao saber de quem está do lado visível da linha, e apagamento ao conhecimento daqueles do lado invisível. Foi, portanto, na afirmação dessa diferença intransponível que surgiu e se firmou entre os anos de 1500 e 2000, a civilização Ocidental.

Segundo Mignolo (2007), o Ocidente foi criado a partir da expulsão dos mouros e judeus da Península Ibérica e da invasão do Novo Mundo. Como toda civilização, a europeia (ocidental) foi construída colocando-se no centro do mundo, tanto no plano geográfico quanto no da enunciação.

O ‘descobrimento’ da América e o genocídio dos escravos africanos e índios são parte indispensável da fundação da ‘modernidade’, uma parte mais

significativa que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Mais ainda, são a cara oculta, a mais obscura da modernidade: a colonialidade. Portanto, escavar a ‘ideia de América Latina’ implica compreender como nasceu o Ocidente e como se fundou a ordem mundial moderna (MIGNOLO, 2007, p. 18, tradução livre¹⁵).

O desenvolvimento da modernidade (dos avanços tecnológicos, políticos, culturais e sociais) na Europa Ocidental foi em grande parte possível pela formação do outro lado da linha abissal, nos territórios colonizados, da conformação da colonialidade. Estes são, por conseguinte, dois lados do mesmo processo histórico, indissociáveis.

Em resumo, a colonialidade teve sua formação concomitante à modernidade e se sustentou na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo em todos os planos e dimensões (QUIJANO, 2010). A partir da invasão e exploração da América, o poder capitalista se mundializou baseado na dicotomia modernidade/colonialidade. Novas identidades sociais foram estabelecidas a partir das ciências europeias, gerando um padrão da normalidade e da diferença com equivalentes adjetivações entre europeus e não-europeus. O núcleo principal da lógica que sustenta colonialidade/modernidade é a concepção humana que aponta a inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados (QUIJANO, 2010). Uma das principais implicações da colonialidade do poder é a invenção das raças humanas baseadas em fenótipo, cor de pele e formato de corpo.

A história de Malintzin diz muito sobre a formação dessa dualidade complexa: uma mulher indígena que trabalha para o invasor e auxilia no projeto de destruição dos povos nativos; uma mulher indígena escravizada que gera o primeiro mestiço, a mãe dos mexicanos. Ela é condenada pelo abandono dos filhos e pela mestiçagem nunca plenamente alcançada. A dupla traição de Malintzin se configura na travessia de barreiras firmes até hoje, pois a formação adjetivada de raças e a segregação são fortes componentes das sociedades latino-americanas, assim como a divisão por classe e sexo. Em sua revisão elaborada no livro *El Laberinto de La Soledad*, o escritor mexicano Octavio Paz afirma que “a estranha permanência de Cortés e Malintzin na imaginação e na sensibilidade do povo mexicano revela que ambos são muito

¹⁵ Nota do original: El ‘descubrimiento’ de América y el genocidio de esclavos africanos e indios son parte indispensable de los cimientos de la ‘modernidad’, una parte más significativa que la Revolución Francesa y la Revolución Industrial. Más aún, son la cara oculta, la más oscura de la modernidad: la ‘colonialidad’. Por lo tanto, excavar la ‘idea de América Latina’ implica comprender cómo nació Occidente y cómo se fundó el orden mundial moderno (MIGNOLO, 2007, p. 18).

mais do que apenas figuras históricas, são os símbolos de um conflito secreto ainda não resolvido” (PAZ, 1992, p. 78 – tradução livre)¹⁶.

A divisão do pensamento abissal e a formação da modernidade/colonialidade estão relacionadas e fundamentam a ideia e criação da América Latina, assim como de outros territórios colonizados durante o desenvolvimento da civilização ocidental. O caso específico do continente latino-americano nos auxilia a compreender aspectos violentos das sociedades atuais.

2.3 O lugar da América Latina

A civilização ocidental se afirmou como centro do mundo a partir da dominação e exploração de diferentes territórios coloniais. Através da formação da colonialidade que está calcada na hierarquização da diferença entre europeus e não-europeus, superiores e inferiores, visíveis e invisíveis, foi possível desenvolver o padrão de poder global, estabelecido na parte visível da linha abissal.

A ciência e a economia tiveram papéis centrais no estabelecimento do padrão global, principalmente na formação do outro como diferente, como selvagem, como bárbaro. Santos identificou em um artigo sobre o fim das descobertas imperiais (1999), as principais descobertas do último milênio. Abordo neste momento as mais importantes para o percurso desta pesquisa: do Oriente e do selvagem.

A respeito do que o autor aborda sobre o oriente, é possível vislumbrar uma complexa relação de dominação, a partir de uma representação hegemônica por parte do Ocidente desde a metade do milênio passado. Nesta elaboração da diferença, o Oriente era visto como a civilização alternativa à ocidental, como o outro possível numa relação conflituosa de disputa de saberes e de poder, o outro temido (SANTOS, 1999).

O Orientalismo, teoria desenvolvida sobre a invenção do Oriente pelo pós-colonialista palestino Edward Said (2007), é classificado como o resultado de um complexo sistema de referências e da construção de conhecimentos sobre o outro: se configura em um estilo de

¹⁶ “La extraña permanencia de Cortés y de la Malinche en la imaginación y en la sensibilidad de los mexicanos actuales revela que son algo más que figuras históricas; son símbolos de un conflicto secreto, que aún no hemos resuelto” (PAZ, 1992, P. 78)

pensamento baseado na diferenciação entre Oriente e Ocidente; possui uma designação acadêmica; e é entendido como uma força de dominação ocidental.

O Orientalismo não é um simples tema ou campo político refletido passivamente pela cultura, pela erudição ou pelas instituições; nem é uma grande difusa coletânea de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de alguma execrável trama imperialista “ocidental” para oprimir o mundo “oriental”. É antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica, mas também de toda uma série de “interesses” que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (SAID, 2007, p. 40-41).

É possível afirmar que tanto Oriente quanto Ocidente são criações humanas para classificar e organizar a vida espacial na Terra (SAID, 2007). É um jogo de representações, mais ou menos verídicas e rearticuladas, que forma essas duas entidades geográficas em constante reflexão e sustentação mútua.

Já a relação europeia com os povos americanos se deu de forma bastante distinta da dicotomia Oriente-Ocidente. América (e em parte também a África), como descoberta imperial, foi classificada como o terreno do selvagem: “se o Oriente é para o Ocidente o lugar da alteridade, o selvagem é o lugar da inferioridade” (SANTOS, 1999). Nesta perspectiva, não havia humanidade reconhecida entre os povos que habitavam esses lugares, eles valiam apenas o que produziam.

A América foi uma das criações do outro selvagem, bárbaro, incompreensível ao colonizador europeu. A imposição da violência europeia teve por base um traço recorrente: desqualificar o outro pela língua. Por esse motivo, a história da *Malinche* mexicana, tradutora traidora, é tão significativa – uma traição que passa pelo poder da comunicação. Ela figura como a indígena que ajudou a dominar os povos “bárbaros”.

“Bárbaro”, em sua origem entendido como uma palavra que provém de um tipo de fala, um “bar-bar” que não era compreensível aos gregos da Antiguidade. Esta experiência originou a palavra e o conceito de desqualificação (MIGNOLO, 2007). A noção de bárbaro é fruto de um preconceito linguístico e se mantém na definição de todo aquele não fluente nos idiomas europeus como um selvagem, infantil, temível, dispensável.

Tomando Aristóteles como ponto de partida, Las Casas propôs as seguintes categorias que permitiam contar com um marco de referência adequado para assegurar que uma nação ou parte dela fosse considerada ‘bárbara’.

A primeira das quatro classes de ‘bárbaros’ correspondia aos grupos humanos com condutas estranhas ou violentas e cujo sentido de justiça, a razão, os modos e a generosidade era aberrante. (...) O segundo significado da palavra ‘bárbaro’ é mais delimitado: todos os povos cuja língua carecia de uma ‘locução que correspondesse ao mesmo modo que as nossas locuções respondem ao latim’ (II:638). Segunda Las Casas, o latim é a condição que garante a verdade de todo enunciado. (...) A terceira classe de bárbaros são os que não contam com um sistema básico de governabilidade. (...) E o quarto critério de classificação incluía aqueles que eram racionais e tinham uma estrutura de direito, mas eram infieis e pagãos por ‘não ter uma religião verdadeira nem abraçar uma fé cristã (...). (MIGNOLO, 2007, p.44, tradução livre¹⁷)

Mignolo aponta a importância da palavra, do idioma, do poder de enunciação. Para o autor, os relatos euroamericanos que produziram a ideia e a imagem de América, posto que nesses relatos a História oficial começa – na criação da memória pela escrita – formaram não apenas o sentimento de inferioridade, sintoma máximo da ferida colonial, mas principalmente as ausências, ou melhor, a história dos silêncios (*Idem, Ibidem*).

Segundo o conceito de história definido no mundo ocidental desde a Grécia antiga até a França do século XX, as sociedades sem escrita alfabética e que não se expressavam em línguas europeias não possuíam história (*Idem, Ibidem*). Nessa perspectiva, a história é um privilégio da modernidade europeia, evidenciando a invisibilidade das experiências das populações não-europeias. Devido a essa exclusão categórica, o autor percebe que “a colonialidade assinala as ausências que se produzem nos relatos da modernidade” (MIGNOLO, 2007, p.17).

A singularidade da América reside nos diversos apagamentos que acompanharam a expansão colonial europeia: o imaginário territorial indígena, sua organização econômica e social e sua noção da vida, a justiça e a felicidade; as histórias, línguas e práticas dos africanos trasladados ao território americano; e a marginalização dos descendentes daqueles que

¹⁷ Nota do original: Tomando a Aristóteles como punto de partida, Las Casas propuso las siguientes categorías que permitían contar con un marco de referencia adecuado para asegurar que una nación o parte de ella fuese considerada <<bárbara>>.

La primera de las cuatro clases de <<bárbaros>> correspondía a los grupos humanos con conductas extrañas o violentas y cuyo sentido de la justicia, la razón, los modales o la generosidad era aberrante. (...) El segundo significado de la palabra <<bárbaro>> es más acotado: todos los pueblos cuya lengua carecía de una <<locución literal que respondiera de la misma manera que nuestras locuciones responden el latín>> (II:638). Según Las Casas, el latín es la condición que garantiza la verdad de todo enunciado. (...) La tercera clase de bárbaros eran los que no contaban con un sistema básico de gobernabilidad. (...) El cuarto criterio de clasificación incluía aquellos que era racionales y tenían una estructura de derecho pero eran infieles o paganos por <<no tener una religión verdadera ni abrazar la fe cristiana>> (...). (MIGNOLO, 2007, p.44)

provinham do Sul da Europa, em particular nas colônias espanholas e portuguesas da América, que se iniciou no século XVII com a primeira geração de crioulos brancos (MIGNOLO, 2007, p.70, tradução livre¹⁸).

O apagamento se deu porque o que chegou às Américas foi uma estrutura de poder ampla e vasta que não pode ser reduzida ao seu caráter econômico, mas que possui diversas hierarquias conformadas na colonialidade do poder. Mignolo identificou também as consequências da chegada dessas hierarquias do homem branco europeu e estabeleceu que a sustentação e a criação da civilização ocidental a partir da descoberta do Novo Mundo apenas foi possível por dois genocídios: o genocídio indígena e dos povos escravizados africanos (2003).

Quando uma pessoa começa a refletir sobre o que significou América para a modernidade, percebe que a civilização ocidental foi construída sobre dois genocídios básicos: o genocídio indígena e dos escravizados africanos. A modernidade leva em si mesma, não pode se despegar, da colonialidade. E a colonialidade é precisamente essa violência necessária para fazer avançar o projeto de modernidade (MIGNOLO, 2015¹⁹).

Genocídio como aniquilação não apenas das populações, mas da história, da memória, da fala do outro. A base da invalidação do outro se deu pela configuração de um povo sem história, sem memória, sem idioma (MIGNOLO, 2007). Ao apagar os vestígios do passado na violência do genocídio dos povos indígenas americanos, foi possível construir a ideia da existência de pessoas desprovidas de alma – ou de fala. Desta forma é possível compreender que a América foi vista desde o começo como uma região de objetos e não de sujeitos.

A colonização do ser consiste nada menos em gerar a ideia de que certos povos não formam parte da história, de que não são seres. Assim, enterrados embaixo da história europeia do descobrimento estão as histórias, as experiências e os relatos conceituais silenciados dos que ficaram de fora da categoria de seres humanos, de atores históricos e de entes racionais. Nos séculos XVI e XVII, os ‘condenados da terra’ (como catalogou Frantz Fanon aos seres colonizados) eram os índios e os escravos africanos (MIGNOLO, 2007, p.30, tradução livre²⁰).

¹⁸ Nota do original: La singularidad de América reside en los diversos borramientos que acompañaron la expansión colonial europea: el imaginario territorial indígena, su organización económica y social y su noción de la vida, la justicia y la felicidad; las historias, lenguas y prácticas de los africanos trasladados a territorio americano; y la marginación de los descendientes de quienes provenían del sur de Europa, en particular en las colonias españolas y portuguesas de América, que se inició en el siglo XVII con la primera generación de criollos blancos (MIGNOLO, 2007, p.70)

¹⁹ Transcrição do vídeo “La opción descolonial y la actualidad mundial” conferencia a cargo de Walter Mignolo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Kwcigz1NPOc> acessado em 03 de jun. de 2016.

²⁰ Nota do original: La colonización del ser consiste nada menos que en generar la Idea de que ciertos pueblos no forman parte de la historia, de que no son seres. Así, enterrados bajo la historia europea del descubrimiento están

Contudo, parece importante destacar que esse processo de apagamento dos povos indígenas e africanos na América não ocorreu sem resistências engenhosamente articuladas. O filósofo argentino Enrique Dussel destaca que a maneira mais eficaz de construir a dominação colonial foi mostrar que “a cultura dominante outorga a mais atrasada os benefícios da civilização” (2010, p.354). Foi graças à justificativa emancipadora da barbárie que a expansão colonialista europeia teve sua legitimidade como obra civilizadora, principalmente religiosa, jesuíta.

Mas o cinismo da argumentação civilizadora não passou sem resistências e críticas desde o século XVI. Dussel identificou o primeiro antidiscurso da modernidade produzido pelo frade dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas, assim como destacou o antidiscurso crítico de Filipe Guamán Poma de Ayala. A importância do antidiscurso histórico reside no uso do discurso – da escrita, neste caso – como forma de resistência possível.

A obra produzida pelo cronista indígena Guamán Poma é destacada como uma síntese interpretativa ou uma "narração crítica que contém uma ética e uma política a partir de uma 'localização' da sua visão que situa numa perspectiva central, tanto no tempo como no espaço, extremamente criativa" (DUSSEL, 2010, p. 373). Os escritos, denominados de “Primeira Nova Crônica e Bom Governo” foram concluídos em 1616, e apresentam a visão inca articulada com a perspectiva católica. A obra de Guamán Poma é relevante por adotar uma perspectiva cristã moderna para apontar as contradições da prática cristã na América, uma estratégia retórica tomada por uma articulação de sobrevivência, de resistência – de existência.

Guaman irá apresentar razões para demonstrar a contradição em que vive a modernidade. Crítica, então, a práxis de dominação dos cristãos espanhóis a partir do próprio texto sagrado deles: a Bíblia. É uma argumentação cerrada que mostra a contradição performativa da modernidade na sua totalidade (DUSSEL, 2010, p. 374).

O que Guamán Poma elabora é uma crítica do desastre da desordem colonial, "crítica categórica da modernidade a partir do mundo anterior à modernidade, a partir de uma utopia ecológica de justiça ético-comunitária em que havia 'bom governo' e não havia violência... morte" (DUSSEL, 2010, p. 375). Dessa forma Guamán Poma mescla no tempo a história ocidental e não-ocidental através da religião.

las historias, las experiencias y los relatos conceptuales silenciados de los que quedaron fuera de la categoría de seres humanos, de actores históricos y de entes racionales. En los siglos XVI y XVII, los <<condenados de la tierra>> (como catalogó Frantz Fanon a los seres colonizados) eran los indios y los esclavos africanos. (MIGNOLO, 2007, p.30)

Esta maneira de unir cronologias (a da cultura ocidental moderna com a dos Incas) mostra-nos um modo próprio de relato histórico, do 'sentido da história', exemplar, que nos ensina a tentar efetuar comparações no khronotopos centro-periferia, em que a periferia está 'acima' e não 'abaixo' e o Sul é o ponto de 'localização' do discurso, o *locus enuntiationis* (DUSSEL, 2010, p. 377).

No entanto, o cronista inca faz mais, segundo Dussel ele escancara as injustiças da ordem política e econômica colonial da modernidade. Essa talvez seja a síntese da formação latino-americana, de um povo mestiço que adota (pela força) o idioma e a religião do colonizador, mas tenta manter a própria história e memória ao subverter tanto língua quanto crença hegemônica. Não se trata de glorificar o triunfo do colonizador nem de lamentar a derrota dos povos submetidos à colonização, mas de reconhecer o doloroso nascimento dos povos da América Latina atual. Tal perspectiva aparece literalmente inscrita em um monumento à formação mexicana, por exemplo. Há uma máxima que se encontra exposta na Praça das Três Culturas²¹ que diz: “Em 13 de agosto de 1521/ Heroicamente defendido por Cuauhtemoc/ Caiu Tlatelolco em poder de Hernán Cortés/ Não foi triunfo nem derrota/ Foi o doloroso nascimento do povo mestiço/ Que é o México hoje”²².

A missão civilizadora europeia que serviu de justificativa para a invasão e exploração dos continentes americano e africano foi sustentada pela formação de um imaginário que classificava essas regiões como zonas de problemas, de atrasado nível de desenvolvimento, entendendo essas caracterizações como problemas patológicos em contraposição à normalidade europeia e seu firme e unilateral curso de desenvolvimento na História.

Uma vez provada a justiça da expansão europeia como uma obra civilizadora, emancipadora da barbárie a que estavam submetidos, todo o resto (a conquista pelas armas, a espoliação do ouro e da prata referidos, o declarar os índios ‘humanos’ em abstrato, mas não as suas culturas, uma organização política em que o poder reside nas instituições coloniais, a imposição de uma religião estrangeira de uma forma dogmática, etc.) fica justificado. (DUSSEL, 2010, p. 356).

A violência persistiu na conformação do projeto da modernidade europeia por mais de quinhentos anos e persiste evidenciada por distintas formas de manutenção das hierarquias da colonialidade do poder.

²¹ Praça situada no centro da Cidade do México, forma um conjunto habitacional que mantém em sua arquitetura a marca de três etapas históricas diferentes: da cultura de Tenochtitlan, da cultura espanhola, e da cultura do México moderno.

²² Originalmente: El 13 de agosto de 1521/ Heroicamente defendido por Cuauhtemoc/ Cayo Tlatelolco en poder de Hernán Cortés/ No fue triunfo ni derrota/ Fue el doloroso nacimiento del pueblo mestizo/ Que es el México de Hoy.

2.4 As violências do Sul: Estado-nação e violência epistêmica

A formação da América como outro europeu foi desenvolvida a partir de uma estrutura de poder simbólica, epistemológica, econômica, política e geográfica. A imposição de uma classificação qualitativa humana baseada na segregação pela raça, etnia e gênero (a colonialidade) funcionou como sustentação do projeto da modernidade. Por esta formação histórica qualquer diálogo Norte-Sul ou qualquer tentativa de compreender um dos dois lados dessa divisão geopolítica e cultural atual precisa antes de tudo, identificar as coordenadas do poder mundial.

Segundo o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, nestas terras do Sul não chegaram quaisquer europeus, mas o homem heterossexual, branco, patriarcal, cristão, militar, capitalista, europeu (GROSFOGUEL, 2010) e suas hierarquias globais que coexistem no tempo e no espaço tais como: a formação de classes de âmbito global com diversas formas de trabalho coexistindo organizadas pelo capital; a divisão internacional do trabalho em centro e periferia; o sistema interestatal de organizações político-militares controladas principalmente por homens europeus; a hierarquia étnico-racial que privilegia os europeus aos não-europeus; a hierarquia global que privilegia os homens às mulheres e o patriarcado especificamente europeu; a hierarquia sexual que privilegia a heterossexualidade; a hierarquia espiritual que privilegia os cristãos; a hierarquia epistêmica que privilegia os saberes do Norte ocidental; e a hierarquia linguística que valora os idiomas europeus.

A colonialidade do poder é então vista como um enredamento, uma interseccionalidade de múltiplas hierarquias globais de formas de dominação e exploração sexual, política, econômica, espiritual, linguística e racial (GROSFOGUEL, 2010). Ela transforma a diferença em algo natural, dado, biológico, quando de fato são criações sociais de classificação baseadas na ciência moderna e seus pressupostos.

A expansão colonial europeia institucionalizou e normatizou simultaneamente, a nível global, a supremacia de uma classe, de um grupo etnoracial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de algumas línguas, de uma pedagogia, e de uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global. Não é possível entender estes processos separadamente. (GROSFOGUEL, 2012, p.342).

As violências da imposição de tais supremacias a partir da formação de hierarquias sociais possuem vínculos com a elaboração das ciências modernas e a conformação dos Estados nacionais, entidades administradoras dos conflitos e das hierarquias. A linha visível do pensamento abissal, que funciona a partir da lógica da regulação/emancipação e foi fundada pela modernidade, formou-se também a partir de estruturas e acordos que deram origem ao projeto do Estado-nação europeu, criado, entre outros motivos, para a melhor fluência do sistema econômico. Para identificar a permanência das hierarquias violentas da colonialidade do poder no lado invisível da linha é preciso pensar também no papel que desempenharam e ainda desempenham os Estados na América Latina.

O filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez identificou a formação dos Estados-nação como mais um dos pilares de sustentação do projeto da modernidade com base na reprodução-imposição da lógica de Estado em diferentes partes do mundo (2005). Entendendo que a demarcação de fronteiras servia para organizar e hierarquizar as estruturas para o comércio internacional, a formação dos Estados latino-americanos funcionou também como um projeto de reorganização econômica global.

Na criação dos Estados permaneceu a dualidade do pensamento abissal, contudo, essa dicotomia já não se encontra mais na fronteira cartográfica e polarizada de Norte/Sul, ela está presente na própria ideia formadora dos Estados democráticos. De um lado operam as lógicas de regulação e emancipação, e do outro de apropriação e violência. A legitimidade dessas lógicas foi dada em grande parte pela ciência. Os estudos que historicamente comprovaram a inferioridade das populações colonizadas seguem determinando até hoje as políticas necessárias para desenvolver essas regiões “atrasadas”.

As taxonomias elaboradas pelas ciências sociais não se limitavam, assim, à elaboração de um sistema abstrato de regras chamado ‘ciência’ – como ideologicamente pensavam os pais fundadores da sociologia –, mas tinham consequências práticas na medida em que eram capazes de legitimar as políticas reguladoras do Estado. (CASTRO-GOMEZ, 2005, p.88)

As ciências cumpriam o papel de determinar quais eram as leis que governavam a economia, a sociedade, e a política. Já o Estado, por sua vez, definia suas políticas governamentais a partir da normatividade científica (CASTRO-GOMEZ, 2005). Essa lógica se fez presente de maneira ainda mais radical na América Latina. A região não foi apenas inventada como outro selvagem, inferior e desprovido de memória e de fala, mas se manteve como território de exploração mesmo depois das independências nacionais. O que surgiu desse processo foram

sociedades segregadas pelas hierarquias da colonialidade que outorgavam poder aos que mais se adaptavam às lógicas de valoração, como a raça, o gênero, a etnia, a religião, a sexualidade. É por trabalhar de forma tão determinante no corpo social que autores como Grosfoguel defendem que as formas de poder da colonialidade não podem ser vistas apenas por seu aspecto econômico ou político. Elas vão além. É necessário reforçar o apontamento da existência de uma série de ideologias nascidas dos privilégios do poder colonial capitalista, masculinizado, branqueado e heterossexualizado (como a homofobia, o racismo, o sexismo, o classismo, o militarismo, o cristianocentrismo e o eurocentrismo) (GROSFOGUEL, 2012). A maneira como essas ideologias estão internalizadas e imbricadas na vida cotidiana das populações colonizadas não pode ser subestimada, principalmente se observamos a definição de eurocentrismo por Quijano:

Eurocentrismo não é apenas a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder (QUIJANO, 2010, p. 86).

Para compreender melhor a relação do eurocentrismo fora da Europa e em diálogo com a conceituação de Quijano, é importante estabelecer a diferença entre o que Grosfoguel (2010) chama de lugar epistêmico e lugar social, ou seja, não é por estar do lado mais explorado das relações de poder que um sujeito se posicione e pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno, contestador, decolonial. De fato, “o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (GROSFOGUEL, 2010, p. 459).

Reforço essa noção porque quando se esconde o lugar do sujeito de enunciação – como aconteceu na dominação e expansão colonial europeia –, acreditando em mitos como o da neutralidade, se constrói por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior, de povos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na América passamos da classificação de um ‘povo sem escrita’ no século XVI, para a de um ‘povo sem história’ até o século XIX, ‘povos em desenvolvimento’ no século XX e agora ‘povos sem democracia’ ou ‘sem memória’ (GROSFOGUEL, 2010). Por essa razão “a velha emancipação nacional e as estratégias socialistas de tomada do poder ao nível do Estado-nação não são suficientes: porque a

colonialidade global não é redutível à presença ou ausência de uma administração colonial” (GROSFOGUEL, 2012, p. 467).

Entender o conhecimento como lugar de enunciação – lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala (GROSFOGUEL, 2010), é o ponto de partida da crítica decolonial. A importância da enunciação, e mais específico da escrita na formação dos Estados latino-americanos foi aposta de pesquisa da pensadora venezuelana Beatriz González Stephan que estudou os dispositivos disciplinares de poder na América Latina do século XIX. A partir de suas investigações, foi possível determinar que as constituições nacionais, os manuais de urbanidade e as gramáticas do idioma formaram os três grandes pilares de sustentação das sociedades latino-americanas (GONZÁLEZ *apud* CASTRO-GOMEZ, 2005). González identificou também que essas tecnologias de subjetivação possuem um denominador comum: sua legitimidade repousa na escrita.

Escrever era um exercício que, no século XIX, respondia à necessidade de ordenar e instaurar a lógica da ‘civilização’ e que antecipava o sonho modernizador das elites *criollas*. A palavra escrita constrói leis e identidades nacionais, planeja programas modernizadores, organiza a compreensão do mundo em termos de inclusões e exclusões. Por isso o projeto fundacional da nação se leva a cabo mediante a implementação de instituições legitimadas pela letra (escolas, hospitais, oficinas, prisões) e de discursos hegemônicos (mapas, gramáticas, constituições, manuais, tratados de higiene) que regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecem fronteiras entre uns e outros e lhes transmitem a certeza de existir dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária (GONZÁLEZ *apud* CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 88-89).

A relação da escrita com a conformação da cidadania na América Latina está diretamente relacionada com a formação de uma elite euroamericana que se apropriou dos meios e formatos legais para gerar para si um sistema governamental-estatal de proteção social a partir da classificação da colonialidade do poder: racial, étnica e de gênero. Criar a identidade do cidadão moderno latino-americano é também construir uma contraposição, aquilo que não seria um cidadão moderno latino-americano, evidenciando a lógica da invisibilidade e da segregação, característica aparentemente intrínseca das atuais democracias da região.

A construção do imaginário da ‘civilização’ exigia necessariamente a produção de sua contraparte: o imaginário da “barbárie”. Trata-se em ambos os casos de algo mais que representações mentais. São imaginários que possuem uma materialidade concreta, no sentido de que se ancoram em sistemas abstratos de caráter disciplinar como a escola, a lei, o Estado, as prisões, os hospitais e as ciências sociais. É precisamente este vínculo entre conhecimento e disciplina o que nos permite falar, seguindo Gayatri Spivak,

do projeto da modernidade como o exercício de uma ‘violência epistêmica’
(CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 90)

Essa lógica da violência epistêmica (relação entre conhecimento e disciplina) formou também uma nova configuração da linha abissal proposta por Santos (2010). A nova cartografia global é confusa pois não se ancora na concretude geográfica e conduz a práticas também confusas. Desta forma é possível encontrar aberrações jurídicas como as que permitem que em um mesmo Estado de direito ocorram suspensões de garantias e direitos, na emergência de uma nova forma de Estado, o Estado de Exceção, que restringe os direitos democráticos sob o pretexto da segurança. “Direitos humanos são desta forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome da sua preservação. Linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal como metafórico”. (SANTOS, 2010, p. 44).

O Estado é assim detentor e conformador de uma série de políticas e agendas e a violência estatal é uma das características do exercício desse poder. Por conseguinte, os desaparecimentos forçados, foco desta análise, são evidências muito concretas da aplicação do poder estatal nas sociedades atuais. O desaparecimento forçado de estudantes normalistas mexicanos, especialmente, possibilita a reflexão não apenas sobre o papel desempenhado pelo poder público, mas também pelo lugar e pela profanação do lugar de saber, da escola.

A conformação dos Estados-nação latino-americanos, e do Estado mexicano em particular, foi desenvolvida a partir de uma série de hierarquias de poder e de violências aplicadas de diversas maneiras. Uma das violências que se destaca nos estudos dos autores apresentados neste capítulo é a violência epistêmica, um exercício de poder simbólico que atua na formação de conhecimentos e disciplinas.

Esta modalidade violenta de exclusão é sintomática quando pensamos a formação cidadã através da escrita e, de forma inseparável, da não-escrita, do analfabetismo, da privação da educação. O desaparecimento de estudantes aponta para o cerne desta questão porque as escolas normais rurais, instituições educativas singulares, passaram a ser consideradas problemáticas para o próprio Estado mexicano. Elas explodem o ordenamento violento de formação de uma determinada cidadania em detrimento de outras, mas se mantêm ativas em parte porque não deixam de configurar instituições de saber.

Como um projeto educativo que se inscreve em todos esses ordenamentos violentos e homogeneizadores (como a própria noção de escolarização e universalidade determina) e,

simultaneamente, um espaço de saber que subverte as lógicas escolares, a escola normal rural se transforma em um dispositivo de luta. O desaparecimento de estudantes de Ayotzinapa concretiza, neste sentido, a violência passível aos sujeitos e projetos que subvertem a lógica de instituições burguesas, componentes fundantes do ideário nacional, como é a instituição escolar.

2.5 A reconfiguração das linhas abissais

Vivenciamos nos últimos cinquenta anos um deslocamento das linhas globais. Santos (2010) defende que após a segunda grande onda de descolonização dos anos 1970 e 1980 foi identificada uma nova configuração das linhas abissais em linhas cartográficas confusas. É o resultado do que o sociólogo aponta como a “volta do colonial”, agora como terrorista, como imigrante ou refugiado, e o “regresso do colonizador”, agora como entidade internacional de regulação e imposição econômica dos países (FMI, OMC, OTAN, BM, Pentágono), atuando principalmente por meio de privatizações e agendas neoliberais. Para o autor, a lógica da apropriação/violência tem ganhado mais força em detrimento da lógica da regulação/emancipação em todos os lugares por causa desse movimento duplo do regresso do colonial e do colonizador, em novas roupagens. O que explicaria a atual ascensão do “fascismo social” (SANTOS, 2010).

O fascismo social pode coexistir com a democracia política liberal, formando sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas. Grande parte dos países latino-americanos vive em maior ou menor escala discursos do fascismo social, quando a violência é defendida arbitrariamente contra segmentos da população, normalmente os mais vulneráveis, sem importar os dizeres da lei. Essa violência contra as populações que não conquistaram o desígnio de “civilizadas” e depois não se enquadraram nas diretrizes necessárias para adquirir “cidadania” hoje reaparece no debate social principalmente por afetar também cada vez mais as populações do Norte Global.

Esta seria, para Santos, a grande questão: o novo colonial abissal. A principal transgressão atual seria o deslocamento, impensável no período do colonialismo posto que o colonizado não poderia entrar nas sociedades metropolitanas se não fosse por iniciativa do colonizador.

O muro da segregação israelita na Palestina (Tribunal Internacional de Justiça, 2005) e a categoria de ‘combatente inimigo ilegal’ (Dormann, 2003;

Harris, 2003; Kanstroom, 2003; Human Rights Watch, 2004; Gill e Sliedregt, 2005), criada pela administração dos EUA depois do 11 de Setembro, constituem possivelmente as metáforas mais adequadas da nova linha abissal e da cartografia confusa a que conduz. (SANTOS, 2010, p. 43).

Os muros que segregam na tentativa de impedir a “volta do colonial” (o terrorista, o imigrante ou o refugiado) são cada vez mais comuns. A grande quantidade de refugiados que chegam todos os anos à Europa estimulou a retomada de discursos abertamente xenófobos e racistas, além de servir de justificativa para a criação de leis cada vez mais rigorosas de imigração e fronteiras físicas propositalmente intransponíveis principalmente no Leste europeu. É possível identificar as coordenadas das linhas abissais ao constatar que os fluxos de bens e materiais são cada vez mais liberados ao redor do mundo, com grandes blocos econômicos pregando o livre comércio, mas os fluxos de pessoas têm sido cada vez mais restringidos comprovando o que Santos (2010) denomina de segregação do novo colonial abissal.

Particularmente a questão do fascismo social é vislumbrada atualmente quando parte da população não se importa ou até mesmo encoraja que a violência seja aplicada de forma arbitrária contra determinados setores, principalmente populações pobres, indígenas, negras, vulnerabilizadas. O desaparecimento dos 43 estudantes mexicanos se aplica neste caso com um exemplo da lógica que sustenta o desaparecimento forçado: a impunidade dos criminosos estabelecida por seus vínculos com o poder e pela aprovação, por parte da população, do uso da violência contra manifestantes, estudantes, ativistas de qualquer ordem.

Um exemplo concreto se encontra no estado mexicano de Guerrero, onde fica a escola normal rural de Ayotzinapa, o exército tem grande atuação em todo o território. Isso foi consequência de duras políticas implementadas com a justificativa de “combate às drogas”, e do apelo e da aprovação da população das práticas do exército. Esse chamado pela força militar, frequente também em outros lugares como o Brasil, é sintoma do fascismo latente nestes países. Enquanto as riquezas naturais existentes em Guerrero são amplamente exploradas e comercializadas por empresas internacionais, a população fica submetida à violência e ao abandono, nada poderia ser mais recorrente em termos históricos do que os anos de colonização e exploração da América Latina.

2.6 Pensamento fronteiro: os muros e as brechas

Um dos bloqueios mais famosos de fronteiras terrestres fica no Norte do México, na divisa com os Estados Unidos, ironicamente, países que assinam um acordo de livre comércio. A importância dessa fronteira mexicana faz do país uma região de destaque por configurar o extremo dos conflitos que extrapolam as definições possíveis para conceitos dicotômicos e justifica também a escolha do México como território da atual pesquisa, em conformidade com o que a escritora chicana Gloria Anzaldúa escreve: “a fronteira entre Estados Unidos e México é uma ferida aberta contra a qual o Terceiro Mundo se choca e sangra” (*apud* MIGNOLO, 2007, p.117, tradução livre²³).

A problemática das fronteiras tem deixado em evidência o quanto a tentativa concreta de bloquear a entrada de “indesejados” é ineficiente como prática radical de segregação. Mas as fronteiras entre a modernidade/colonialidade e suas coordenadas de poder já não estão exclusivamente cartografadas, não se encontram apenas em terrenos divididos, mas nas relações entre as populações visíveis do globalismo e aquelas invisibilizadas.

Para compreender melhor a nova noção de fronteiras ou o deslocamento das fronteiras da modernidade/colonialidade é importante pensar que os Estados, entidades que possuem a autoridade local, hoje são majoritariamente controlados por instituições globais que definem políticas e agendas interestatais. A impressão é de que a realidade transborda os limites fronteiriços e para compreender as relações que se desenvolvem nesse complexo sistema-mundo capitalista global é essencial repensar as fronteiras e os lugares de enunciação.

Da mesma forma, entender que as fronteiras físicas já não sustentam as lógicas do pensamento abissal e da dicotomia modernidade/colonialidade não é ignorar o processo histórico que definiu as coordenadas do poder global e que ainda mantém sociedades sob categorizações problemáticas. As históricas relações de poder entre metrópoles e colônias, entre países centrais e periféricos, entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas não são de maneira alguma negligenciadas neste estudo. Apenas se constata as mudanças e os rearranjos das relações de poder na conformação de novas fronteiras, de novos lugares de encontro.

Entendendo que o pensamento abissal moderno era compreendido no Norte como a forma de regular as relações entre os cidadãos e o Estado, e atualmente se configura cada vez mais na lógica da apropriação/violência para lidar com os cidadãos como se fossem “não-cidadãos”,

²³ Nota do original: La frontera entre Estados Unidos y México es una herida abierta contra la cual el Tercer Mundo se choca y desangra. (ANZALDÚA *apud* MIGNOLO, 2007, p.117).

como se fossem os “selvagens coloniais”, podemos perceber uma nova configuração do capitalismo global que tira de foco a relevância dos Estados nacionais. As fronteiras se deslocaram para dentro dos Estados, estão na divisão entre diferentes, no lugar de encontro, da possível copresença, dos novos descobrimentos mútuos.

Uma copresença radical – que entenda que práticas e agentes dos dois lados da linha abissal são contemporâneos e estão em uma relação de simultaneidade – só pode ser compreendida se for abandonada a concepção linear do tempo. Para isso é necessário entender o que Mignolo (2015) defende quando aponta para a importância de pensar a partir da fronteira como perspectiva de trabalho acadêmico e militância decolonial.

O que significa habitar a fronteira? Bom, se fala muito em cruzar a fronteira. Eu lembro um colóquio em que todos falavam sobre isso, na Europa se começava a falar da fronteira, da imigração, etc. Todo mundo falava sobre cruzar a fronteira. Mas para mim a questão não era cruzar, mas habitar a fronteira (...). O que me levou a isto foi minha condição de imigrante - filho de italianos na argentina. Esse não me sentir argentino. Sabia que sentia isso, mas não sabia racionalizar isso (...). Na Europa eu me dei conta que era *Sudaca*. A pessoa percebe as relações, mas não sabe o que fazer com elas (...). A questão não é cruzar a fronteira, mas habitar a fronteira (...). Quem habita a fronteira? Não todos (...). Isso está na base emocional de problemas políticos e epistêmicos que se discutem a outro nível. Quando falamos de modernidade, e das pessoas que habitam a modernidade, que se sentem confortáveis com a modernidade, elas habitam o território e não a fronteira. E porque habitam o território ficam incomodadas com quem cruza a fronteira. Mas quem cruza a fronteira habita a fronteira, porque esses não estão no seu território nem naquele em que chegam (MIGNOLO, 2015²⁴).

Só assim seria possível pensar a dualidade e a complexidade da copresença (de tempos, histórias, vivências), a partir da própria dualidade, no limiar entre um lado e outro das linhas abissais, no atravessamento. Essa é a proposta de Mignolo na formação da epistemologia decolonial, em conformidade com o que Grosfoguel argumenta sobre a crítica radical.

“Porque a epistemologia decolonial assume abertamente a geopolítica e a corpo-política do conhecimento como ponto de partida para uma crítica radical” (GROSGOUEL, 2010, p.462). É o corpo atravessado pela geopolítica capaz de se situar “entre” perspectivas, “entre” formas de conhecer, “entre” vivências. Pensar na fronteira, como formulou Gloria Anzaldúa, é pensar numa redefinição da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para além das definições impostas pela modernidade europeia (ANZALDÚA *apud* GROSGOUEL, 2010).

²⁴ Transcrição do vídeo “La opción descolonial y la actualidad mundial” conferencia a cargo de Walter Mignolo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Kwcigz1NPQc>, acessado em 03 de jun. de 2016.

A epistemologia da fronteira se propõe a procurar uma retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, sem fundamentalismos, num mundo de libertação decolonial capaz de superar a modernidade eurocentrada. Proposição também encontrada no conceito de “transmodernidade” concebido por Enrique Dussel (2010), que tem como objetivo acabar com o projeto inconcluso da descolonização da América Latina e aposta na diversidade como projeto universal.

2.7 América Latina dos desaparecidos

É absolutamente redutor enunciar América. Ela não é única, não tem uma conformidade. A dificuldade de se falar em uma mesma América (do Sul e Central) precisa ser reconhecida. Composta por diversos países com histórias e populações diferentes, idiomas ainda por contar e culturas igualmente variadas, a região também possui traços ou heranças arraigadas que podem ser estudadas mais a fundo. A própria denominação de “latina” é analisada por Mignolo (2007) como uma forma de unificar, classificar e hierarquizar a região, em oposição à formação saxônica do Norte do continente.

As possíveis semelhanças nos apontam para a colonialidade, que pode ser identificada na América Latina pela expressão de suas hierarquias em diversas práticas e vivências. A história da criação do continente formada por atos de violência física e simbólica serve de indício para a compreensão das contradições vivenciadas nos países da região atualmente. Se as linhas abissais condenaram populações indígenas e afro americanas à invisibilidade simbólica, as resistências de tais populações violentadas e vulnerabilizadas foram sempre condenadas à toda forma de violência concreta.

A região passou por experiências intensas e processos que se concretizaram em muitos países ao mesmo tempo. Com maior ou menor intensidade em diferentes países, com as peculiaridades de cada região, esses processos encontram linhas de diálogo, por vezes

perversos como foram os anos do Plano Condor²⁵ no Cone Sul, por vezes mais amistosos como foram as negociações do Mercosul²⁶ e do Alba²⁷.

Há, contudo, um aspecto que parece presente em todas essas realidades e que se configura de formas variadas, mas permeados sempre com a mesma violência: as desapareições. Na história latino-americana, os povos que desaparecem já pareciam ausentes pela invisibilização simbólica. O desaparecimento é uma estratégia perversa de Estados ditatoriais contra as formas de resistência, como nas ditaduras militares. São métodos que também se mantêm nos Estados democráticos e condenam populações inteiras ao esquecimento, como é a realidade de alguns povos indígenas, dos militantes pela terra e dos ativistas de diversas frentes.

É a América Latina dos desaparecidos que procuro entender neste trabalho, seguindo as pegadas das desapareições, ou os rastros da violência como indica a filósofa Jeanne Marie Gagnebin:

Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista, esses primos menos distantes do que podem parecer à primeira vista, devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos. (GAGNEBIN, 2006, p. 113).

Intenciono questionar as enunciações sobre essa faceta da colonialidade do poder tão frequente no território latino-americano. As denúncias do genocídio indígena e afro-americano, que permanecem mesmo depois de 500 anos, estão presentes nas bandeiras dos movimentos Negro e Indígena tanto no Brasil quanto nos demais países da região, onde matar e desaparecer um negro ou um indígena não causa comoção nem questionamentos na mesma medida que a morte de um filho da elite branca causaria. Essa violência sofrida por populações específicas e instigada pela elite que permanece branca, permanece rica e crente

²⁵ Ou "Operação Condor" foi uma aliança político-militar de vários regimes ditatoriais da América do Sul como Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai. O plano era combater a oposição às ditaduras e eliminar líderes de esquerda em qualquer país em que estivessem.

²⁶ Mercado Comum do Sul é uma organização intergovernamental criada em 1991 formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Venezuela e futuramente Bolívia. O acordo está concentrado nas questões econômicas da região, troca de mercadorias e união aduaneira.

²⁷ Alternativa Bolivariana para as Américas ou Aliança Bolivariana para as Américas é uma organização de cooperação internacional entre os países da América Latina e do Caribe criada em 2004 com prioridade não apenas nas questões econômicas, mas principalmente na integração social e política da região.

de sua ancestralidade europeia, reitera a hipótese de que os desaparecidos seriam, no contexto da luta decolonial contemporânea, a representação uniforme dos marginalizados inventados como invisíveis.

Mas o que faz do México um país em destaque quando falamos em desaparecimentos? Ou para complementar as questões que abriram este capítulo, por que o desaparecimento dos 43 estudantes que aconteceu neste lugar e neste momento histórico se tornou uma grande narrativa?

Se algum traço parece marcar a história de todo continente latino-americano é o do silenciamento das narrativas: é a narrativa de diversas comunidades, etnias, grupos culturais anteriores à colonização que se desconhece; é também a história que apenas se vislumbra pelos relatos europeus; são as vozes silenciadas pela violência, pela aniquilação física e simbólica; é a voz da mulher indígena escravizada que trai, bode expiatório da colonização; é o idioma incompreensível, bárbaro; é a subversão inca ao criticar o silêncio dentro dos lugares de saber; é a escrita que vem invalidar a oralidade quando apenas aprendemos a falar os idiomas europeus.

A memória dos povos latino-americanos, dos desaparecidos, é atualmente mediada por escritores, acadêmicos, jornalistas. Estes últimos, responsáveis pelo debate público, cumprem um importante papel de dar visibilidade ou invisibilidade às narrativas do hoje. Mas não são apenas os códigos e regras da profissão que orientam o silêncio ou a balbúrdia, no caso específico dos 43 estudantes desaparecidos de Ayotzinapa, a resistência tem obrigado o jornalismo a não silenciar.

3. *Ni olvido ni perdón*: o enunciado jornalístico

“Os que fazem da objetividade uma religião, mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos, para salvar-se da dor humana”

Eduardo Galeano

Depois de percorrer os caminhos do desaparecimento e da territorialidade nos primeiros capítulos, agora adentramos o universo da enunciação. Irei propor um olhar atento para as narrativas jornalísticas produzidas sobre o desaparecimento dos 43 de Ayotzinapa. O fio condutor deste percurso será a procura de indícios através de uma das questões mais provocativas do jornalismo e componente do *lead* bastante negligenciado: por quê?

Principiamos este processo ao pensar em uma consigna historicamente marcada pela luta contra a desmemória nesta parte Sul do continente latino-americano: “*Ni olvido ni perdón*”. Presente em cartazes, em muros, em camisetas, adesivos, bandeiras, a frase é um dos grandes símbolos das famílias e dos movimentos sociais que batalham por memória e justiça. Nela, estão contidas duas determinações importantes ao tratar da violência pelo desaparecimento forçado: a recusa ao esquecimento e a negação do perdão. Não são perdoáveis as violações, as torturas e o sofrimento que o desaparecimento provoca para os presentes e também para os ausentes.

Neste emblema permanece uma ideia que ainda não se firmou completamente: a de justiça. O desaparecimento forçado de pessoas nos países latinos durante as décadas de 60, 70 e 80 possuía motivação explícita, executores identificáveis e ordenamentos registrados. Sabe-se que as principais motivações eram políticas, principalmente no combate aos opositores dos regimes ditatoriais e no enfrentamento às guerrilhas. Sabe-se também, que muitas pessoas não diretamente envolvidas nos feitos políticos da época acabaram sofrendo com essas violações. Por saber disso, é possível defender a ideia de que esses crimes sejam justificados principalmente porque o tempo, as campanhas democráticas e a mobilização popular forçaram para que a memória não fosse destruída e para que os responsáveis não passassem totalmente impunes.

Todavia, para que esta ideia e esta campanha, sintetizadas na frase-emblema, fossem possíveis, foi fundamental o desenvolvimento de narrativas de memória, tanto dos estudos históricos, das coberturas jornalísticas e de todo tipo de rememoração possível. Uma batalha

que ainda segue sendo travada nas narrativas, nos processos judiciais e nas construções históricas.

No caso dos estudantes mexicanos as narrativas sobre o desaparecimento são tão relevantes quanto foram aquelas sobre as ditaduras militares. Por isso quando o antigo procurador geral da República do México, Jesús Murillo Karam, declarou a frase “*Ya me cansé*”²⁸ ao final da apresentação de suas conclusões sobre o desaparecimento dos 43, nomeada de “verdade histórica”, a reação popular de repúdio foi imediata. Ficava em evidência a tentativa de acabar com as incômodas perguntas que o desaparecimento dos estudantes provocava e de enquadrar a memória da forma mais conveniente.

Neste sentido, o desaparecimento dos 43 funciona como uma metáfora para pensar a dimensão das violações e disputas por memória na América Latina. Como visto anteriormente, este é um território que vivencia há mais de 500 anos uma série de violências estratégicas com foco na exploração de suas riquezas. Nesse escopo de violações, o desaparecimento se apresenta de forma constante, seja no desaparecimento da história, da língua, da cultura ou mesmo dos corpos. Por isso, e embora pensando em Ayotzinapa, é possível perceber uma recorrência de certos destinos e histórias na América Latina.

As violações vivenciadas atualmente não são uma atualização da história indígena e africana na América, mas possuem uma conexão profunda, histórica, principalmente porque seguimos sabendo quem potencialmente vai morrer, quem vai desaparecer e quem permanecerá. Existe uma ideia popular que afirma que a violência no Brasil tem endereço certo, um CEP determinado, e essa realidade não é tão diferente nas outras partes do continente.

Os motivos que transformam esse território imenso em um espaço de exploração e violência podem ser encontrados nas narrativas produzidas sobre a história compartilhada. Enunciar a violência é uma das formas de identificar as raízes e implicações dessas violações. Contudo, enunciar a violência é, também, em determinada medida, um ato violento. Isso acontece porque a enunciação é um ato simbólico significativo que produz efeitos, e tratar da violência pode muitas vezes reduzir sujeitos e grupos históricos à vitimização²⁹ ou à vilanização.

²⁸ No dia 27 de janeiro de 2015 o Procurador Geral da República Jesús Murillo Karam declarou em uma coletiva de imprensa o resultado das investigações desenvolvidas pela PGR, determinando o que chamou ser a “verdade histórica” do desaparecimento dos 43 de Ayotzinapa. Ao final da coletiva de imprensa Karam proferiu a frase que virou emblema do repúdio dos mexicanos às violências e à situação social do país: “*Ya me cansé*”.

²⁹ Vítima possui um estatuto de uso político (ARAÚJO, 2014). Segundo Araújo a histórica aparição da figura da vítima surge simultaneamente à construção da noção de crime contra a humanidade e de uma justiça penal internacional. Em sua origem, a vítima era uma figura religiosa, ritualística. Sua vinculação com a passividade

Mas a violência da enunciação possui também um potencial libertador. Ela é complexa, pois formula e salienta as experiências dos sujeitos, mas pode também aprisionar quando ignora ou recorta as complexidades inerentes aos personagens e grupos que sofrem, resistem, transformam, subvertem, enfim, vivenciam os processos de brutalidade. Pensar as narrativas como um processo espiral, que aproxima experiência e memória na criação de outras interpretações (RICOEUR, 1994), é ver a possibilidade complexificadora da enunciação.

Neste sentido, a procura dos porquês, algo tão caro ao jornalismo, parece central para entender os desaparecimentos de Ayotzinapa e o universo da exploração colonial na América Latina. Interessa aqui identificar as possíveis motivações expostas nas narrativas produzidas sobre os 43 nas inúmeras tentativas de enunciar o desaparecimento através da mídia, em especial das grandes reportagens sobre o caso.

3.1 Problemática de uma tautologia motivadora

Os jovens mexicanos são assassinados porque são militantes ou eles se tornam militantes porque são potencialmente assassinados, explorados, violentados? Essa pergunta parece fundamental para pensar as motivações da violência contra os estudantes normalistas rurais do México. Se, como se afirmou anteriormente, este desaparecimento forçado tem um caráter político, o que faz com que estes estudantes se tornem militantes engajados a ponto de sofrer uma perseguição de tamanha proporção?

Não se trata de determinar ou separar a partir de algum julgamento moral o “ser militante” ou o “ser explorado”, mas de entender que a relação entre essas duas figuras é parte não apenas do pano de fundo da história dos estudantes de Ayotzinapa, mas também das motivações por trás da violência que eles enfrentaram. Talvez seja também a condição que provocou a tentativa de compreender a história deste específico desaparecimento por parte da comunidade internacional.

Infelizmente, essa tautologia não está explicitamente presente nas narrativas midiáticas dos grandes conglomerados da imprensa, tampouco se encontra nas narrativas jornalísticas de posicionamento político à esquerda. Grande parte das reportagens se restringe aos fatos diários e ao desenrolar das investigações, procuram-se os culpados partindo de premissas

foi ressignificada com o passar dos anos, hoje a ideia de vítima tem como objetivo o reconhecimento social em relação ao sofrimento e a demanda por reparação. Neste sentido, vítima e algoz são conceitos em disputa.

partilhadas pelo senso comum, como a ideia de uma sociedade desestabilizada pelo tráfico de drogas e pela corrupção. Isto acontece, na maior parte dos casos, porque são narrativas que ignoram alguns aspectos do contexto social, político e econômico do México. Assim se faz necessária a indagação: afinal, quais são os contextos que ficam de fora na constituição dessas narrativas?

Em primeiro lugar, a ideia de normalização da exploração capitalista é completamente internalizada. O capitalismo, seu modelo, suas implicações como sistema econômico e político, não é implicado como problema ou agente causador de violências como o desaparecimento forçado e a grande onda de desaparecimentos no território mexicano. Isto não quer dizer que a grande maioria das reportagens não possua um viés crítico, mas que se congelam nas acusações contra o Estado ou o narcoestado.

No capítulo anterior apresentamos a proposta do pensamento crítico decolonial, uma visão que desnaturaliza as opressões que parecem e são construídas como naturais. Agora a intenção é pensar a partir desse mesmo exercício crítico as narrativas jornalísticas que naturalizam as violências quando não questionam ou implicam o sistema político/econômico e cultural em que estamos inseridos. Essa naturalização é parte fundamental da engrenagem do capitalismo, funciona da mesma forma como funcionava a normalização do colonialismo, da escravidão e das opressões diversas enfrentadas pelas populações latino-americanas.

Precisamos encontrar novos conceitos e uma nova linguagem se quisermos explicar o complexo enredamento das hierarquias de gênero, raciais, sexuais e de classe existentes no interior dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo colonial/moderno. (GROSGOUEL, 2010, p. 473)

Grosfoguel propõe a busca de uma nova linguagem para explicar e repensar os processos de poder e de resistência decolonial. Neste sentido, a comunicação e o jornalismo parecem mecanismos fundamentais para um pensamento crítico. Mas o jornalismo, braço ideológico da força capitalista, é um dos principais responsáveis pela normalização das violências. Em casos como o desaparecimento dos 43, fica mais evidente essa instrumentalização do jornal porque os questionamentos mais naturais, os “porquês” mais incômodos, não são enfrentados, pois configuram um risco de desestabilizar a própria organização que sustenta essa profissão. Se o Estado mexicano está comprometido de tal forma com o comércio das drogas a ponto de ser classificado como um “narcoestado”, o que pode ser dito das grandes empresas nacionais e

internacionais que financiam políticos, campanhas, partidos e, conseqüentemente, a opinião pública?

A relação do jornalismo com a lógica capitalista é intrínseca ao surgimento do jornal na Europa do século XIX. Esta é uma característica evidenciada em diversos estudos. As marcas do paradigma positivista na formação do jornalismo foram analisadas particularmente pela jornalista e pesquisadora portuguesa Cremilda Medina (2008) nos estudos sobre a obra de Comte e o desenvolvimento da profissão. Os laços com o positivismo e a ideologia burguesa em ascensão formaram o princípio do fazer jornalístico e ainda são sombras marcantes no ensino e nos métodos utilizados pelos profissionais.

No século XIX se propõem gramáticas, presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social. O signo da divulgação que rege a relação ciência - sociedade se estrutura numa concepção e prática semelhantes aos discursos que informam sobre a atualidade (MEDINA, 2008, p. 15).

Essas gramáticas estruturaram não apenas uma prática, mas a defesa de determinadas perspectivas. A gradual institucionalização da imprensa como empresa de comunicação transformou essa potência comunicativa em um negócio lucrativo e determinante para o sucesso de empresas, políticas, campanhas, vendas e a sustentação da lógica comercial que ganhou força no século XX.

Esta questão se torna evidente quando compreendemos que “pela comunicação, formam-se e transformam-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história”, como aponta o professor Eduardo Granja Coutinho (2014, p.17). Ele propõe uma análise sobre a contribuição do filósofo italiano Antonio Gramsci para os estudos da Comunicação a partir do conjunto dos Cadernos do Cárcere, nos anos 1920, e da conexão entre mídia e poder pensada pelo filósofo.

Hoje, ocupando um lugar de destaque na sociedade civil, *a mídia é, seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas*. Apesar da enorme insatisfação existente na sociedade global, das periódicas crises financeiras que afetam a população do planeta, aumentando o fosso entre os ricos e os miseráveis, é ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à supremacia do capital (COUTINHO, 2014, p. 18 – grifo do autor).

Contudo, a crítica à mídia como esfera de sustentação da supremacia do capital não é efetivamente uma novidade. É preciso reiterar que existem resistências e disputas no fazer midiático, especialmente no âmbito do jornalismo. Práticas que se sustentam a partir dos usos das tecnologias, das formas de narrar, do enfrentamento dentro das empresas e na formação de alternativas comunicacionais.

Ainda assim, a dimensão da força empresarial que não apenas direciona o posicionamento das empresas, mas também que sustenta o próprio trabalho jornalístico não poderia deixar de ser apontada em uma análise sobre a produção da imprensa. Em uma aproximação possível da crítica do século 1920 com a atualidade brasileira, Coutinho afirma:

Poderíamos acrescentar, sem recorrer ao óbvio exemplo da Rede Globo, a função da direção político-cultural de um jornal como a *Folha de São Paulo* no Brasil. Não se trata de um mero porta-voz dos interesses da burguesia paulista. Trata-se de um *intelectual coletivo* que se ocupa da *formulação e da elaboração sistemática* da ideologia necessária à dominação do grande capital financeiro (COUTINHO, 2014, p. 21 – grifo do autor)

O emprego das gramáticas comunicacionais é ardiloso, sutil e bem arquitetado. Não trabalha tanto na negação de outras narrativas, mas principalmente na superexploração de narrativas condizentes com a ideologia vigente, algo como a produção de silêncios nos discursos (ORLANDI, 2007)³⁰. Neste sentido, mesmo que o caso do desaparecimento forçado dos 43 tenha de alguma forma, extrapolado a barreira da ausência narrativa, em se tratando de desaparecimentos no interior empobrecido mexicano, ele aparece como um excesso de narrativas que se repetem sem efetivamente questionar o sistema político-econômico que possibilita (e até mesmo necessita de) este tipo de violação.

O capitalismo, portanto, não é questionado, como se o narcoestado ou a extensiva exploração – seja para as drogas, seja para outras finalidades produtivas – não estivessem implicadas no sistema que visa o lucro à custa da perversidade. A naturalização deste contexto político-econômico é ainda mais grave em um país como o México que vive as consequências do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e da aplicação irrestrita do planejamento neoliberal sustentando pela elite econômica e política do país.

³⁰ Na elaboração sobre balbúrdia e silêncio, no primeiro capítulo, foi apresentada a ideia de silêncio por Eni Orlandi: "O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s)" (ORLANDI, 2007, p.102).

Outro fator bastante negligenciado pela cobertura midiática do caso é a concepção de uma hierarquização dos povos por meio de índices étnicos. Como exposto no capítulo anterior, a hierarquização das populações baseada na raça, na cor e no fenótipo é uma das heranças da colonialidade, uma desvalorização violenta e profundamente arraigada na cultura latino-americana. O caso de Ayotzinapa é sintomático porque os desaparecidos são os filhos de camponeses e indígenas, da grande população rural empobrecida do México, sempre os mais afetados pela violência implicada na perversidade do comércio a todo custo, base do capitalismo.

A história dos estudantes mexicanos é mais um exemplo que faz com que o mito de fundação do povo mexicano, a ideia de um país mestiço e pacífico graças à união de Malintzin e Cortés (apresentado anteriormente), seja questionado. Algo que acontece principalmente quando percebemos que quem mais sofre ou quem está constantemente em condições de vulnerabilidade segue sendo o povo "menos branco". A violação de Malintzin que gerou um filho, ou o "primeiro mexicano", não foi pacífica, assim como não é pacífica a história do país, ou a discriminação que a população indígena ainda sofre e a violência contra quem tem determinada aparência. Talvez a evidência da hierarquia étnica esteja mais explícita na tentativa histórica da esquerda mexicana de reunir forças para eleger pela primeira vez uma pessoa indígena em 2017, não por acaso uma mulher indígena, símbolo máximo da exploração colonial, capitalista, racista e sexista.

Além disso, a pedagogização dos sujeitos por meio da violência punitiva do Estado (ou com a anuência ilegal do Estado) é outro fator que poderia ser melhor explorado nos questionamentos jornalísticos. O Estado mexicano – e grande parte dos Estados latino-americanos – funciona na precariedade. Em certo sentido seria correto dizer que o Estado "deixa" o tráfico matar. Isso acontece porque o processo da violência é útil, até mesmo necessário, principalmente quando a disputa pelos consensos públicos não funciona. É a ativação do que foi exposto por Boaventura de Sousa Santos (2010) como regulação/emancipação versus apropriação/violência no capítulo anterior. Quando as narrativas midiáticas não são suficientes para manter os consensos, a violência é aplicada irrestritamente, uma realidade que faz parte da história latino-americana por mais de quinhentos anos.

A violência não é apenas punitiva, mas principalmente pedagógica. Ela congela as pessoas, provoca medo, inibe reações, funciona para conter resistências e organizações. O medo é certamente uma arma potente usada muitas vezes para inibir cidadãos críticos. A ideia de que

é perigoso estudar nas escolas normais rurais faz com que muitos pais possam temer que seus filhos se tornem normalistas: é o medo da morte decorrente da militância. O intuito final da violência contra eles pode ter relação com essa tentativa de acabar com a militância estudantil rural. Mas a história recente dos 43 de Ayotzinapa extravasa a medida da imposição do medo, possibilitando narrativas sobre essa pedagogização.

O último aspecto salientado por sua ausência nas narrativas é decorrente e está relacionado com todos os anteriores: o discurso velado de que lutar contra os abusos do Estado ou da exploração capitalista é incorrer no risco (quase garantido) da violência anômica. A ideia expressa é a seguinte: se lutar contra o poder instituído, você vai perder. Essa é a história da esquerda na América Latina, reafirmada em cada conflito armado do último século, em cada governo progressista golpeado ou derrotado de diversas formas, em cada dificuldade enfrentada. Quando a resistência ao modelo político-econômico radicaliza sua atuação, cria-se o fantasma da anomia, pois a resposta violenta arquitetada pelo Estado extrapola o próprio Estado. O exemplo mais evidente é o da formação de milícias ou das “autodefesas” nas cidades mexicanas. A atuação das autodefesas é altamente questionada por formar um poder paralelo ao Estado, onde outras regras e normas funcionam.

A histórica reação do Estado ao combate armado das populações marginalizadas é um traço que caracteriza as ainda ensanguentadas veias abertas da América Latina. A "caça aos comunistas" dos anos 1960, 1970 e 1980 foi um grande demonstrativo desse processo, assim como a dificuldade de se fazer justiça aos desaparecidos dessas décadas. Muitos dos autores que analisam a questão de Ayotzinapa acreditam que a violência contra os estudantes se deu pela ausência de um Estado forte. Assim como há pensadores que defendem que as violações aos direitos humanos dos períodos ditatoriais são consequência exclusiva da ausência de democracia, sem considerar que o funcionamento do Estado capitalista é violento, em democracia ou não, com as populações marginalizadas. Este é o resultado direto da formação histórica do Estado-nação latino-americano, da experiência da colonialidade e da formação política do continente.

Em resumo, é possível identificar quatro aspectos do contexto político social e econômico mexicano negligenciado por grande parte das narrativas jornalísticas analisadas: a) a (des) implicação do capitalismo; b) o racismo e a concepção hierárquica da sociedade latino-americana; c) o medo provocado pela violência como ferramenta de controle social; e d) a pressão para acabar com as resistências populares.

3.2 Análise das narrativas jornalísticas

Foi apresentado neste estudo, em primeiro lugar, o que estava ausente nas narrativas sobre o desaparecimento dos 43 estudantes. Isto só foi possível por identificar o que estava presente nessas histórias, uma presença que inevitavelmente indica uma falta, como o silêncio que significa (ORLANDI, 2007). É necessário salientar que o interesse aqui não é o descobrir uma “verdade” oculta ou exposta nas narrativas, mas sim de compreender o que aparece e o que fica ausente para assim problematizar essas produções.

Retomemos a conceituação de narrativa de Paul Ricoeur (1994) discutida no primeiro capítulo. Segundo o autor, o jogo mimético da narrativa funciona a partir de uma prefiguração (mundo da experiência vivida do autor), uma configuração (um relato organizado) e uma refiguração (apropriação dos leitores). Para analisar as narrativas com base nessa perspectiva, é necessário salientar que a narrativa, em si, é composta pela completude desse jogo mimético, mesmo que nos detenhamos em alguma das “figurações” com mais atenção.

Por esse motivo, antes de apresentar os porquês do desaparecimento apontados pela imprensa, é necessário esclarecer de que imprensa estamos falando. A premissa desta pesquisa era a de analisar as grandes narrativas³¹ sobre Ayotzinapa. Com esse intuito, procurei jornais online de diversos países, acompanhando estilos, formatos e idiomas distintos. Ficou claro que existe um agenciamento das notícias internacionais que se desenvolve principalmente pelo trabalho das grandes agências de notícia, como Reuters, AFP, AP, EFE,³² etc. Isso provoca certa repetição do que é noticiado, datado e comentado.

Por esse motivo, pareceu mais eficiente trabalhar com publicações brasileiras e mexicanas. O intuito não é o da comparação, mas da análise do que é apresentado como sendo os motivos para o desaparecimento dos estudantes mexicanos. No Brasil, assim como em várias partes do mundo, o agenciamento das notícias internacionais é intenso, sendo que apenas grandes publicações se permitem alongar em análises mais profundas sobre o que acontece fora do país e especialmente fora do eixo Estados Unidos da América e Europa.

Para a explicitação do método, recorri à análise das narrativas de periódicos mexicanos e brasileiros, com versões impressas, mas especialmente online. Os jornais *El Universal* e *La Jornada* foram selecionados por sua abrangência e relevância no território nacional mexicano,

³¹ Grandes narrativas do jornalismo seriam reportagens extensas e textos ou artigos elaborados com profundidade. Um material que extrapola o imediatismo das notícias cotidianas.

³² Estas são as maiores agências de notícias do mundo: *Reuters* é britânica e uma das mais influentes no mundo; *Agence France-Presse* (AFP) foi fundada em 1835, é uma das mais antigas; *Associated Press* (AP) é uma agência estadunidense fundada em 1846; já EFE é uma agência espanhola que também possui atuação mundial.

além da cobertura que implicou a produção de grandes narrativas. Ambos são representativos de posicionamentos políticos antagonistas e declarados, um mais conservador e outro mais progressista. No Brasil, os jornais analisados foram Folha de São Paulo e El País, principalmente pela formação de grandes narrativas sobre Ayotzinapa. Procurando narrativas aprofundadas, algumas revistas foram selecionadas para o desenvolvimento da análise, como a mexicana *Proceso*, e as brasileiras *Piauí* e *Galileu*.

A relevância para a escolha da Folha de São Paulo, uma das principais publicações nacionais brasileiras, está na página online do jornal que conta com uma editoria internacional com atualizações periódicas. A publicação que acompanhei para o desenvolvimento desta análise é especializada em temáticas latino-americanas, o blog *Latinidades*, da articulista Sylvia Colombo. Além de cobrir o debate sobre o desaparecimento, a jornalista apresenta a opinião de especialistas e produz textos bastante argumentativos, uma liberdade pouco vista nas grandes reportagens, mas que no todo, parece condizente com a linha editorial da Folha de SP.

Outro jornal que circula no Brasil e se destaca na cobertura internacional é o El País. Como o próprio nome indica o jornal não é brasileiro, mas uma publicação do grupo empresarial Prisa, megaempresa de meios de comunicação e conglomerado comercial originária da Espanha e presente em diversos países de língua espanhola e portuguesa. O jornal, no Brasil, é exclusivamente online e foi recentemente premiado pela qualidade do trabalho desenvolvido. É uma publicação que se orgulha por “irritar tanto a direita quanto a esquerda”, mas que em suas versões internacionais têm um posicionamento bastante alinhado com a centro-direita. Nesta publicação, acompanhei as matérias de dois jornalistas correspondentes no México que produzem sobre Ayotzinapa: Pablo de Llano e Jan Martínez Ahrens.

Do lado Norte do continente, a produção de narrativas sobre Ayotzinapa é muito mais abundante. São centenas de livros, artigos, colunas, reportagens de TV, de rádio, online, impresso e em inúmeros formatos sobre o caso. A grande imprensa mexicana, que assume publicamente suas posições políticas, ao contrário da brasileira, acompanha extensivamente o caso desde 2014. Pensando em focar as grandes narrativas sobre o desaparecimento, pareceu positivo analisar as reportagens especiais de dois dos principais veículos de comunicação impressa mexicanos em suas versões online.

O jornal El Universal é uma publicação centenária, de perfil conservador e muito presente em todo território do México. Além de centenas de matérias sobre Ayotzinapa publicadas desde

2014, o jornal produziu uma grande reportagem especial sobre desaparecimentos. A intensidade do debate sobre o caso impulsionou e transformou a questão dessa violência em algo central para a produção jornalística mexicana. El Universal focou no jornalismo de dados para abordar a questão e mantém permanente na página principal da publicação online a reportagem especial³³.

Da mesma maneira o jornal La Jornada possui de forma permanente na página principal³⁴ do seu portal online uma grande reportagem especial sobre desaparecimentos forçados no México. O La Jornada é um veículo com mais de trinta anos que possui circulação nacional e é declaradamente de esquerda. O periódico surgiu de uma cooperativa de jornalistas e se tornou referência no continente principalmente pela contribuição de textos de intelectuais e artistas latino-americanos. O grande diferencial está na abordagem da temática com a especificidade do desaparecimento forçado, com implicação do Estado.

Além dos jornais diários online, foi importante encontrar grandes narrativas impressas que tratassem com maior profundidade o desaparecimento dos 43. Com esse intuito, reportagens publicadas em revistas nacionais mexicanas e brasileiras também foram analisadas. No Brasil duas revistas se destacaram pelas reportagens publicadas: a Galileu, da Editora Globo, e a revista Piauí, resultado de um convênio da Editora Abril. Ambas apresentaram reportagens produzidas por jornalistas que estiveram no México em 2015 cobrindo o caso de Ayotzianapa, além disso, essas matérias que estiveram no impresso ainda permanecem disponíveis online.

Já a revista mexicana analisada é a Proceso, um semanário que também surgiu da formação de cooperativa do La Jornada e depois se tornou independente, mas mantém um perfil político alinhado a esquerda. A publicação analisada é uma edição especial de quase cem páginas exclusivamente sobre Ayotzianapa. As narrativas produzidas abordam vários aspectos sobre o caso e exemplificam bem a cobertura feita semanalmente pela publicação.

Apesar das diferenças no formato, no estilo, no tamanho, no idioma e na linha ideológica que defendem, essas publicações apresentam em suas narrativas motivações semelhantes e muito compartilhadas pela opinião pública internacional. As razões do desaparecimento dos estudantes normalistas, que seguem plurais e indeterminadas, foram apresentadas de diversas formas nas narrativas analisadas.

³³ Até o presente momento: 23/06/2017

³⁴ Até o presente momento: 23/06/2017

3.2.1 A motivação do Narcotráfico

A temática do narcotráfico se incorpora de forma quase unânime nas razões por trás do desaparecimento dos estudantes. Isso acontece principalmente porque o resultado das investigações da Procuradoria Geral da República do México indiciou alguns traficantes e sicários envolvidos com a facção Guerreros Unidos como os responsáveis pelo massacre dos normalistas. Mas outras razões se somam como base crível dessa constatação.

O recente processo de transformação econômica que o México viveu há cerca de vinte anos transformou profundamente as relações de poder especialmente no interior do país. Esta constatação provém de um recurso à memória coletiva nacional ativado pela mídia em diversas ocasiões. Trata-se de uma estratégia narrativa que estimula a articulação das experiências individuais e coletivas dos leitores com a história contada, proporcionando uma interpretação bastante recorrente sobre o caso, que leva inevitavelmente à problemática do narcotráfico no México. Esta estratégia, ou simplesmente esta formatação narrativa, se relaciona com aquela elaborada por Ricoeur (1994) e introduzida no primeiro capítulo a partir da tríplice mimese.

Desta forma, o crime organizado, o tráfico de pessoas, a relação entre políticos e o comércio das drogas, a estratégia de terror dos traficantes, as disputas por território e o próprio funcionamento das instituições estatais, no chamado “narcoestado”, são as principais motivações relacionadas ao narcotráfico que as narrativas analisadas indicam.

Portanto, a explicação mais conhecida e reproduzida para a violência contra os estudantes normalistas é aquela que culpa o narcotráfico em Guerrero. Esta motivação foi apresentada pela investigação da PGR do México como a “verdade histórica” sobre o acontecimento em Iguala. Nesta narrativa oficial, os estudantes foram perseguidos por ordem do grupo Guerreros Unidos, comandando pela família da primeira-dama de Iguala, para que não atrapalhassem o evento organizado por ela no centro da cidade. Nesta versão, policiais municipais de Iguala teriam enfrentado os estudantes que estavam nos ônibus, prendido um grupo e entregue para os policiais municipais de outra cidade, Cocula. Ali eles teriam sido submetidos aos sicários do grupo Guerreros Unidos, mortos, incinerados no lixão de Cocula e jogados no rio San Juan.

Esta é uma versão amplamente contestada por jornalistas, familiares dos desaparecidos, organizações de direitos humanos e todo movimento por memória dos 43. Entretanto, apesar

de contestar a “verdade histórica”, a maior parte destes grupos também encontra no narcotráfico os motivos do desaparecimento dos estudantes.

A reportagem do periódico El Universal aborda o tema de forma muito específica. O especial foi produzido em parceria com o jornal colombiano El Tiempo e relaciona a realidade dos dois países no enfrentamento do tráfico de drogas e das desapareições. A editoria vinculada é a de jornalismo de dados, por esse motivo, a reportagem é cheia de infográficos, mapas, vídeos, áudios e números. O título é simples: Desaparecidos. E já no começo da parte sobre a situação mexicana a responsabilidade do narcotráfico é destacada:

"En México desaparecen siete personas todos los días. En la última década fueron más de 25 mil. Los expertos coinciden que el crimen organizado y la trata de personas son responsables."

Figura 2 Trecho do periódico³⁵ El Universal.

Os especialistas são estudiosos da violência no México que declaram nas entrevistas identificar o crime organizado e o tráfico de pessoas como os principais responsáveis pelas desapareições no país. A matéria cita o caso dos 43 de Ayotzinapa como um dos grandes exemplos da problemática no México.

"Son los protagonistas de las desapariciones en México y Colombia. Son los 43 estudiantes de Ayotzinapa a los que se los tragó la tierra con ayuda de políticos, la policía y criminales; también son los jóvenes descuartizados en las casas de pique en Buenaventura, cuyos pedazos fueros esparcidos en los esteros, cambiando el azul del mar del puerto por aguas sanguinolentas."

Figura 3 Trecho do periódico³⁶ El Universal.

A narrativa é dramática, como é a temática abordada. No trecho se afirma que os estudantes foram tragados pela terra com a ajuda de políticos, da polícia e de criminosos. Esta tríade formaria o crime organizado, principal responsável pela violência e instabilidade no México segundo a reportagem.

Em seguida, são apresentados os dados da Colômbia e do México, números oficiais que não são capazes de representar a realidade dessa violência. Ali se aponta que de 2006 a 2015 desapareceram 24,975 pessoas no México e 58,926 na Colômbia. Com números tão

³⁵ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

³⁶ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

alarmantes, as diferentes realidades políticas não são ignoradas e o fato da Colômbia viver um conflito armado há mais de 60 anos é salientado:

“Cifras actuales muestran un panorama poco alentador. En sólo una década, México tiene la misma cifra de personas desaparecidas que Colombia por desaparición forzada. En un lapso de 62 años, ellos registran 20 mil casos. Y con la agravante de que aquél país sí vive un conflicto armado.”

Figura 4 Trecho do periódico³⁷ El Universal

As estatísticas provocam um questionamento partilhado: *“¿Son Colombia y México una gran fosa común?”*. Contudo, a responsabilização sobre o grande número de desaparecidos parece estar exclusivamente relacionada ao crime organizado e ao tráfico de pessoas. O Estado, principalmente no caso mexicano, aparece identificado como uma instituição incompetente no combate e na investigação sobre os desaparecimentos. Os números apresentados sobre o México também não diferenciam explicitamente o desaparecimento do desaparecimento forçado.

Uma das partes mais interessantes da reportagem para o escopo desta pesquisa é aquela dedicada aos 43. Nela é relatada a dor das mães dos desaparecidos durante a manifestação do dia 26 de setembro de 2015, um ano após o crime. Uma importante passagem que remete aos desafios enfrentados pelos familiares na mobilização via imprensa pela sensibilidade de suas ações e argumentos.

Uma das consignas dos familiares incorporada na reportagem é provocativa: *“Mientras no vuelvan nuestros hijos no hay democracia”*. Uma afirmação que desacredita não apenas a legalidade da democracia mexicana, mas que pode ser pensada em todos os países latino-americanos que apaziguam violações de direitos humanos, principalmente contra grupos marginalizados ou minoritários.

O título específico desta parte da matéria dedicada aos estudantes desaparecidos é *“43 pupitres vacíos”*, com clara referência à qualidade estudantil dos 43 e sua implicação para o destaque do caso. Apesar de afirmar que ser normalista é ser um estudante pobre que se forma em escolas pobres para ensinar a novos estudantes pobres, a reportagem não parece associar esse fato ao destino dos normalistas. A matéria se basta em acompanhar a manifestação dos familiares na Cidade do México.

³⁷ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

Em um intertítulo, a narrativa se desloca da manifestação na capital do país para o relato do repórter na escola. Neste caso, a narrativa se concentra no cotidiano marcado pela espera dos familiares que, desde 2014, vivem em Ayotzinapa, e dos estudantes que seguem com seus afazeres no mesmo local. Em nenhum momento a responsabilidade de alguém específico é indicada na reportagem. A articulação parece concentrada entre o dramatismo do desaparecimento e as representações das ausências, muito mais do que nas motivações ou responsabilizações sobre os crimes.

O foco no cotidiano dos familiares possibilita a reflexão sobre as opções da cobertura jornalística majoritariamente centrada nas vidas e vivências dos pais e mães dos normalistas. A pesquisadora brasileira Flora Daemon (2015) aborda as problematizações sobre as disputas da conformação de sentidos postos em cena numa arena comunicacional a partir das estratégias midiáticas de perpetradores da violência. Pensando a disputa que se desenvolvem na arena midiática, a falta de vinculação entre os desaparecidos e a ideia de vítima parece indicar uma responsabilização pelo destino trágico.

O fato de serem militantes, pobres, normalistas e toda adjetivação contida nessa característica estudantil, condiciona também as formas de narrar e enquadrar as vítimas e os responsáveis. A decisão de relatar aspectos da vida dos familiares ao invés de falar sobre os perpetradores da violência do desaparecimento forçado também conforma os sentidos em disputa nas narrativas sobre o caso. Essa escolha é em parte fruto da distância do objeto narrado, mas resultado também da impossibilidade de adentrar o mundo dos criminosos – especialmente dos agentes do Estado ainda não reconhecidos.

De forma diferente, a Folha de São Paulo, em sua produção inteiramente opinativa, explicita a relação entre o tráfico de drogas e a política mexicana em todos os níveis como principal problema no país.

“(...) o Estado de Guerrero é um dos mais afetados pelo embate entre cartéis entre si e contra a política e o Exército.”

Figura 5 Trecho do periódico³⁸ Folha de São Paulo.

A jornalista se baseia em seus próprios conhecimentos sobre a região e na produção de materiais de especialistas em México, como jornalistas e outros analistas. Isso acontece porque sua página tem um caráter de blog, possibilitando um tom mais pessoal nos textos e

³⁸ Link: <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017

argumentações. Apresentando o conteúdo de um livro sobre o assunto, ela comenta que na obra se encontram os:

“(...) bastidores da política e do narcotráfico, trata-se do exemplo mais concreto de como a proibição da droga criou uma empresa tão poderosa e tão internacional, que já não se trata mais de um enfrentamento maniqueísta de polícia contra bandido, bem contra o mal, bandoleiros românticos contra capitalistas (se é que em algum momento foi). Estaria acima dos poderes do governo, ou de vários governos.”

Figura 6 Trecho do periódico³⁹ Folha de São Paulo.

A proibição da droga é assim articulada com a formação do narcotráfico em uma escala internacional. Além disso, o ideário de um momento em que o “bem” estivesse lutando contra o “mal”, ou em que “bandoleiros românticos” estivessem enfrentando “capitalistas”, mesmo que na ressalva do parêntesis, parece indicar a crença de que esta dualidade já teve lugar naquele contexto. Talvez seja uma referência à Guerra Suja e seus desdobramentos.

Essa entidade superpoderosa que está acima de vários governos não se apresenta em uma contextualização mais profunda. Ela apenas paira, amedrontadora, sobre os leitores. Um “mal” maior do que todos os outros que não se pode identificar com certeza absoluta. Esta crença na dualidade e na monstruosidade do inimigo em comum a todos os mexicanos alimenta certo sentido de medo e a provocação da inação.

Em seguida, a jornalista apresenta o trabalho de outro escritor sobre o caso, este estadunidense, que destaca:

“o modo como o narcotráfico corrompeu as autoridades regionais, e como o Estado nacional já não consegue atuar em algumas delas”

Figura 7 Trecho do periódico⁴⁰ Folha de São Paulo.

Antes de perpetradoras, as autoridades são corrompidas. O Estado aparece como agente incapaz de lidar com a questão. Talvez uma vítima, uma consequência da formação de uma grande empresa internacional de drogas que está acima de vários Estados – mas aparentemente não de todos. A ideia transmitida é a de que o “mal” está em todos os lugares e, simultaneamente, em lugar algum.

³⁹ Link: <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017

⁴⁰ Link: <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017

A partir desta constatação, a narradora sentencia que o problema não é exatamente a droga, mas as relações políticas que se articulam com o negócio da droga. As disputas de território entre cartéis de drogas e contra a polícia e o exército seriam as principais motivações para o aumento da violência no país. Ainda que deixe claro que o caso dos 43 não está devidamente esclarecido, ela aponta que tudo indica para essa mesma motivação.

"Os assassinatos coletivos e de civis que vêm ocorrendo no México não são pela droga propriamente dita, mas por questões políticas relacionadas ao negócio da droga. São demarcações de território, mensagens enviadas entre os cartéis ou de um determinado cartel à polícia e ao Exército. O caso dos estudantes não está completamente esclarecido, mas o que se conhece aponta para mais uma dessas sinalizações políticas. A polícia, se de fato for confirmada a suspeita, teria entregue os estudantes ao narcotráfico para intimidar pequenos proprietários, com quem se relacionavam os estudantes e a quem treinavam para atender um dia, depois de formados professores."

Figura 8 Trecho do periódico⁴¹ Folha de São Paulo.

De modo aparentemente similar, a revista mexicana Proceso expõe o desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa como uma tragédia anunciada que ninguém quis evitar. A grande reportagem foi dividida em cinco partes e dedica duas delas para tratar da questão política relacionada ao narcotráfico. Na primeira parte, chamada *"El Gobierno Sabía"*, os textos indicam que o estado de Guerrero era "um pântano de narcopolítica" e que todos sabiam disso, até mesmo o presidente do México.

"Desde su arribo a Los Pinos, el presidente Enrique Peña Nieto lo supo: buena parte del territorio guerrerense estaba sometido por células del narco. En algunas regiones, le dijeron sus allegados, no podían entrar ni los representantes de las dependencias federales".

Figura 9 Trecho do periódico⁴² Proceso.

Há, em seguida, uma crítica direcionada aos políticos que se pronunciaram, espantados, sobre a violência a que os estudantes foram submetidos. Muitos deles, entre a hipocrisia e o oportunismo, exigiam abertamente que os culpados pelo desaparecimento dos 43 não ficassem impunes, mas jamais questionavam as relações entre políticos e delinquentes no estado de Guerrero que prenunciava as violências na região.

⁴¹ Link: <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017

⁴² Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.8, 2015.

“La desaparición y probable asesinato de 43 normalistas de Ayotzinapa exhibe el nuevo nivel de impunidad, corrupción y violencia que se vive en este estado, donde la delincuencia controla grandes territorios y es protegida por autoridades de los tres niveles.”

Figura 10 Trecho do periódico⁴³ Proceso.

A partir da constatação da proteção conferida pelas autoridades ao crime organizado, a revista apresenta a biografia completa do prefeito de Iguala, José Luis Abarca, que segundo a verdade histórica da PGR, é o responsável pelo desaparecimento dos estudantes. Da mesma forma, é apresentado o passado do governador do estado de Guerrero, Ángel Aguirre, também envolvido no caso.

Um dos destaques desta produção é a participação da repórter Anabel Hernández que assina as matérias sobre a máfia de Guerrero explicitando e destrinchando a relação entre políticos e narcotraficantes locais. Anabel é uma premiada jornalista investigativa que já publicou diversos livros sobre o crime organizado no México, sendo uma referência no assunto. Atualmente vive exilada devido a ameaças e atentados contra sua vida e a de seus familiares.

A maior parte das reportagens desta edição especial se vale de uma estética discursiva/narrativa associada à ideia de objetividade jornalística para apresentar versões e opiniões sobre o caso a partir da fala dos entrevistados. É o exemplo da entrevista com Florencio Salazar Adame, congressista do PAN (Partido Acción Nacional) que afirma:

“Guerrero tendría que ser visto por el gobierno Peña Nieto como ‘un serio problema de estabilidad política’”.

Figura 11 Trecho do periódico⁴⁴ Proceso.

Há, segundo o mesmo entrevistado, na mais otimista das hipóteses, uma responsabilização pela ausência de ação estatal em Guerrero, tanto na defesa dos direitos humanos como na articulação de segurança pública:

“dice no creer que Aguirre Rivero (governador de Guerrero) ‘tenga las manos ensangrentadas’ en el caso específico de los ataques a los estudiantes, pelo lo que sí tiene, aclara, es ‘una responsabilidad política’, pues ‘estuvo ausente’ y no pudo evitar la tragedia.”

Figura 12 Trecho do periódico⁴⁵ Proceso.

⁴³ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.12, 2015

⁴⁴ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.22, 2015.

Outra reportagem que destaca a responsabilização do narcotráfico para o terror vivenciado pelos estudantes de Ayotzinapa é a publicada pela revista brasileira Piauí. Esta é provavelmente a reportagem nacional mais completa sobre o caso dos 43. A repórter que esteve no México retratou com detalhes a situação de disputa entre os grupos traficantes da região:

"Os Guerreros Unidos são uma facção do cartel dos Beltrán, cujo chefe foi morto às vésperas do Natal de 2009, fuzilado por agentes da Marinha. Desde a morte do capo, duas facções do mesmo grupo brigam entre si: Guerreros Unidos e Los Rojos. As duas disputam o poder local com outro cartel, a Família Michoacana.

Casos assim se espalham pelo México e outros países latino-americanos. Se antes figuras como Pablo Escobar e "Chapo" Guzmán comandavam o tráfico com o poder de empresários multinacionais, hoje os grupos criminosos estão pulverizados. Sem capacidade de atuação hegemônica, sobrevivem do narcotráfico em menor escala, de extorsões, sequestros e formação de milícias.

Por quase todo o país, esses cartéis e milícias vivem em simbiose com a polícia e a política. Em Iguala, eram a mesma pessoa."

Figura 13 Trecho do periódico⁴⁶ Piauí.

A explicação mais detalhada sobre os agentes envolvidos se dá principalmente por ser uma publicação brasileira, direcionada a um público que não necessariamente conhece a realidade local do estado de Guerrero. Há também uma preocupação em dimensionar a violência local em comparação com as realidades de outros países da América Latina, até mesmo com o Brasil. A memória do narcotraficante mais famoso da Colômbia, Pablo Escobar, e de "Chapo" Guzmán, do México, provoca associações que facilitam a compreensão das disputas e dos acontecimentos narrados.

Nesta narrativa também fica em evidência a relação "simbiótica" entre a polícia e a política – assim indefinida. Em seguida a relevância do caso de Ayotzinapa é apontada como um divisor de águas:

⁴⁵ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.22, 2015.

⁴⁶ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

“Se antes, após cada massacre, os cartéis eram apontados como os vilões, o caso Ayotzinapa despertou a sociedade mexicana para o fato de que a violência é institucionalizada e é difícil identificar quem se salva desse baile macabro.”

Figura 14 Trecho do periódico⁴⁷ Piauí.

Há neste narrar um enquadramento sensacionalista do caso. Este recurso narrativo pode ser identificado, como apontou a antropóloga e pensadora da comunicação Ana Enne, na presença de marcas sensoriais (2007), como expressões e figuras de linguagem tais como “baile macabro”. A referência a um discurso sensível, que apela a emoções como o medo para a articulação de um relato mais realista é uma das vinculações que Enne identifica na construção histórica e política do jornalismo sensacionalista.

A dramatização e o uso de expressões sensíveis são constantes nos relatos e narrativas sobre o desaparecimento forçado dos 43 normalistas. A forma explícita com que se descreve o destino dos estudantes segundo a “verdade histórica” também configura uma prática sensacionalista. O uso da expressão “macabro”, em especial, foi amplamente praticado em diversas narrativas sobre o crime.

Nesta reportagem, a inescapável responsabilização dos políticos, ou do Estado, no caso dos 43 estudantes, é a justificativa para a relevância com que este desaparecimento foi encarado pela sociedade mexicana. Uma situação que despertou a população para o horror que parte dos mexicanos encara diariamente.

Entrevistas com especialistas no assunto também foram realizadas pela repórter da Piauí estimulando a perspectiva da culpabilização dos agentes do Estado. Em uma delas, um jornalista sentenciou:

“o narco-Estado em que o México se transformou – situação levada ao paroxismo em Guerrero, seu estado mais pobre – faz com que a tragédia em Iguala exija respostas mais complexas do que apenas culpar um grupo bandoleiro.”

Figura 15 Trecho do periódico⁴⁸ Piauí.

As relações entre o narcotráfico e o Estado ficaram em evidência depois do desaparecimento forçado dos 43 de Ayotzinapa. Nas narrativas analisadas não parece haver dúvidas sobre essa vinculação, mas a certeza de que essa ligação seria responsável pela grave situação em que o

⁴⁷ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

⁴⁸ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

país se encontra e, em particular, pelo desaparecimento dos normalistas. Contudo, estas não foram as únicas motivações identificadas pelos jornalistas.

3.2.2 A motivação do Estado

Ainda que as motivações do narcotráfico sejam amplamente disseminadas como razões para o que aconteceu com os normalistas, a responsabilização do Estado no caso de Ayotzinapa não é negligenciada em quase nenhuma narrativa sobre o desaparecimento. Esta entidade que possui o monopólio da violência e regula as relações sociais, econômicas e políticas numa sociedade, se vê comprometida a partir das denúncias recentes. A sociedade mexicana parece, desta forma, vítima do Estado que também se beneficiaria da violência propagada pelo narcotráfico.

A importância do Estado e das regulações de poder foram previamente abordadas no segundo capítulo através da análise da colonialidade do poder e das violências epistêmicas. A recorrência, nestas narrativas analisadas, de uma responsabilização, culpabilização ou até mesmo de uma compreensão das ineficiências estatais, reforça a noção primeira de que os conflitos entre a sociedade organizada e o Estado rompem as lógicas burguesas que criaram os Estados latino-americanos mantendo velhas hierarquias e privilégios. Assim, a divisão entre regulação e emancipação propostas por Boaventura de Sousa Santos (2010) já não teriam muito espaço em uma sociedade regida e regrada a partir da lógica da apropriação e violência.

Algumas das narrativas indicam que o Estado é o detentor de todas as motivações para o desaparecimento dos 43. Já outras trabalham com certa dualidade, indicando que o Estado se apresenta também como uma vítima da situação violenta que o México enfrenta que acarretou no acontecido em Iguala. Além disso, há afirmações sobre um Estado desnudo a partir dos acontecimentos de setembro e de um Estado fraco, incompetente ou corrupto.

A partir da análise fica saliente que o jornal La Jornada é o que maior destaque dá para o papel do Estado na narrativa sobre os normalistas. Talvez por seu posicionamento político, a publicação não meça esforços em responsabilizar políticos e instituições estatais pela situação alarmante da violência no México.

Neste sentido, a reportagem especial do La Jornada coloca em evidência a responsabilidade do Estado em relação às desapareções no México não apenas no caso de Ayotzinapa. Isso acontece, principalmente, porque as jornalistas se debruçaram exclusivamente sobre o desaparecimento forçado, aquele cometido por agentes do Estado.

“Cuando alguien desaparece, sus familiares viven el infierno de la impunidad y la inacción de las autoridades, sobretudo si la acción fue “forzada”, es decir, cometida por policías, militares o algún otro servidor público. Quienes buscan a un ser querido se enfrentan a una maquinaria de Estado que se esfuerza por ocultar la verdad ya firmar que son casos aislados (...).”

Figura 16 Trecho do periódico⁴⁹ La Jornada.

Ao trabalhar a questão do desaparecimento forçado, o jornal deixa claro que o Estado deve ser responsabilizado tanto pelos desaparecimentos quanto pela negligência nas investigações. Como já anunciado no primeiro capítulo, a maior parte dos casos de desaparecimento forçado fica impune, em parte porque os Estados não reconhecem seu papel criminoso, em parte porque há um hábito de isolar os crimes terceirizando a responsabilidade na alegação das “maãs podres” dentro do aparato estatal.

Além disso, a estratégia do desaparecimento forçado tem como base a ideia de um “crime perfeito”, difícil de ser comprovado e muito mais difícil de ser julgado. Segundo a reportagem do La Jornada, o Estado mexicano comete esse tipo de crime impunemente, principalmente devido ao grau de tolerância com os responsáveis diretos, transformando a prática em uma política de Estado.

"Humberto Guerrero, coordinador de Derechos Humanos de Fundar Centro de Análisis e Investigación y litigante de casos de desaparición forzada, advirtió que estamos ante una política de Estado o ‘tolerancia activa’ porque la propia autoridad obstaculiza o manipula las investigaciones. ‘Ya no es la política de Estado tradicional, de la guerra sucia en la década de los años setenta, con rasgos políticos, sino la vinculación entre criminales y autoridades ya sea para ejecutar los delitos u obstaculizar las indagatorias’. El Estado, además, ha sido negligente en cuanto a la integración de datos de estos episodios."

Figura 17 Trecho do periódico⁵⁰ La Jornada.

A articulação da situação atual com a violência dos tempos da Guerra Suja parece uma referência frequente nesta publicação. Talvez porque recorrer a uma lembrança compartilhada nacionalmente seja uma estratégia de composição narrativa eficiente para a compreensão da

⁴⁹ Link: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017

⁵⁰ Link: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017

atualidade. Além disso, a negligência em relação ao controle dos episódios de desaparecimento forçado é outro fator destacado como evidência da responsabilidade estatal.

A ideia do “crime perfeito” é apresentada com outras palavras na reportagem. Mais do que respostas categóricas, a narrativa provoca questões para seus leitores sobre as motivações dos perpetradores e a impunidade assegurada.

“¿Por qué los perpetradores desaparecen a sus víctimas? Porque así han garantizado impunidad; porque han partido de la premisa de que si desaparecen a una víctima, desaparecen el delito y, en consecuencia, no los van a perseguir.”

Figura 18 Trecho do periódico⁵¹ La Jornada.

Seguindo outra perspectiva, o jornal El Universal apresenta um Estado que menos do que culpado, é na verdade incapaz de resolver o problema da violência através do desaparecimento de pessoas no país. O Estado, nesta narrativa, é uma entidade ineficiente e que de alguma maneira é também vítima da corrupção e da deterioração do sistema político mexicano.

A ineficiência é salientada através dos números. A narrativa produzida principalmente com base nos dados divulgados pelo governo e por entidades de direitos humanos questiona a quantidade de desaparecidos que o Estado reconhece. Os familiares, aqueles que se responsabilizam pelas buscas dos desaparecidos, afirmam que o Estado é tão ineficiente que sequer consegue contabilizar os ausentes.

“Las cifras oficiales solo reportan casi 26,000 desaparecidos. Pero quienes buscan fosas aseguran que la cifra se queda corta, porque la tragedia apenas está emergiendo de la tierra.”

Figura 19 Trecho do periódico⁵² El Universal.

A história mexicana mais uma vez se desvela a partir da escavação, como no trabalho dos arqueólogos, só que desta vez não emergem os resquícios de uma civilização distante, uma cultura milenar enterrada, mas as evidências da brutalidade desta civilização atual.

Da mesma forma em que as ações para combater o desaparecimento no país são postas em cheque pela publicação, os poucos e ineficientes esforços para encontrar as pessoas desaparecidas e acabar com a impunidade dos perpetradores são questionados. Na mesma

⁵¹ Link: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017

⁵² Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

narrativa, a falta de recursos ou de capacidade técnica é apresentada como justificativa para a ineficiência estatal.

"En los cerros de Iguala, los familiares de los desaparecidos decidieron buscar a los suyos bajo su cuenta y riesgo, porque el Estado no actúa."

Figura 20 Trecho do periódico⁵³ El Universal.

O contexto apresentado como princípio do agravamento da problemática do massivo desaparecimento no país se deu com as políticas do governo Calderón:

"En 2011, durante el gobierno de Felipe Calderón (2006-2012), como consecuencia de la nueva estrategia que el gobierno había emprendido contra el crimen organizado, todos los días un nuevo reporte de desaparición salía a la luz, pero nadie tenía la cifra final."

Figura 21 Trecho do periódico⁵⁴ El Universal.

A intensificação das violações e o aumento dos dados sobre desaparecidos a partir do governo Calderón são apenas uma consequência de sua política de guerra às drogas. A ideia propagada é de um "ônus" a se pagar pelo "bônus" da estratégia do ex-presidente, mesmo que, por ineficácia, não fosse possível registrar com precisão o tamanho do problema no território nacional. A reportagem segue a contextualização do agravamento dos casos de desaparecimento afirmando que no atual período de governo de Peña Nieto o problema só aumentou.

"Desde 2010 la cifra superó las tres mil desapariciones y no ha vuelto a presentarse una estadística por debajo de ese número. En los dos años y medio que lleva el Presidente Enrique Peña Nieto las cifras rompieron un nuevo récord. En 2014 se reportaron cinco mil 304 personas de las que se desconoce su paradero. Todas con familias. Todas con recuerdos. Ninguna con alguna pista de dónde están."

Figura 22 Trecho do periódico⁵⁵ El Universal.

Segundo a narrativa, a inquestionável ineficiência do Estado motivou a mobilização dos parentes dos desaparecidos. Já que o governo não promovia as condições para a investigação, a procura e o julgamento dos responsáveis, o exercício da busca pela justiça se tornou trabalho dos familiares. Esta seria uma segunda violação cometida pelo Estado, que não

⁵³ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

⁵⁴ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

⁵⁵ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

apenas “deixa” desaparecer gente, como também não é capaz de investigar os crimes ou mesmo procurar essas pessoas.

“Ante la poca atención de las autoridades para los casos que no se llevan los reflectores de todos los medios de comunicación, al resto de las familias no les queda otra más que hacer sus propias investigaciones. Y es que como alguno dicen ¿Sino los buscamos nosotros, quién lo va a hacer?”

Figura 23 Trecho do periódico⁵⁶ El Universal.

Apesar do pouco enfrentamento com a questão da responsabilidade estatal, assumindo uma postura otimista que apenas identifica uma falha no sistema, a reportagem dá voz a fortes críticas ao Estado através de entrevistas. Após o sucedido em Ayotzinapa, a pressão da comunidade internacional entra em destaque. O governo foi assim obrigado a responder pelos discursos oficiais.

A inação segue constante como uma característica vinculada à falta de esforços muito mais do que a uma vinculação criminosa ou uma negligência igualmente incriminadora dos políticos.

“Las noticias publicadas en los medios de comunicación mexicanos reportaron: ‘El gobierno del presidente Enrique Peña Nieto se ha esmerado demasiado en restarle importancia a la crisis de Derechos Humanos en el país, mientras que sus esfuerzos para resolverla han sido absolutamente insuficientes’. La consideración es de Daniel Wilkinson, director gerente para las Américas de Human Rights Watch, en una carta enviada a la nueva procuradora general de México, Arely Gómez González.”

Figura 24 Trecho do periódico⁵⁷ El Universal.

Também abordando a temática estatal, a articulista da Folha de São Paulo, identifica o problema como algo que excede o Estado mexicano. Seria uma falha no próprio sentido democrático do país. O caso é apresentado como um problema civilizatório, um acontecimento que faria o México retornar ao mundo medieval. Em contraposição ao inexplicável problema democrático são destacados feitos considerados admiráveis como a recente reforma energética que privatizou parte dos recursos naturais do país; o crescimento econômico, sem comentar a ampliação da desigualdade em medida semelhante; e a exemplar constituição nacional que, segundo a repórter, não parece se adequar à realidade da sociedade local.

⁵⁶ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

⁵⁷ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

Além disso, é exigida uma ação do atual presidente mexicano no sentido de legalizar as drogas e receber ajuda estadunidense no combate ao problema do narcotráfico, ignorando as já firmadas alianças e a intensa participação daquele país no aparelho estatal mexicano.

“Não se trata de uma guerra de dois lados, trata-se de um Estado que, no interior, abandonou a democracia e vê o retorno de procedimentos medievais. O México dito moderno, o que realizou uma reforma energética recente, privatizou a produção de petróleo, cresce a 4% ao ano e garante os direitos civis da carta constitucional pioneira na América Latina, não combina com esse México brutal que agoniza no interior, resultado de uma decisão do governo conservador do PAN, em 2006, de adotar uma postura bélica com relação ao narcotráfico. Já são mais de 60 mil mortos e quase 80 mil desaparecidos. Hora de o presidente Enrique Peña Nieto apresentar novos planos para combater o problema, e talvez abrir a discussão sobre a legalização de pelo menos alguns tipos de drogas e da participação dos EUA em programas para debelar o problema.”

Figura 25 Trecho do periódico⁵⁸ Folha de São Paulo.

Para esta narrativa o Estado também se apresenta como uma vítima incapaz de reagir para combater a violência. A brutalidade identificada principalmente no interior do país é destacada como fator medieval. Afinal, a articulista dá a entender que a violência não está nas grandes capitais, onde a civilização ocidental funciona a pleno vapor, mas sim no atraso do interior, onde os agentes estatais não conseguem chegar ou se imiscuem em milícias.

Além de problemática, esta é uma visão estereotipada da violência rural e urbana. Isto porque no interior do México não cosmopolita se situam, além do narcotráfico, também as múltiplas formas de resistência à política neoliberal, tal como as escolas normais rurais e os territórios autônomos dos povos originários e dos zapatistas, por exemplo. Além disso, a Cidade do México, território de "modernização" e "ocidentalização" como recurso "civilizador", é um dos mais violentos do país. Nos dados da ACUDDEH sobre violações aos direitos humanos, a cidade aparece frequentemente entre as cinco regiões mais perigosas do México. No caso dos desaparecimentos forçados, a Cidade do México aparece em sexto lugar como região de maior índice de ocorrência.

⁵⁸ Link: <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017

“Guerrero é um exemplo, mas há outros, como Sinaloa, e o não tão distante Michoacán, onde estive em fevereiro deste ano acompanhando uma ação de milícias civis tomando uma cidade da mão dos criminosos. Ali, o Estado tampouco teve como reagir, e acabou cooptado pela milícia.”

Figura 26 Trecho do periódico⁵⁹ Folha de São Paulo.

Há nesta abordagem uma vinculação ao projeto de controle do monopólio da violência pelo Estado, pensando nos termos do sociólogo Michel Misse (2016). A formação das milícias estaria concebida como uma forma de “privatização” desse monopólio. Essa é uma das alternativas estatais para combater os “grupos criminosos”: a formação de outros grupos criminosos, estes trabalhando na defesa dos interesses do Estado. Esta ação funcionaria também como justificativa para o desaparecimento dos normalistas, um certo descontrole das milícias.

Em contraposição, a reportagem publicada no jornal El País, na sua versão brasileira, se destaca pela indefinição das motivações do desaparecimento dos 43. Nesta análise, o motivo permanece sem resposta, mas o caso teria desnudado o Estado, evidenciando os problemas e as contradições ali presentes.

“Em suma, a verdade do ocorrido continua no ar e a convicção geral é que o caso desnudou o Estado. ‘É um reflexo do problema estrutural de nosso sistema de acusação e administração da justiça’, avalia o juiz Mario Patrón, diretor do Centro Prodh de Direitos Humanos, que ajuda os pais dos estudantes. Ele avalia esses dois anos de pesadelo como uma ‘oportunidade perdida’ para a catarse do aparelho estatal, embora resgate o feito ‘inédito’ de que o Estado tenha se submetido à supervisão internacional”

Figura 27 Trecho do periódico⁶⁰ El País.

Contudo, ainda há o que celebrar segundo o entrevistado desta reportagem: o Estado mexicano ter se submetido à supervisão internacional. A pressão de organizações e diferentes países foi tão grande que provocou este fato inédito. Apesar da oportunidade perdida, nem tudo parece ter passado em branco.

⁵⁹ Link: <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017

⁶⁰ Link: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/23/internacional/1474645962_821901.html> acesso em 27/05/2017

Seguindo ainda outra direção, a revista mexicana *Proceso* articula principalmente o conhecimento, a anuência, a negligência e a culpabilização do Estado no caso dos normalistas. Nesta narrativa, o governo não apenas tinha ciência da situação violenta em Guerrero, mas temia a formação de novas guerrilhas camponesas e, por isso, teria aproveitado a instabilidade local para desarticular e desestimular qualquer possível oposição.

A forma encontrada pelo governo para frear o fortalecimento de ativistas opositores foi a de provocar através das políticas públicas duas consequências: o crescimento econômico com base na concentração de renda e o aumento da desigualdade deixando parte da população condenada à miséria (principalmente no interior).

“el gobierno federal ha ‘sembrado y agudizado la violencia con sus reformas neoliberales’.”

Figura 28 Trecho do periódico⁶¹ *Proceso*.

Por esse motivo a negligência estatal para com a região mais pobre do país não era apenas uma consequência das prioridades políticas, mas uma perspectiva que invisibilizava essas populações. Neste sentido, o governo seria muito mais responsabilizado por sua ausência do que pela efetiva ação como agente do desaparecimento.

“Guerrero tendría que ser visto por el gobierno Peña Nieto como ‘un serio problema de estabilidad política’.”

Figura 29 Trecho do periódico⁶² *Proceso*.

As motivações do Estado são apresentadas nas narrativas analisadas como deficiências, como arbitrariedades e problemas de agentes corruptos. A implicação do “mau funcionamento” do Estado é central nesse debate. Existe, em certa medida, uma contradição entre o apontamento para a responsabilidade do Estado e a necessidade de punição efetiva que culminaria em um resultado – no fim desta narrativa.

O que se esconde nessa reivindicação por justiça é a problematização dos limites do poder de punir do Estado e a liberdade de seus cidadãos. Marília Budó, mestre em Direito, analisou a relação entre jornalismo e justiça a partir das narrativas sobre ações criminosas. A perspectiva de Budó está alicerçada no frequente desrespeito da segurança jurídica e nas propostas defendidas por diferentes pensadores da área sobre o minimalismo penal e o abolicionismo. Segundo a autora, o sistema penal se encontra deslegitimado, funcionando simbolicamente e

⁶¹ Revista *Proceso*. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.19, 2015.

⁶² Revista *Proceso*. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p. 22, 2015.

atuando na lógica da seletividade e da desigualdade. “O déficit de proteção aos direitos humanos e o excesso de arbítrio punitivo são as características principais do que se transformou o sistema penal na atualidade” (BUDÓ, 2016, p. 2). Essa característica, que contradiz as justificativas da origem da organização jurídica nas sociedades, é promotora das desigualdades e exclusões de populações inteiras estigmatizadas pelo Estado e seu braço jurídico.

Budó associa o funcionamento perverso do sistema judiciário aos discursos jornalísticos no debate criminal. O medo e a insegurança propagados pela mídia dão legitimidade a um Estado e um sistema penal já disfuncional, reiterando os estereótipos dos criminosos, por exemplo. Neste sentido, a mídia seria a grande articuladora das emoções partilhadas socialmente – como o medo, a insegurança, o ódio, etc. Essas “marcas sensoriais”, para pensar nos termos de Enne (2007), são acionadas pelo jornalismo sensacionalista e possuem diferentes funções políticas, como o clamor por segurança a qualquer custo – mesmo que seja uma ilusão de segurança.

A notícia de um crime precisa formar o enquadramento do “bem” versus o “mal” para contemplar a linearidade usual do jornalismo. Quando o caso não se enquadra na narrativa maniqueísta reproduzida pela imprensa, as armadilhas do narrar se tornam evidentes. Neste sentido, o caso de Ayotzinapa é sintomático: estudantes militantes são vítimas? Os policiais que garantem nossa segurança são algozes? O Estado, máxima esfera administrativa, será punido? É ele mesmo o responsável?

As incertezas, a falta de respostas determinantes, o relativismo do papel criminoso do Estado no desaparecimento forçado, todas essas características identificadas nas narrativas analisadas indicam a ruptura de um roteiro muito utilizado pela mídia ao tratar da violência. Os problemas do funcionamento da justiça, e do Estado em consequência, são postos em evidência. O clamor por justiça, a reiteração do medo e da insegurança, parecem perder força quando a narrativa se desloca da linearidade usual que classifica entre “bem” e “mal” os cidadãos estigmatizados.

3.2.3 O ódio como motivação

Especialmente nas narrativas jornalísticas mexicanas há uma tentativa de complexificar o que aconteceu em Iguala e compreender que possivelmente existiram diversos motivos que levaram ao desaparecimento dos 43. Entre eles, uma razão que parece muito mais associada aos próprios estudantes é a do ódio generalizado contra os normalistas.

Para compreender melhor este contexto de repúdio às ações da escola normal de Ayotzinapa novamente é utilizado o recurso da memória. A histórica relação de enfrentamento com as autoridades é muitas vezes destacada, assim como a relevância do posicionamento ideológico defendido pela instituição. Muito mais do que uma escola, Ayotzinapa era um centro de saber que promovia moradia, alimentação, formação e engajamento político.

O caráter politizado das escolas normais foi abordado também no primeiro capítulo e é destaque em diversas narrativas, principalmente as internacionais, em uma tentativa de ajudar a compreender os contextos locais. Quando se noticia o desaparecimento de estudantes em escala internacional isso provoca reações de repúdio imediato, mas um olhar mais próximo da vivência no interior do México conforma o imaginário de um grupo que não se define apenas pelos estudos, tornando tudo mais complexo. São muitos os intentos de acabar com as normais rurais, assim como é comum o ódio que provém de governantes, de narcotraficantes, e mesmo de moradores das cidades vizinhas à Ayotzinapa.

O filósofo colombiano Jesús Martín-Barbero abordou a temática da vinculação entre juventude e violência na Colômbia. Em seus estudos, Martín-Barbero (2007) identifica a experiência da juventude pobre, e especialmente da juventude marginalizada, a partir da inserção cultural na vida social colombiana através da visibilidade midiática de atos violentos.

Em muitos sentidos, a aparição dos jovens estudantes normalistas mexicanos nas narrativas midiáticas era, historicamente, acompanhada de adjetivações de repúdio e de condenação. A ação dos estudantes-militantes na reivindicação de seus direitos, na luta por melhores condições de vida, de moradia, de estudos, de emprego, nas ações em solidariedade com os mais pobres do interior mexicano, radicalizadas no brutal enfrentamento com as forças de segurança, era constantemente taxada como criminosas. O militante não era visto como um estudante, assim como as normais rurais não eram percebidas como instituições de saber, apesar de se constituírem como escolas.

Desta maneira, a abordagem conferida pelos meios de comunicação às ações dos estudantes normalistas seguia um roteiro comum de criminalização das atividades, de repúdio dos enfrentamentos e de silenciamento das dores e reivindicações. Martín-Barbero identifica uma visibilidade semelhante conferida aos jovens colombianos, principalmente a partir dos estudos de Alonso Salazar, que indaga sobre a necessidade desses atores, considerados descartáveis, de recorrer a atos de violência para emergir no debate público.

"Salazar nos ajudou a entender a densidade do sentido que encerra o fato de os jovens constituírem "o descartável da sociedade", pois descartável significa considerar a vida das pessoas sob a ótica da rápida obsolescência que descreve a maioria dos objetos que produz o mercado na atualidade. Mas também, o descartável tem tudo a ver com a ideia de «resíduo», isto é, com tudo aquilo de que a sociedade quer se liberar ou se desfazer... porque incomoda e atrapalha". (MARTÍN-BARBERO, 2007, P. 37)

Essa percepção sobre a vivência da juventude nestes territórios segregados e marginalizados pelas desigualdades econômicas, políticas e culturais, dialoga com outra consigna proferida pelos normalistas no ato de dois anos do desaparecimento dos 43 de Ayotzinapa: "*Por que nos asesinan si somos el futuro de América Latina?*". Talvez o ódio fascista propagado e estimulado pelos discursos midiáticos tenha alguma relação com essa violência.

Partindo dessas premissas, a revista *Proceso* entrevistou representantes de grupos de esquerda, guerrilheiros e ex-guerrilheiros de Guerrero. Todos se manifestaram em defesa dos familiares dos estudantes, com fortes críticas ao Estado. Para eles o que aconteceu em Ayotzinapa foi um atentado contra toda resistência. Uma ação de motivação política, contrária não apenas aos estudantes, mas a tudo que as normais representam.

A perseguição histórica dos estudantes das normais rurais é assim rememorada para sustentar esta argumentação. A ideia de um Estado ideológico, com um caráter político definido, é uma das características presente nas narrativas que diferenciam esta publicação de todas as demais analisadas.

“Para los grupos guerrilleros lo sucedido el 26 de septiembre en Iguala es un ‘crimen de Estado planificado por el mando único policiaco-militar’.

“Y apunta que ‘los misteriosos civiles’ a los cuales supuestamente les fueron entregados los normalistas, en realidad ‘son militares en misión contrainsurgente de paramilitarismo’, quienes para fabricar el crimen perfecto han pretendido endosar el ataque a los delincuentes. Sin embargo, esta intención se ha desdibujado, pues, sostienen, se trata de ‘un crimen de Estado con motivaciones políticas’ contra la Federación de Estudiantes Campesinos Socialistas de México, formada en 1935 y a la cual se acusa de tener ligas con grupos rebeldes armados”.

“Aún más, de acuerdo con la información obtenida por Proceso en la Normal de Ayotzinapa, el ataque y desaparición de los estudiantes fue dirigido específicamente a la estructura ideológica y de gobierno de la institución, pues de los 43 desaparecidos uno formaba parte del Comité de Lucha Estudiantil, máximo órgano de gobierno de la escuela, y 10 eran ‘activistas políticos en formación’ del Comité de Orientación Política e Ideológica (COPI)”.

Figura 30 Trecho do periódico⁶³ Proceso.

Em sua busca pela implicação e pela responsabilização do Estado no desaparecimento forçado dos 43 de Ayotzinapa, a esquerda mexicana aciona a ideia de uma diferenciação entre “crimes comuns” e “crimes políticos”. Mas a percepção do desaparecimento forçado dos normalistas como um crime político reitera um debate sobre a questão da criminalidade. Nilo Batista⁶⁴, professor de Direito, questiona a própria ideia de "criminalidade", defendendo que todo crime é político, logo, o processo que vivenciamos seria o da criminalização. Batista aponta também para a importância da mídia como formadora do "senso criminológico" partilhado pela sociedade em grande escala, sendo uma das referências para Budó (2016) e sua interpretação sobre o papel midiático no sistema judiciário.

A prática estatal de combater guerrilhas e insurgências pelo uso do paramilitarismo, grupo armado desvinculado da responsabilidade e da oficialidade estatal, é salientada na reatualização do discurso sobre crimes políticos. Esta é uma característica que longe de ser exclusividade mexicana, se ancora na realidade latino-americana sempre que uma ameaça

⁶³ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.57 e 62, 2015.

⁶⁴ Referência à entrevista concedida por Nilo Batista para a revista Afasta de Mim Este Cale-se da Universidade Federal Fluminense.

mais radical à esquerda se insinua. Ela também teria sido uma das motivações para o desaparecimento dos estudantes, entregues da mão dos agentes estatais para membros do cartel Guerreros Unidos, segundo a PGR.

“La política de Estado ha sido combatir a la insurgencia con delincuentes; como en el caso de Ayotzinapa, la delincuencia ha sido utilizada para hacer el trabajo sucio, tercia Canseco Ruíz en referencia a la versión de la PGR en el sentido de que los policías de Iguala y Cocula entregaron a los estudiantes a miembros de Guerreros Unidos...”

Figura 31 Trecho do periódico⁶⁵ Proceso.

Interpretar a ação dos estudantes como uma “insurgência” leva a pensar, nos termos de Martín-Barbero (2007), sobre o repúdio aos movimentos de jovens e estudantes, sejam eles criminosos ou apenas militantes (uma sutil diferença para a grande imprensa). A ativação de grupos delinquentes no enfrentamento das esquerdas organizadas também reativa uma ideia de condição descartável de toda uma população: a juventude mexicana do campo, dos sicários aos normalistas.

Outra motivação bastante salientada nas publicações jornalísticas é a da completa aversão aos estudantes de Ayotzinapa. O jornal El Universal apresenta uma definição desses estudantes que se baseia exclusivamente nas condições econômicas:

“Ser normalista es ser un estudiante pobre que se forma en escuelas pobres para alcanzar el grado de maestro y enseñarle a nuevos estudiantes pobres.”

Figura 32 Trecho do periódico⁶⁶ El Universal.

Mas o mesmo periódico também salienta a questão da ideologia marxista e leninista defendida na escola como um aspecto determinante para conformar a representação sobre seus frequentadores.

“La tía de Marco Antonio mira el mural del Che Guevara, dibujado con ímpetu en una pared de la vieja normal. Las normales en México están inspiradas en las teorías marxistas y leninistas. ‘No queremos que haya un normalista 44’, dice la mujer y se recoge en la banca del patio a terminar de escuchar el himno. Este arrulla su dolor.”

Figura 33 Trecho do periódico⁶⁷ El Universal.

Também é apresentado um histórico das atividades dos normalistas desta escola, apontando principalmente o desencadeamento de confrontos. Os distúrbios seriam consequência das

⁶⁵ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.87, 2015.

⁶⁶ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/mexico-ayotzinapa.html>> acesso em 27/05/2017.

⁶⁷ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/mexico-ayotzinapa.html>> acesso em 27/05/2017.

ações dos estudantes que provocariam a repressão a partir da desordem. Por esse motivo, o sangue destes normalistas-ativistas está presente com frequência em histórias marcadas pela ideia de enfrentamento.

“Los estudiantes, como todos los años, iban a recaudar fondos para sus actividades. Y esto por lo general desencadenaba revueltas. En junio del 2014, tras el asesinato y tortura del líder campesino Arturo Hernández Cardona, los estudiantes culparon del crimen al alcalde de Iguala, José Luis Abarca Velázquez. Ese día hubo disturbios en las afueras de la Alcaldía, protagonizado por los normalistas.

Otro acontecimiento que marcó con sangre la historia de la normal, ubicada en Iguala, ocurrió el 12 de diciembre de 2011, cuando la policía estatal rompió un bloqueo realizado por normalistas en la autopista del Sol, que conecta al DF con el puerto de Acapulco. En el enfrentamiento, dos estudiantes murieron abaleados.”

Figura 34 Trecho do periódico⁶⁸ El Universal.

El Universal aponta também para as consequências da violação do direito de protestar e de militar dos estudantes normalistas. Segundo a reportagem, já não há militância possível para os estudantes de Ayotzinapa. Hoje, quem encabeça as atividades são os pais dos desaparecidos, já marcados pela violência.

“Ayotzinapa tiene 160 estudiantes de primer año y todos están golpeados. ‘Guerrillero’ siente que se acabó el espacio para protestar, para denunciar. Ahora la protesta la lideran los padres de los desaparecidos. La imagen de la institución es triste. Un colegio sumido en el vacío que producen esos 43 pupitres y un cartel enorme con las fotos de los normalistas, por quienes se ofrece una recompensa de un millón de pesos.”

Figura 35 Trecho do periódico⁶⁹ El Universal.

A triste imagem da instituição escolar provoca uma série de questionamentos sobre as motivações para o ataque aos normalistas. Essa desmobilização que se transforma em um sentimento de tristeza na escola parece a reativação (permanente) de um projeto de sucateamento das normais rurais. A destruição dessas instituições é um objetivo mais ou menos partilhado por grande parte dos políticos que governaram o México desde 1940. Como visto no primeiro capítulo, as normais rurais são fruto da Revolução Mexicana e passaram a ser perseguidas com o passar dos anos, sucateadas a ponto de se autogestionarem para sobreviver. A ideia de acabar com estas escolas não está tão vinculada aos custos e

⁶⁸ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/mexico-ayotzinapa.html>> acesso em 27/05/2017.

⁶⁹ Link: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/mexico-ayotzinapa.html>> acesso em 27/05/2017.

dificuldades de manter as instituições nos lugares mais pobres do país, mas sim ao fim das resistências e oposições que os pensadores das normalistas são capazes de provocar nas populações. Transformar uma das escolas mais combativas em um ambiente esvaziado e triste pode ser parte desse projeto de destruição.

Seguindo a mesma linha de apuração, a revista *Proceso* dá destaque para a aversão e o ódio do senso comum aos normalistas. Algo estimulado pela imprensa que os classifica como baderneiros e incrementado na ideologia em vigor. Um dos entrevistados, Damián Huato, salienta o repúdio aos estudantes em Guerrero que parte até mesmo do governador do estado:

“Ángel Aguirre tiene un odio muy particular en contra de los muchachos de Ayotzinapa. De dónde le viene? Eso yo no lo sé, pero es indiscutible que tiene una animadversión personalísima”.

Figura 36 Trecho do periódico⁷⁰ *Proceso*.

Na mesma publicação outras motivações possíveis relacionadas ao ódio são apresentadas, como a participação no combate à reforma educativa protagonizada pelos normalistas, futuros professores.

“Lo ocurrido en Ayotzinapa es del tamaño de la campaña de odio que hubo contra los maestros que se opusieron a la reforma educativa⁷¹”, dice Ítalo Díaz, guerrillero.”

Figura 37 Trecho do periódico⁷² *Proceso*.

Além do ódio, outras motivações são vinculadas ao desaparecimento. A negligência estatal com as escolas normais transformou esses centros educativos em instituições abandonadas pelo poder público. A justificativa passa principalmente pela oposição veemente dos normalistas às políticas neoliberais que moldaram as políticas públicas dos últimos governos mexicanos.

A pesquisadora mexicana Tanalis Padilla é uma das entrevistadas da revista *Proceso* que salienta a oposição ao modelo neoliberal como motivação para o desaparecimento. Ela destaca também o panorama desalentador que enfrentam as escolas normais rurais e a necessidade de se mobilizar para obter o básico: comida e recursos para a educação. Segundo a entrevistada o governo desqualifica os estudantes há mais de quarenta anos com campanhas midiáticas de criminalização, a partir dessa imagem criada e difundida, a repressão violenta

⁷⁰ Revista *Proceso*. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.22, 2015.

⁷¹ A Reforma Educativa é um projeto de Lei aprovado pelo congresso e sancionado pelo presidente Peña Nieto em 2013 que vem sendo combatida de forma aguerrida por sindicatos e instituições de docentes no país inteiro.

⁷² Revista *Proceso*. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.45, 2015.

aos normalistas se torna publicamente aceita, como aconteceu em 2011, quando dois estudantes foram assassinados durante um protesto, e em 2014, com o desaparecimento dos 43.

“Y matiza: las normales rurales han sido abandonadas porque no entran en el modelo privatizador del neoliberalismo en el que se han montado los últimos presidentes.

‘No caben dentro de una política neoliberal donde el financiamiento a la educación pública y a los derechos de la población que se ganaron con la Revolución y están recogidos en la Constitución han ido retrocediendo lentamente’, sostiene la entrevistada.

De ahí que estén atrapadas, dice Padilla, entre un proyecto político y económico privatizador y la violencia y represión del gobierno hacia los movimientos sociales, en particular a los campesinos e indígenas”.

Figura 38 Trecho do periódico⁷³ Proceso.

Ademais, o ódio aos normalistas é generalizado e muito presente em Iguala, propagado pela opinião pública e intensificado no senso comum que vigora. Está presente no discurso de policiais, médicos, moradores de Iguala e arredores, como sinalizam as narrativas da Proceso. Não foi difícil para os jornalistas encontrar críticas aos estudantes entre os entrevistados. Um dos médicos classifica os normalistas de “ayotzinapos” (como são chamados depreciativamente) e justifica sua decisão de não atendê-los na noite do dia 26 de setembro.

“‘Los Ayotzinapos’ vienen agresivos, violentos, sacan a los pacientes, destruyen, vienen como delincuentes. Si de veras son estudiantes, eso no se hace’. Esa reacción es similar a la de muchos igualtecos, quienes al igual que militares, paramilitares, ministerios públicos y policías estatales dieron la espalda a los estudiantes de esa escuela donde se forman profesores rurales y donde el requisito para matricularse es ser pobre.

Cuando se le recuerda al médico que los estudiantes están desaparecidos y podrían haber terminado en fosas – como han declarado policías y narcos detenidos por la procuraduría federal – dice: ‘eso es lo que va a pasar a todos ‘los ayotzinapos’, no cree?’”

Figura 39 Trecho do periódico⁷⁴ Proceso.

⁷³ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.46, 2015.

⁷⁴ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.51, 2015.

A gravidade da afirmação do médico entrevistado pela revista *Proceso* não pode ser negligenciada. De certa forma, ele se alinha com a política de extermínio dos jovens pobres das normais rurais mexicanas. Esse discurso, aberrante, é reflexo do crescimento do fascismo social apontado por Boaventura de Sousa Santos (2010) e articulado no capítulo anterior. A defesa aberta e impune de uma "limpeza social" é um fator extremamente grave e se torna realmente perigoso quando parte de atores da sociedade civil, como o médico em destaque.

Outra narrativa que salienta o repúdio categórico aos estudantes por parte da sociedade e principalmente pela polícia é a da revista *Piauí*. A presença da repórter na escola confere a narrativa um apelo visual, principalmente nas descrições sobre a experiência e o contato com a escola e seus arredores. Um dos elementos visuais destacados é a presença de ícones políticos nas paredes e nas conversas entre os normalistas.

"Na escola rural de Ayotzinapa, os normalistas não só aprendem pedagogia como recebem formação política. Nos muros e paredes dos alojamentos veem-se pintados os rostos de revolucionários latinos – Che Guevara, subcomandante Marcos, Lucio Cabañas –, além de retratos de Marx e Lênin. Um dos muitos murais mostra um camponês. "Protestar es un derecho", diz a legenda. Ao lado, a imagem de um policial agredindo um jovem traz a continuação da legenda: "Reprimir es un delito." Eles queriam ir às celebrações de Tlatelolco para lembrar isso: que o protesto de estudantes era um direito, e a repressão policial, um delito."

Figura 40 Trecho do periódico⁷⁵ *Piauí*.

Nesta publicação também se vislumbra uma imagem mais positiva das relações estabelecidas dentro da escola e de sua relevância para o cenário de miséria vivenciado em Guerrero. A própria menção à Tlatelolco configura uma compreensão da histórica luta estudantil mexicana que possui diversos episódios de violência.

"Os rapazes tinham se conhecido cerca de dois meses antes. Muitos haviam saído pela primeira vez dos povoados rurais onde nasceram e, desde o início das aulas, em 22 de julho, passaram a conviver em regime de internato na escola – 'a esperança de um lar', como diz seu hino –, experimentando um cotidiano inédito de companheirismo."

Figura 41 Trecho do periódico⁷⁶ *Piauí*.

⁷⁵ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

⁷⁶ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

Esta é também uma das poucas narrativas que apresenta um histórico da formação das escolas normais que remonta à França do século XVIII. A situação atual das escolas mexicanas é articulada com a forma radical de resistência promovida pelos estudantes.

“As escolas normais surgiram na França, em 1794, inspiradas no modelo alemão de preparação de professores de ensino primário. No México, ganharam força com a Revolução de 1910, quando o país era fundamentalmente rural. À medida que o PRI, Partido Revolucionário Institucional, tornou-se um poder cada vez mais institucionalizado e menos revolucionário, perpetuando-se na Presidência por 71 anos ininterruptos, essas escolas – de caráter contestatório, marxista – foram sendo paulatinamente fechadas.

Das 36 escolas normais rurais que já existiram, hoje restaram apenas 17, a maioria exclusiva para homens, embora haja algumas mistas e femininas. Por serem poucas, são muito unidas. Num outdoor na estrada que contorna Ayotzinapa, os estudantes pintaram a mensagem: “Se o governo continuar reprimindo e fechando escolas normais rurais, o povo terá a última palavra.”

Figura 42 Trecho do periódico⁷⁷ Piauí.

A configuração atual de Ayotzinapa, não mais um “viveiro de guerrilheiros”, entra na narrativa a partir da experiência da própria jornalista que vê os seguranças na porta da escola, armados e não identificados. Existe um relato frequente em toda esta reportagem sobre a condição precária da escola e as formas com que os normalistas encontraram para sobreviver.

A militarização das zonas pobres do México é simultânea à intensificação da formação de resistências organizadas, não necessariamente guerrilhas, mas definitivamente grupos armados classificados como autodefesas. Há quem argumente que a maior parte das autodefesas é formada por paramilitares ou milicianos e que trabalham da mesma maneira que os narcotraficantes no controle e na comercialização de territórios, rotas e violências, um dado que não é abordado pela Piauí.

⁷⁷ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

“Nessa nova realidade, a escola de Ayotzinapa – outrora um viveiro de guerrilheiros de esquerda – está agora mais associada às polícias comunitárias camponesas, conhecidas como autodefensas. Na porta da escola, a segurança é feita por homens desses grupos que não confiam nas polícias oficiais – armados, uniformizados e usando um capuz negro que esconde sua identidade.”

Figura 43 Trecho do periódico⁷⁸ Piauí.

Entretanto, a repórter não ignora o histórico de conflitos e perseguições das forças de segurança em contra dos normalistas. Em especial, Ayotzinapa é uma das escolas mais aguerridas e possui um passado que se relaciona não apenas como a Guerra Suja e os líderes insurgentes, mas também com enfrentamentos constantes que muitas vezes resultaram na morte de estudantes.

“A noite de 26 de setembro não havia sido – me contaram os dois – a primeira vez que normalistas daquela escola ficaram frente a frente com os fuzis AR-15 das polícias de Guerrero. Na estrada, pouco antes do ponto de parada das vans e dos ônibus, há uma cruz com as inscrições ‘Juan Manuel Huikan Huikan’ e ‘12 de outubro 1988’. Ali, entre os eucaliptos, Huikan Huikan caiu morto com um tiro no peito, disparado pela polícia estadual enquanto ele e outros normalistas faziam a guarda da escola.

No pátio próximo à quadra de esportes, há outra homenagem em memória dos normalistas Gabriel Echeverría de Jesús e Jorge Alexis Herrera Pino, também assassinados pela polícia durante uma passeata que os estudantes fizeram pela Autopista del Sol, em 2011, reivindicando que o governador cumprisse os acordos de aumentar os repasses à escola.”

Figura 44 Trecho do periódico⁷⁹ Piauí.

Outra narrativa preocupada em evidenciar o perfil aguerrido dos estudantes de Ayotzinapa é a da revista brasileira Galileu, uma publicação mais voltada a temáticas relacionadas a questões científicas. Esta edição apresentou a narrativa dos conflitos históricos entre normalistas e autoridades, mas também entre os familiares dos desaparecidos e os investigadores da PGR.

A indicação de uma repressão política à escola aparece a partir da análise do trabalho desenvolvido por Anabel Hernandez, jornalista que atuou na publicação da revista Proceso e

⁷⁸ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

⁷⁹ Link: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017

que é um dos grandes nomes mexicanos no ofício de desvendar as artimanhas do crime organizado. Também são apresentadas algumas evidências negligenciadas por parte da grande mídia com relação à presença de diferentes órgãos de segurança pública, como a polícia federal e o exército.

“As informações sobre o que de fato aconteceu naquela madrugada são contraditórias. A Procuradoria Geral da República (PGR) concluiu que o incidente foi um choque entre facções do narcotráfico da região — com o envolvimento do prefeito de Iguala e do governo estadual”

"Para os demais alunos da escola e os parentes das vítimas, o relatório da PGR apresenta incoerências que visam a acobertar os envolvidos no crime e colocar fim nas investigações. Para eles, a tragédia seria mais um episódio de repressão política à escola. Documentos fornecidos pelo próprio governo de Guerrero e divulgados pela repórter investigativa mexicana Anabel Hernandez, mostram que a polícia federal e o exército estavam presentes na operação. O relatório do órgão mexicano que reúne exército e polícias do país registra os horários de chegada das tropas federais e do exército ao local dos acontecimentos. Em um dos vídeos gravados pelos estudantes no momento do ataque, disponibilizado na internet, um dos normalistas diz: ‘Os policiais já estão indo. Vão ficar só os federais, e vão querer nos atacar’.”

Figura 45 Trecho do periódico⁸⁰ Galileu.

Na revista Galileu, o motivo do desaparecimento dos estudantes é apontado como um problema ainda não resolvido, controverso. O caráter político deste crime perpetuado pelo Estado também é salientado pela repórter, que reforça a ideia de um estigma partilhado pela população contra os normalistas.

A necessidade de fazer a escola funcionar apesar dos cortes no investimento público é criticada como uma ação que provoca conflitos com as autoridades. É o caso da formação de pedágios improvisados nas estradas, prática recorrente dos estudantes de Ayotzinapa.

⁸⁰ Link: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/08/o-que-aconteceu-com-os-43-desaparecidos-de-ayotzinapa.html>> acesso em 27/05/2017

"Outro ponto controverso seria a causa da apreensão dos estudantes. A versão oficial diz que o prefeito teria pedido a captura dos alunos para evitar que protestassem no evento público presidido pela primeira-dama. O evento começou às seis da tarde, momento em que os estudantes saíam de Ayotzinapa, distante 125 quilômetros. Quando os normalistas chegaram a Iguala eram nove horas da noite. Não haveria possibilidade de eles atrapalharem o evento político, que já havia acabado."

"Para os alunos da Escola Normal e seus familiares, foi um desaparecimento político. A escola representaria um inconveniente para os desmandos do poder local e a negligência do Estado com a população. 'Estão sempre protestando. Se não têm aula protestam, se não têm ônibus protestam, se há um crime protestam também', conta Margarito. A repressão é constante quando os normalistas realizam manifestações públicas ou para arrecadação de fundos — em que pedem dinheiro aos passantes utilizando potes. 'Sempre chega a polícia, sempre há conflito com a Escola Normal de Ayotzinapa', diz Ernesto Guerrero."

Figura 46 Trecho do periódico⁸¹ Galileu.

3.2.4 O combate à guerrilha como motivação

Outro fator importante e que é apresentado quase exclusivamente nas reportagens mexicanas é o da guerrilha em Guerrero. A escola de Ayotzinapa já foi um dos principais centros de resistência às políticas dos governos na região. Ela também é marcada pela formação de líderes camponeses, contra insurgentes e guerrilheiros que combateram tanto durante a Guerra Suja (1960-1970) como depois.

Esta é uma história que a maior parte dos mexicanos conhece e compreende. A mera menção dos desaparecimentos forçados, antes de 2014, vinha sempre associada aos acontecimentos do passado, como algo que já não tinha lugar em um país modernizado. Mas tanto a existência das guerrilhas e de diversas formas de resistência às políticas neoliberais ainda persistem, como prevalece a tentativa do Estado e de suas forças armadas de combater tais empreendimentos.

A possibilidade de que o que aconteceu com os normalistas tenha sido uma tentativa de amedrontar e impedir a formação de novas guerrilhas é apresentada como uma das causas

⁸¹ Link: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/08/o-que-aconteceu-com-os-43-desaparecidos-de-ayotzinapa.html>> acesso em 27/05/2017

para o desaparecimento dos 43. Da mesma maneira, há uma tentativa do governo de não “politizar” o sucedido e as investigações sobre o caso.

Por esse motivo, os constantes conflitos e enfrentamentos são vista como uma das motivações possíveis para o sucedido em setembro. Não é difícil traçar um paralelo entre o que aconteceu com os 43 e os enfrentamentos que a guerrilha e os movimentos insurgentes promoviam com as autoridades em Guerrero, anos antes. La Jornada é um dos jornais que aposta nessa relação na tentativa de compreender o que acontece neste estado em que a violência é tão cotidiana.

"En esta entidad se mezclan los saldos de la violencia, de la expansión de la delincuencia organizada pero también la historia de desapariciones forzadas, desde las décadas de los sesenta y setenta, en la denominada guerra sucia."

Figura 47 Trecho do periódico⁸² La Jornada.

Novamente, as referências à Guerra Suja dão o tom do argumento. Mas mesmo as falas dos entrevistados direcionam para um olhar mais crítico e cuidadoso com relação a história de Guerrero e esses possíveis paralelos.

"Humberto Guerrero, coordinador de Derechos Humanos de Fundar Centro de Análisis e Investigación y litigante de casos de desaparición forzada, advirtió que estamos ante una política de Estado o 'tolerancia activa' porque la propia autoridad obstaculiza o manipula las investigaciones. 'Ya no es la política de Estado tradicional, de la guerra sucia en la década de los años setenta, con rasgos políticos, sino la vinculación entre criminales y autoridades ya sea para ejecutar los delitos u obstaculizar las indagatorias'. El Estado, además, ha sido negligente en cuanto a la integración de datos de estos episodios."

Figura 48 Trecho do periódico⁸³ La Jornada.

A violência enfrentada pelos desaparecidos é vista aqui como uma política de Estado. Uma determinação consciente e organizada que passa pela ação dos agentes e pela negligência em relação às investigações e à prevenção. Esta é a defesa da reportagem publicada pelo La Jornada. A responsabilização do Estado em todas as suas dimensões, pela aquiescência e pela negligência, é reforçada. Uma culpa não apenas deste último governo, mas fundamentalmente consequência direta de todas as políticas defendidas nos últimos anos.

⁸² Link: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017

⁸³ Link: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017

Neste sentido, as publicações La Jornada e Proceso compartilham ideias parecidas sobre as possíveis motivações para o desaparecimento dos estudantes. Em algumas passagens, a revista apresenta a hipótese, defendida por entrevistados relacionados à guerrilha, de um possível combate aos insurgentes de Guerrero como justificativa estatal para o ataque aos normalistas.

“Consideran que lo sucedido con los estudiantes de Ayotzinapa ha sido tomado por los grupos guerrilleros como ‘el inicio de una campaña de aniquilación’ del gobierno federal en su contra, ‘debido a la presencia que tienen en la normal rural Raúl Isidro Burgos’, por lo que ante el temor de una ola de atentados peor que la de 2007...”

Figura 49 Trecho do periódico⁸⁴ Proceso.

A reportagem introduz também elementos políticos pouco debatidos, como o surgimento de um novo movimento social depois do desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa: a *Asamblea Nacional Popular* (ANP). Essa organização aglutinou diversas organizações sociais radicais. Ou pelo menos essa é a teoria do governo de que as guerrilhas estão ressurgindo depois de Ayotzinapa, e é também o argumento utilizado para desacreditar e deslegitimar as manifestações pela memória dos estudantes, principalmente as que se tornam violentas.

O medo da retomada radical da via armada de grupos de esquerda estimulou ações também radicais do Estado. Além disso, uma série de declarações contrárias aos familiares e à força política de suas reivindicações começou a surgir depois que o caso ganhou proporções internacionais. A sequência de “casos isolados” de violência estatal em contra dos estudantes foi também apresentada como argumentação que aponta não para uma casualidade natural, mas para o planejamento dos eventos de setembro.

“Para los grupos guerrilleros lo sucedido el 26 de septiembre em Iguala es un ‘crimen de Estado planificado por el mando único policiaco-militar’.

“Plantea: la guerra sucia no ha desaparecido. La política de aniquilamiento y agresión ha sido continua, como lo demuestran las matanzas de Aguas Blancas, Guerrero, en 1996; Acteal, Chiapas, en 1997; El Charco, Guerrero, en 1998, y la desaparición de los 43 normalistas de Ayotzinapa, en Iguala, Guerrero, en septiembre pasado (2014)”.

Figura 50 Trecho do periódico⁸⁵ Proceso.

⁸⁴ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.27, 2015.

⁸⁵ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.89, 2015.

3.2.5 A crise humanitária como motivação

Talvez a justificativa mais intrigante seja aquela que relaciona uma possível crise humanitária com o desencadeamento da violência no país a ponto de culminar no desaparecimento dos 43. Esta argumentação, bastante relacionada com certa noção de civilização avançada em contraponto à barbárie, parece ancorada não apenas em preconceitos históricos, como aqueles apresentados no segundo capítulo, mas principalmente em uma tentativa de nomear o inominável.

Se parece abominável reconhecer a falência de uma ideologia como a burguesa, que dirá reconhecer suas falhas e contradições. Neste sentido, apontar para uma generalizada crise humanitária parece uma argumentação racional fácil, porém inócua por ser apresentada especialmente por um viés moralista e pouco autocrítico. Mesmo aqueles que defendem que o acontecido em Iguala foi consequência de uma perseguição política e ideológica contra os estudantes, também acionam a noção de que um problema maior estaria acarretando toda a violência no México.

O La Jornada classifica a situação vivenciada atualmente no país como uma crise humanitária. Principalmente porque mesmo os sobreviventes, os familiares dos desaparecidos, sofrem não só pelas ausências, mas pela ineficiência da maquinaria estatal para lidar com essas questões.

"Cuando alguien desaparece, sus familiares viven el infierno de la impunidad y la inacción de las autoridades, sobretudo si la acción fue 'forzada', es decir, cometida por policías, militares o algún otro servidor público. Quienes buscan a un ser querido se enfrentan a una maquinaria de Estado que se esfuerza por ocultar la verdad y afirmar que son casos aislados, cuando la situación alcanza el nivel de crisis humanitaria, afirman defensores de derechos humanos."

Figura 51 Trecho do periódico⁸⁶ La Jornada.

Um pouco da profundidade dessa afirmação é sentido em um dos vídeos⁸⁷ que compõe a reportagem. Mesmo que não esteja no escopo desta análise, focada nas narrativas textuais, é interessante perceber como isso se apresenta. O terceiro vídeo da publicação, de abril de 2016, mostra um grupo da "Brigada de Búsqueda de Familiares" de Veracruz dentro de um buraco

⁸⁶ Link: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>>. Acessado em 26/06/2017.

no chão, em um procedimento de procura por corpos de desaparecidos. No momento da filmagem, é retirado um pedaço de osso que fora enterrado. Um dos familiares diz "parece da perna" e a voz de uma mulher denuncia "aqui está a prova, agora não há como negar!".

A descoberta dos ossos é acompanhada por jornalistas. Este vídeo, particularmente, choca porque é cruel que sejam os próprios familiares a procurar os corpos de seus entes queridos, mas também porque é de um simbolismo alarmante. A história do México segue sendo descoberta nas escavações, um território fértil que ambienta um processo doloroso na procura dos restos que indicam alguma verdade.

Esta ideia alarmante de uma crise humanitária, uma situação emergencial, uma falha ou uma ruptura no senso humanitário de toda uma população é mais uma vez apontada a partir das imagens desse vídeo. A essa concepção se alia à crítica a um Estado que falha ainda mais por não reconhecer a crise humanitária.

"En entrevista comentó que los familiares de las víctimas se enfrentan no sólo a la impunidad, entendida como protección a los responsables, sino a una maquinaria de Estado que se esfuerza por ocultar la verdad y afirmar que son casos aislados. 'No reconoce que hay una crisis muy grave que alcanza el nivel de crisis humanitaria'".

Figura 52 Trecho do periódico⁸⁸ La Jornada.

Para a narrativa produzida pela Folha de São Paulo o próprio ideário de crise humanitária se encontra em uma separação entre a ordem da civilidade e o caos da barbárie:

"Por que as notícias que chegam da violência no México parecem vindas de um mundo onde reina a barbárie?"

Figura 53 Trecho do periódico⁸⁹ Folha de São Paulo.

A jornalista é categórica em afirmar que o que acontece no México é uma crise humanitária. Algo temível que ultrapassaria a compreensão da realidade local e daria condições para um entendimento do mundo de hoje.

⁸⁸ Link: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017

⁸⁹ Link: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1686924-sequestro-de-43-estudantes-ha-um-ano-ainda-assombra-o-mexico.shtml>> acesso em 27/05/2017

"O México vive hoje uma das mais sérias crises humanitárias de sua história. Em seu livro mais recente 'ZeroZeroZero' (Companhia das Letras), o escritor italiano Roberto Saviano diz que quem quiser entender o mundo de hoje, precisa antes entender o México."

Figura 54 Trecho do periódico⁹⁰ Folha de São Paulo.

Para os entrevistados da revista *Proceso* a questão da crise humanitária não está tão relacionada a uma falta de civilidade da população mexicana, mas principalmente com uma visão analítica do caso para uma possível explicação dos desaparecimentos forçados. Neste sentido, o que aconteceu com os estudantes seria apenas mais uma evidência dessa crise.

A questão central desta análise é o envolvimento do Estado nessas práticas violentas e frequentes. Sem uma entidade de proteção dos direitos humanos, as pessoas estariam sujeitas a todo tipo de violação, o que teria levado a uma grande crise generalizada e uma crise humanitária por seu caráter emergencial e sem solução.

⁹⁰ Link: <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017

“México está hundido en una crisis humanitaria, reflejo de un proceso sistemático de aniquilación y desaparición de personas perpetrado por bandas criminales y distintos órganos de gobierno, como quedó evidenciado en el ataque a los estudiantes de la Escuela Normal Rural de Ayotzianapa, en Guerrero, que hoy atormenta el país.

La afirmación la sustenta el doctor Arturo Alvarado Mendoza, sociólogo de El Colegio de México (COLMEX), autor de El Tamaño del Infierno, estudio de criminalidad en México:

‘Vivimos un proceso de exterminio y de desaparición constante de personas por miembros del crimen organizado, que en el caso particular de la desaparición forzada de los 43 normalistas en Iguala, y el asesinato de seis personas más, contó con la participación probada de policías municipales bajo la orden del ex alcalde prófugo (José Luis Abarca), muestra de que estamos en una situación mucho más crítica: una crisis humanitaria.

Esta cuestión de la violencia política emerge como el problema central: autoridades que cometen delitos pero que además son parte de organizaciones criminales y usan el Estado para los intereses de éstas. Eso no lo habíamos visto en décadas. No de forma tan extrema’, dice a Proceso el investigador.”

Figura 55 Trecho do periódico⁹¹ Proceso.

3.2.6 O controle social como motivação

O último aspecto que sobressaiu nas análises das narrativas como um possível motivo do desaparecimento é a estratégia de controle estatal. Assim, a articulação do medo seria fundamental para assegurar tanto a submissão da sociedade como a livre ação dos políticos. São muitas as reformas e propostas impopulares aprovadas quando o medo é utilizado como ferramenta. Esta talvez tenha sido uma justificativa pouco trabalhada pelas outras narrativas. Apenas a revista Proceso indicou esta possibilidade. Possivelmente em decorrência do tamanho de sua produção, mas certamente como consequência da análise dos contextos sociais.

As estratégias de controle social são percebidas mais abertamente ao pensar a questão a partir dos métodos do paradigma indiciário, como será observado no item a seguir deste capítulo.

⁹¹ Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.90, 2015.

Por hora, é interessante perceber que a mesma revista *Proceso* que, em quase cem páginas, procurou expor diferentes visões sobre o caso e diferentes possibilidades de motivação para os desaparecimentos, centra suas críticas e acusações no Estado. A ideia de que a justificativa base para o desencadeamento das violências, e do desaparecimento dos normalistas em particular, seria o intento de promover um forte controle social é central nesta narrativa.

Um dos entrevistados, Obispo Raúl Vera López, declara abertamente essa intenção estatal:

“El crimen organizado ha ayudado al control de la sociedad y por eso es socio de la clase política. Ellos han conseguido que el pueblo no se organice, no crezca. Hoy lo sabemos.”

Figura 56 Trecho do periódico⁹² *Proceso*.

Além disso, a revista apresenta visões críticas a ideia compartilhada por muitos meios de comunicação de que o Estado seria apenas incapaz de resolver a questão. O ceticismo provém da análise da capacidade tecnológica desenvolvida no país quando os interesses comerciais estão em jogo em oposição ao trabalho despendido para garantir a segurança dos cidadãos.

“No puede ser que México sepa mejor cuánta cantidad de petróleo exporta que cuánta cantidad de personas están en desaparición forzada. Es una cuestión de prioridad, de cómo establece estadísticas un país”.

Figura 57 Trecho do periódico⁹³ *Proceso*.

De forma unânime, as narrativas dos periódicos *El Universal*, *La Jornada*, *Folha de São Paulo*, *El País*, *Piauí*, *Galileu* e *Proceso*, salientam a falta de uma conclusão mais ou menos aceita sobre as motivações dos desaparecimentos dos estudantes. O que essas narrativas apresentam são razões possíveis, algumas ancoradas na história, outras na experiência, outras em análises e algumas também em relatos. Em sumo, retalhos de uma história recontada na tentativa de se firmar.

Ainda que a busca de uma verdade não seja objetivo desta análise, os diferentes porquês deste crime indicam certos caminhos que a mídia percorre no seu intento de abordar a temática e de fazer entender os atravessamentos e desvios da realidade mexicana. Seja pensando as motivações do narcotráfico ou do Estado, seja pensando o ódio aos estudantes, o combate à guerrilha, a crise humanitária e o controle social como motivações, as narrativas indicam

⁹² Revista *Proceso*. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.15, 2015.

⁹³ Revista *Proceso*. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, p.41, 2015.

problematizações referentes ao território, às desigualdades, às resistências e principalmente ao desaparecimento forçado como método na procura de um crime perfeito.

3.3 Paradigma indiciário para pensar as conexões históricas mexicanas

O que a análise dessas reportagens indica é apenas um elemento de tantos outros que poderiam ser estudados. O destaque de alguns trechos que passariam despercebidos configura uma tentativa de encontrar elos e conexões entre as causas apontadas por diferentes jornalistas para os desaparecimentos no México, e o dos estudantes de Ayotzinapa em particular. Mas esta tentativa de procurar nas frases que compõem as narrativas jornalísticas as conexões dos porquês está ancorada em um paradigma que norteou a formulação desta pesquisa: o paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.

O autor, mais conhecido por seu pioneirismo no estudo da micro-história, formulou um modelo epistemológico baseado em um método de análise que foca seu olhar nas insignificâncias para aprofundar possibilidades de compreensão. Na proposição de Ginzburg, "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la" (1989, p.177).

O historiador italiano apresenta o paradigma indiciário através de um percurso histórico sobre sua origem e nos leva da Pré-história à Antiguidade e ao Modernismo entre exemplos e comparações. Segundo Ginzburg (1989), no século XIX, outro italiano, o historiador de arte Giovanni Morelli apresentou um novo método para atribuir a autoria de antigos quadros não assinados ou desgastados. Esse estudo foi desenvolvido a partir das minuciosidades. Segundo Morelli, examinando os pormenores mais negligenciados das obras de arte era possível identificar aspectos particulares da criação de determinados autores e assim, perceber nas miudezas a assinatura dos pintores.

Ginzburg identificou uma relação entre esse método e outras disciplinas desenvolvidas a partir do século XIX. Na literatura, o autor destacou as obras policiais como os livros de Sherlock Holmes, personagem que desvenda mistérios ao analisar o que é negligenciado pela maioria das pessoas. O autor traçou um paralelo entre a proposta de Morelli, o trabalho investigativo de Holmes e a elaboração da psicanálise moderna por Freud. Segundo o historiador, a analogia entre os três é possível pela convergência do método: Freud fala em sintomas, Holmes em indícios e Morelli em signos. Portanto, para Ginzburg, o modelo da semiótica médica prevalece como conexão.

Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli) (GINZBURG, 1989, p. 150).

Retomando as experiências humanas mais antigas, como a época dos homens e mulheres caçadores/coletores, o autor percorre a evolução da utilização de sinais na aprendizagem humana. A invenção da escrita, a medicina hipocrática, o paradigma científico e a filologia são introduzidos para descrever o caminho e os desdobramentos do paradigma indiciário.

O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser 'alguém passou por lá'. Talvez a própria ideia de narração (distinta do sortilégio, do esconjuro ou da invocação) tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração de pistas. O fato de que as figuras retóricas sobre as quais ainda hoje funda-se a linguagem da decifração venatória - a parte pelo todo, o efeito pela causa - são reconduzíveis ao eixo narrativo da metonímia, com rigorosa exclusão da metáfora, reforçaria essa hipótese - obviamente indemonstrável. O caçador teria sido o primeiro a 'narrar uma história' porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. (GINZBURG, 1989, p. 152)

Essa ideia da narrativa produzida a partir das pistas mudas dialoga diretamente com a preposição de Gagnebin (2006) sobre os rastros e restos, introduzida nos capítulos anteriores. A narrativa que se produz a partir dos vestígios é também aquela criada sobre os desaparecidos, sobre o que não mais está, apesar de ter deixado suas marcas. Procurar as razões para o desaparecimento, deste modo, é uma maneira de narrar a partir dos indícios, das conexões históricas possíveis, desse saber fragmentado que complementa outros conhecimentos instituídos.

Além disso, a evolução deste método esteve diretamente relacionada com as necessidades das sociedades em seus momentos históricos. O uso dos indícios não foi experimentado apenas para identificar as obras de arte e seus autores, auxiliar na literatura policial ou na formulação da psicanálise por Freud (algo já grandioso), mas principalmente se apresentou como ferramenta para a intensificação do controle social através da identificação.

Cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares. Existe, antes de mais nada, o nome; mas, quanto mais a sociedade é complexa, tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever

inequivocamente a identidade de um indivíduo (...) Mas somente nas últimas décadas do século XIX foram propostos por vários lados, em concorrência entre si, novos sistemas de identificação. Era uma exigência que surgia dos fatos contemporâneos da luta de classes: a constituição de uma associação internacional dos trabalhadores, a repressão da oposição operária depois da Comuna, a modificação da criminalidade (...) A tendência à criminalização da luta de classes veio acompanhada pela construção de um sistema carcerário fundado sobre a detenção por longo prazo (...) O problema da identificação dos reincidentes, que se colocou naquelas décadas, constituiu de fato a cabeça-de-ponte de um projeto geral, mais ou menos consciente, de controle generalizado e sutil sobre a sociedade. (GINZBURG, 1989, p. 172-173)

A necessidade de identificar as pessoas tinha um propósito explícito de controle social. A ciência contribuiu com esse propósito criando os mecanismos para o reconhecimento dos indivíduos, primeiro através da descrição física, das fotografias, e depois, influenciados por um costume da região de Bengala, na Ásia, ainda no começo do século XX, através da documentação das impressões digitais.

Essa prodigiosa extensão da noção de individualidade ocorria de fato através da relação com o Estado e seus órgãos burocráticos e policiais. Até o último habitante do mais miserável vilarejo da Ásia ou da Europa tornava-se, graças às impressões digitais, reconhecível e controlável. (GINZBURG, 1989, p. 177)

Este é outro aspecto muito relevante do paradigma indiciário, e da ciência como um todo, utilizado na sustentação da lógica hegemônica burguesa desde o começo do século XX. Por esse motivo, as conexões históricas, geográficas, sociais e políticas das violências na América Latina, apresentadas no capítulo anterior, são interpretadas a partir da análise do desaparecimento como um tipo de violação constante na história das sociedades desta região. Em suas inúmeras formas, seja o desaparecimento dos idiomas, seja da palavra, seja das culturas, seja das sociedades e mesmo das pessoas, o desaparecimento foi utilizado como uma forma de controle social no intuito da exploração de riquezas.

Mas o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. (GINZBURG, 1989, p. 177).

A ideia da utilização deste método como resistência ao controle social foi replicada diversas vezes e pode ser encontrado em trabalhos como o do jornalista Federico Mastrogiovanni, italiano radicado no México. O jornalista pesquisa o desaparecimento forçado no país latino-

americano desde 2010, produziu diversas publicações e foi premiado por algumas delas, entre seus trabalhos estão um livro e um filme de mesmo nome: *Ni Vivos Ni Muertos*.

Apurando histórias pouco divulgadas sobre desaparecimentos forçados em diferentes partes do território mexicano, Mastrogiovanni critica o sentimento de “casualidade” partilhado por grande parte da população e pela mídia com relação à divulgação dos casos. O jornalista apresentou em seu livro um mosaico complexo das violências que explicita aspectos fundamentais da geopolítica para uma compreensão mais ampla dos contextos das violações.

Después de una investigación realizada en muchos lugares de México, mediante entrevistas a familiares de desaparecidos, expertos en temas de violencia y narcotráfico, historiadores, politólogos, activistas, periodistas, funcionarios públicos, víctimas mismas de desaparición, hemos llegado a una posible explicación, que tiene sentido sólo asumiendo una mirada más amplia, una mirada geopolítica.

Antes que todo hay que preguntarse cuál es la importancia estratégica de México. Qué es lo que justifica tanta violencia y explica una estrategia del terror tan descarada y despiadada por parte del Estado. La producción y el tráfico de drogas (como la marihuana y la amapola que se siembran en México o la cocaína que llega de Colombia) sólo representan una parte de la importancia estratégica del país. Una parte que mantiene ocupados a muchos analistas y comunicadores que ven en esta cortina de humo llamada ‘droga’ la razón de todo tipo de violencia. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 33-34)

Drogas, rotas comerciais e recursos naturais. Esses são os grandes interesses estratégicos internacionais sobre o México atual. Historicamente o aumento da violência seguia uma lógica narrativa midiaticizada bastante convincente: o aumento do número de desaparecidos a partir do governo de Felipe Calderón (2006-1012) é sintomático devido à chamada “guerra às drogas” e o aprofundamento das políticas neoliberais⁹⁴. Mas a cobertura noticiosa sobre esses desaparecimentos seguia duas regras: a defesa de uma aparente casualidade dos acontecimentos e a criminalização das vítimas.

Una actitud, que se hizo costumbre, fue y sigue siendo la de atribuir a las nuevas víctimas de desaparición y de desaparición forzada, públicamente y a través de los medios de comunicación, la sospecha de algún tipo de culpabilidad. Junto con esto se destaca el elemento aparentemente aleatorio y 'sin sentido' de las desapariciones recientes. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 30)

⁹⁴ Neoliberalismo entendido como um projeto político. Um conjunto de políticas que privilegiam "os mecanismos de mercado para a organização da sociedade e das atividades econômicas" (CASTRO, 2014, p.49). Segundo Henrique Castro, na América Latina o neoliberalismo "visou abrir para a iniciativa privada importantes parcelas do mercado então de monopólio (ou preponderância) estatal" através de uma série de políticas de redução da ação estatal que intensificaram as desigualdades sociais. (2014, p. 52).

Dessa forma, a impressão geral era de que as vítimas do desaparecimento forçado tinham alguma relação com o crime organizado, que estavam envolvidas em alguma delinquência, e que por esse motivo mereciam o destino violento. A partir disso foi criada a narrativa de uma série de eventos isolados de pessoas que simplesmente desaparecem. Dizer que alguém estava relacionado com o crime organizado não requer outra explicação, não permite empatia ou identificação: a condenação é midiática e moralmente partilhada por parte significativa da população.

O caso dos normalistas de Ayotzinapa passou por uma tentativa de criminalização, principalmente na grande mídia nacional mexicana. O descontentamento geral com relação às atividades dos estudantes, assim como o preconceito relacionado ao estrato social e étnico dos normalistas, foi utilizado como argumentação na tentativa de dominar o direcionamento da narrativa sobre o caso. Um insucesso que se rearticula atualmente na campanha de descrédito dos familiares dos desaparecidos, cada vez mais hostilizados nas coberturas de suas ações.

A partir desta constatação, Mastrogiovanni percebeu uma tentativa das organizações de direitos humanos, dos intelectuais e das organizações de famílias de desaparecidos de reconstruir a imagem produzida sobre os desaparecidos. Reafirmar que o desaparecimento forçado é uma construção social e não uma casualidade era o principal objetivo.

El desaparecido es una construcción social en un modelo de la guerra y del terror. No es una cosa casual que de golpe en algunos países, como en México, por accidente ya no se encuentran las personas. No, es una construcción totalmente racional y metódica, muy importante como base para no creer que es un accidente de la guerra; es una vuelta de tuerca en todo el proceso bélico con un nivel de sadismo, de perversión, de terror, de dolor brutal. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 32)

Perceber que esta violação é parte de uma estratégia de poder requer entender o que justificaria essa metodologia de terror. No sentido da exploração dos recursos naturais, é possível compreender a frequência de uma estratégia de controle social e territorial histórica e permanente nas regiões marginalizadas do globo. A exploração do *shale gas* (gás de xisto), do petróleo e de diferentes minérios como o ouro, está atrelada a uma série de disputas tanto do território como do controle das riquezas pelos Estados nacionais.

La estrategia de muchas empresas transnacionales del petróleo consiste en apoyar a gobiernos autoritarios en países ricos en recursos energéticos. Los gobiernos deben comprometerse a dejar que en las zonas más importantes para los recursos se genere o se difunda un alto nivel de violencia, de terror, con un gran número de asesinatos y desapariciones; esto, para agilizar el

desplazamiento forzado de las poblaciones que viven en las zonas donde se encuentran los recursos energéticos. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 35)

Essa política de despovoar territórios ricos em recursos naturais é muito semelhante ao exercício de colonização e exploração da América Latina de séculos atrás. Agora, ao invés de centrar o poder nas metrópoles, são as transnacionais que articulam as riquezas em conluio com governos e instituições de poder, como os exércitos nacionais. Essa característica é importante quando se percebe que o terror convém não apenas para o controle dos territórios e futura exploração e concentração das riquezas, mas também como mecanismo de controle social.

Durante los años de terror, en los que la violencia es aparentemente casual, los actores que se encargan de controlar el territorio, asistidos por las fuerzas de policía, el ejército o las instituciones del Estado, en la confusión y en la incertidumbre generalizada, pueden ‘eliminar’ también a personas que pertenecen a movimientos sociales, líderes comunitarios que se oponen a los megaproyectos, activistas que organizan al pueblo contra la explotación de su tierra y periodistas incómodos. (...) Se desarticula el tejido social así como la organización de resistencia. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 36)

A desarticulação dos atores da sociedade civil organizada se torna um componente a mais nos benefícios proporcionados ao Estado pelo uso do terror. Além, é claro, dos benefícios proporcionados pelas relações promíscuas entre governantes, empresários e diferentes personagens do crime organizado. Outro aspecto que se destaca é o da facilidade em governar e aprovar reformas, provocada pelo medo que se espalha pelo país.

(...) una forma de mantener a la sociedad en pánico, crispada, de tal manera que pueden hacerse reformas totalmente antipopulares, como por ejemplo una Ley Federal de Trabajo que va contra los trabajadores, o una Ley de Seguridad Nacional que implicaría la posibilidad de establecer estados de sitio militares y equiparar con el delito de ‘terrorismo’ las protestas sociales. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 199)

O combate ao ativismo social e as formas de resistência são características importantes se pensarmos na atuação dos estudantes normalistas no interior do México. É fundamental destacar também este aspecto frequente da violência exacerbada em regiões muito ricas, principalmente por reconhecer certo silenciamento com relação à importância do estado de Guerrero neste panorama.

A região não foi apenas cenário primordial da Guerra Suja nos anos 1970, mas seguiu sendo palco de enfrentamentos diversos entre grupos de guerrilha e resistência contra as forças do

Estado. O desaparecimento de pessoas relacionadas à guerrilha – e mesmo daquelas que não tinham relação – se tornou um fato comum, uma ferramenta devastadora contra a população local. O manual da chamada “guerra de baixa intensidade” desenvolvido pelo exército estadunidense durante a Guerra do Vietnã (1955-1975) foi aplicado integralmente na serra de Guerrero e seguiu sendo reproduzido depois do final da Guerra Suja.

Outro fator silenciado é o da relevância do estado onde se desenvolveu a violência com os estudantes de Ayotzinapa na extração do ouro. Quase nenhuma das reportagens analisadas apresenta a relevância da exploração do ouro no estado de Guerrero que se destaca ainda mais na região de Iguala. Este mineral é abundante no México e empresas internacionais, especialmente as canadenses, são as principais privilegiadas no processo de extração.

Uno pensaría que con tanta violencia, tanta inseguridad, las empresas mineras prefieren largarse de una zona así. Pero no. Al contrario. En medio a la violencia y de la inseguridad es cuando invierten. Es el caso, por ejemplo, de la minera canadiense *Torex Gold*, que el 6 de noviembre de 2014 hizo saber que va a invertir 725 millones de dólares en la construcción de una mina de oro llama El Limón-Guajes, en la localidad de Chilpancingo, en lo que se conoce como el Cinturón de Oro de Guerrero. Una de las minas de oro más grandes y de más bajo costo en el mundo. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 248)

É impossível ignorar também que Guerrero é um dos estados mais importantes para a produção de maconha e o segundo na produção de papoula. Além disso, a capital, Chilpancingo, é uma das rotas mais importantes para o Distrito Federal e para o Norte do país, direção primordial de toda droga produzida: os Estados Unidos. Por esse motivo o controle do território pelos grupos do narcotráfico é intenso e altamente disputado.

Dado o contexto, fica em evidência que no México convergem muitos interesses estratégicos diferentes relacionados à exploração dos recursos naturais como o gás, a água, o petróleo e todo tipo de metal e produto de minério. Ademais, as rotas do trânsito e dos portos são fundamentais para o mercado das drogas, das armas e do tráfico de pessoas.

Mastrogiovanni apresentou uma cadeia de conexões que fundamentam a problemática do desaparecimento forçado como um mecanismo funcional para Estado, para as corporações transnacionais e para o narcotráfico. Os objetivos primordiais do desencadeamento da violência são: o controle do território, a desarticulação dos movimentos de oposição, o deslocamento dos habitantes, a despovoamento de lugares e regiões, principalmente das mais vulneráveis, como as comunidades indígenas.

Lo que sigue faltando en la narrativa oficial, así como en la de los grandes medios de comunicación, es la relación entre desapariciones forzadas y la violenta militarización de territorios para favorecer la explotación de recursos naturales. El siguiente paso en la configuración de la historia reciente de México es desarrollar una mirada crítica que abarque un panorama más amplio, geopolítico, que pueda ayudarnos a explicar fenómenos aparentemente incomprensibles. (MASTROGIOVANNI, 2016, p. 273)

A presença do exército, uma das instituições acusadas pelos familiares de cumplicidade e omissão no desaparecimento dos 43, é outro fator destacado pelo jornalista em sua reportagem que abarca a questão de Ayotzinapa. As possíveis vinculações do braço armado do Estado com o crime organizado e o controle territorial para a exploração também são destacados como fatores importantes do contexto geopolítico mexicano atual.

O caso dos estudantes mexicanos é visto, desta maneira, não apenas como metáfora, mas talvez como sintoma, indício ou signo de algo maior e mais frequente. Um tipo específico de violação que se propaga pelo tempo sem se restringir aos diferentes contextos políticos. Assim, o paradigma indiciário é percebido aqui menos como método de análise e mais como um ideário de esforço político que visa o não acobertamento de indícios que conformaram ou conformariam a compreensão histórica do desaparecimento forçado na América Latina. De certa maneira, podemos dizer que mais do que a “verdade histórica”, a proposição de Ginzburg nos possibilita a “dúvida política” sobre as narrativas em disputa.

3.4 A dimensão do esgotamento

Neste capítulo foram apresentadas algumas narrativas sobre os normalistas mexicanos, outras, milhares, ficaram de fora do escopo desta análise. Contudo, a cobertura do massacre de Iguala, notícia que extrapolou barreiras e fez a questão do desaparecimento forçado entrar de uma vez por todas no debate público mexicano, parece se encaminhar para certa sensação de esgotamento.

Existe uma dimensão “natural” que justifica o fim de uma narrativa. É certo também que passados mais de dois anos do desaparecimento dos 43 os desdobramentos tendem a se esgotar. A investigação da Procuradoria Geral da República apresentou seus resultados em 27 de janeiro de 2015, sendo altamente contestados. Igualmente, as investigações paralelas, em sua maioria, já apresentaram conclusões, mesmo aquelas que apenas concluíram a incapacidade de determinar o que realmente aconteceu com os estudantes.

Entretanto, são outros os esgotamentos que se somam a essa redução das narrativas e de suas potências. Talvez um dos mais significativos seja o esgotamento dos sentimentos provocados por esta história. Se em 2014 a indignação não podia ser contida e as marchas lotavam ruas no México e em muitos outros países, atualmente, a cada protesto o número de participantes é menor, as ações são mais pacíficas e esvaziadas. Também é significativa a declaração do ex-procurador geral da república quando disse “*ya me cansé*” ao concluir a apresentação da investigação do caso.

O mesmo cansaço pode ser encontrado em parte da opinião pública. Índícios desta crescente dificuldade de provocar a revolta ou de alimentar o espírito crítico da população estão presentes na dissimulada (e às vezes aberta) tentativa de criminalizar os familiares dos desaparecidos e desacreditar suas declarações, assim como ridicularizar suas ações. Frases como “desistam, eles não vão voltar” parecem ecoar nos lapsos de silêncio depois de dois anos do desaparecimento dos 43.

É possível identificar esta como mais uma violência enfrentada pelas mães e pais dos normalistas. Em parte, porque a constatação da morte de seus filhos desaparecidos não é admitida pela maioria, mas principalmente porque suas estratégias de atuação e mobilização estão centradas na politização da dor, na transformação do sofrimento em moeda política. Tanto os familiares dos normalistas mexicanos quanto as mães dos desaparecidos das periferias brasileiras produzem, em contato com defensores dos direitos humanos, gramáticas políticas (ARAÚJO, 2014) de politização da dor.

Esse encontro entre familiares e atores políticos do campo de protesto dos direitos humanos possibilita aos atores envolvidos a troca de experiências e constitui-se em um espaço de circulação de gramáticas políticas. Em relação aos familiares de vítimas, esse evento-ação tem uma dimensão pedagógica, que advém sobretudo da pretensão e interesse político dos movimentos de direitos humanos em atuar no sentido de politizar a dor dos familiares. (ARAÚJO, 2014, p. 36)

Neste sentido, o esgotamento das narrativas sobre o Ayotzinapa e o engajamento que elas produziam afeta diretamente a atuação dos familiares. Este esvaziamento das narrativas é violento porque o conteúdo político da reivindicação dos familiares cresceu com o tempo e se tornou muito maior do que o requerimento do retorno de seus filhos com vida. É uma denúncia e um enfrentamento direto com o Estado, entendido não apenas como entidade administrativa, mas como espaço de resguardo de políticas excludentes e violentas com os mais pobres.

O sofrimento dos familiares é um ponto de partida através do qual se constituem uma esfera moral e uma “comunidade emocional”. O conteúdo político da denúncia que os familiares tentam fazer circular é o de que as mortes são produzidas pela forma como o Estado opera nas “margens” (Veena Das & Poole, 2004); sem levar em conta a segurança e proteção dos moradores. (ARAÚJO, 2014, p. 167)

Além disso, a exaustiva argumentação que relaciona o narcotráfico ao desaparecimento dos 43 parece formar outros tipos de esgotamento. Se o problema não se restringe ao Estado, mas sim a todo um universo difuso, grandioso, internacional e criminoso, qualquer tática de resistência parece despropositada. Este tipo de esgotamento parte do “senso dominante de que os problemas são tão complexos que não podem ser compreendidos nem enfrentados [algo que] pode produzir fadiga moral, esgotamento de empatia e desespero político” (KLEINMAN & KLEINMAN *apud* ARAÚJO, 2014, p. 167).

Mas as limitações narrativas são na verdade componentes da contradição da produção jornalística, principalmente quando ela não é capaz de se aprofundar nos questionamentos, nas análises, nas interrogantes. O jornalismo que se nega a trabalhar com contextos fica condenado a reportar novidades, acontecimentos que parecem anormais quando não se presta atenção nos indícios que compõem as tramas da vida. O papel central da mídia, neste caso específico, o processo de lembrar, de esquecer e mesmo de silenciar, nos provoca uma questão: afinal, a imprensa não se aprofunda na compreensão das questões sobre o desaparecimento no México porque não pode/consegue ou o fato dela não se aprofundar é um dos fatores que corroboram a intensificação das violências no país?

É sobre a dimensão do esgotamento diante do fundo do próprio fundo jornalístico que a elaboração de uma análise sobre as narrativas produzidas por jornalistas não pode se esquivar. São muitos os fatores que indicam uma limitação imposta ou exposta nos silêncios. O caráter excepcional da super exploração narrativa sobre Ayotzinapa é sintomático na relação anteriormente estabelecida entre a balbúrdia e o silêncio. A barreira do indizível se rompeu depois do desaparecimento dos normalistas, mas será que isso resultou em um aprofundamento dos questionamentos sobre a violência do desaparecimento no México?

Para pensar nestas questões é preciso novamente salientar alguns fatores contextuais sobre aquele país. Atualmente, o México é um dos países mais perigosos do mundo para se

trabalhar como jornalista. Dados da ONG Repórteres Sem Fronteiras⁹⁵ apontam que apenas em 2016 o México foi o país sem guerra que mais matou jornalistas no mundo. A gravidade desses crimes, amplamente divulgados e relacionados ao narcotráfico, é um dos fatores que limitam a produção de narrativas sobre as violências naquela região.

Existem indícios de que a violência contra a liberdade de expressão no país é resultado direto dos nexos entre o narcotráfico, o Estado (ou narcoestado), as empresas (nacionais, transnacionais, etc.), e a imprensa. Recentemente um jornalista mexicano, que se dedicou durante anos às denúncias sobre a ação do narcoestado, foi assassinado em Sinaloa – uma das regiões mais perigosas do país. Javier Valdez, cronista sobre o mundo narco, publicou em 2016 um livro chamado “*Narcoperiodismo: La prensa en medio del crimen y la denuncia*” onde evidencia as relações intensas entre o fazer midiático e o mundo das drogas.

O livro é uma grande narrativa das conversas que o jornalista teve com outros colegas de profissão de diferentes partes do México. Ali estão expressas as agonias, as tristezas, os medos, a luta e a resistência de profissionais submetidos a uma lógica de produção comandada por muitas pessoas poderosas. Segundo Valdez, é um grande erro viver no México e ser jornalista. Alguns dos exemplos apresentados pelo autor são escandalosos, como as experiências dos periódicos do estado de Tamaulipas que recebem ordens diretamente dos grupos narcotraficantes sobre o que publicar e como publicar.

A região fica localizada no nordeste do país, violenta fronteira com os Estados Unidos, e é disputada por dois cartéis: os *Zetas* e o *Cartél del Golfo*. As ordens partem dos chefes dessas organizações, em uma disputa para incriminar uns aos outros. Os jornais ou jornalistas que se recusam, ou apenas que cometem o simples erro de noticiar algo que os narcotraficantes não autorizariam, sofrem diversos tipos de ameaças, atentados e mesmo assassinatos. É o jornalismo do silêncio, da impossibilidade de falar. Segundo Valdez, o descrédito da imprensa se aprofunda nessa situação, e mesmo os moradores da região sabem o tanto que os jornais calam.

Outra problemática apresentada no livro reportagem é a dos abusos estatais. Em outro estado mexicano, Jalisco, são as ordens dos comandos estatais que interferem diretamente na prática jornalística. Nesta região a relação entre narcotraficantes e agentes públicos (das diferentes esferas) se torna mais evidente. Há também um problema interno: jornalistas cooptados,

⁹⁵ Informação do "Barômetro da Liberdade de Imprensa" desenvolvido pela ONG Repórteres Sem Fronteiras. Disponível em <<https://rsf.org/pt/barometro>> acesso em 27/05/2017

infiltrados nas redações, que passam informações para os grupos narcos, os políticos e mesmo os policiais. Valdez identificou no sentimento de desconfiança dentro das redações um dos grandes obstáculos a qualquer tentativa de informar. Não há companheirismo possível quando tantos são mortos e não se sabe quem trabalha para quem.

O livro abre uma grande interrogante: afinal, quem é livre para falar no México? A vinculação entre o poder político e o poder econômico (encabeçado pelo narcotráfico, mas não restrito a ele) é o elo de sustentação das empresas de mídia. Mas não apenas isso, o desequilíbrio dessas relações transforma a ideia de liberdade democrática em uma utopia distante. Falando a partir dos “lugares invisíveis”, como classifica Valdez, os jornalistas comprometidos se dividem entre: o exílio; a censura; a autocensura de preservação; e a narcocensura. Esta última bastante definitiva.

O olhar atento de Valdez ao fazer jornalístico corrompido é a mirada na frente do espelho que revela as “des-coberturas” publicadas nos últimos anos pela imprensa. Por conveniência, por medo ou convicção, curiosamente ou não, os grupos midiáticos seguem lucrando e aqueles que ousam falar pagam caro pelas consequências. Valdez, por exemplo, foi assassinado no dia 15 de maio de 2017. Ele se tornou o sexto jornalista assassinado apenas neste ano no México. Talvez profético, o último livro que escreveu apontava para um traço frequente da “narcocultura”: *“se adueñan de la palabra, de la calle, de las miradas, de la vida”*.

Ainda que a impossibilidade de reportar seja um fator importante a se considerar no questionamento sobre a falta de profundidade das narrativas sobre o desaparecimento no México, ela certamente não é a única problemática deste contexto. É talvez contraditório perceber que ao mesmo tempo em que se nega a possibilidade da voz, as narconarrativas são extremamente abundantes no México. A descrença na irresponsabilidade do Estado é generalizada, por maior que seja a campanha midiática em contraposição.

Neste sentido se faz importante pensar a narcocultura como uma experiência que atravessa todas as fronteiras e já se encontra absolutamente entranhada na vida social mexicana. Segundo o pesquisador brasileiro Maurício de Bragança esta é uma experiência compartilhada em diferentes medidas pelas sociedades latino-americanas. Para Bragança, a narcocultura é o resultado de uma relação entre agentes sociais ligados à produção, à circulação e ao consumo de drogas, e a maneira como essas experiências são vivenciadas como práticas culturais e sociais em determinados contextos históricos (2012).

É nesse ponto que nos interessa pensar essa narcocultura para além da questão jurídica ou policial, mas como manifestação dessa modernidade periférica que guarda de forma residual os embates que se apresentam como práticas sociais no universo midiático. Esse imaginário pressupõe mobilização e predisposição coletivas como pressuposto para além das próprias narrativas relacionadas ao mundo do crime e ao narcotráfico. No México, podemos situar várias manifestações culturais fundamentais para pensarmos o reflexo de um narcoimaginário que desafia a ordem policial do Estado a partir desses escombros da modernidade, organizados em torno de uma narcocultura (...) (BRAGANÇA, 2012, p. 103)

Como expressão cultural, a narcocultura não apenas desafia a ordem policial, mas também explora os limites dos Estados modernos, concretizando em algum sentido a ideia de Boaventura de Sousa Santos (2010) sobre o pensamento abissal, que condenaria as ex-colônias (ou a parte Sul do mundo) a uma realidade que não compreende a dicotomia do legal e do ilegal, mas se caracteriza como um território sem lei, fora da lei, um domínio do não-direito. Como resultado deste território onde a inserção de certa cidadania a partir da consolidação de um Estado serviu muito mais para reorganizar a economia e manter excluída a maior parte da população, a narcocultura é um reflexo da vivência popular mais marginalizada da América Latina.

Pensamos a narcocultura como resultado do capitalismo, não apenas econômico, mas cultural, social e simbólico, que funciona como uma porta de entrada desse popular contemporâneo latinoamericano para a modernidade, no qual o narco atua como uma espécie de passaporte para o mercado onde se inventa um novo popular latinoamericano com feições globalizadas. (BRAGANÇA, 2015, p. 153)

Compreender a relevância da narcocultura na sociedade mexicana pode ser útil na tentativa de entender o pouco aprofundamento nas motivações do desaparecimento noticiadas pelos jornalistas. Especialmente se levarmos em consideração que a narconarrativa já se firmou como um grande negócio lucrativo. Parece assim coerente pensar que a mídia, menos do que aprofundar as questões sobre o desaparecimento dos normalistas, está mais interessada em vender boas histórias – narrativas com as quais as pessoas possam se reconhecer, mesmo no sofrimento do desaparecimento.

Desta forma, o que a profusão de narrativas sobre Ayotzinapa (ancorada em silêncios), concomitantes a uma negligência de contextos e aprofundamentos, estaria proporcionando uma forma de esquecimento histórico. Mas como poderia uma análise que afirma a existência de diversas narrativas produzidas em mais de dois anos determinar que o propósito é o esquecimento? Ricoeur (2007) sustenta que o paradoxo aparente sobre o esquecimento é

possível de ser compreendido se por ele entendermos o imemorial recurso e não a inexorável destruição das lembranças.

Há uma armadilha que se impõe à narrativa sobre o desaparecimento. Não apenas porque ela evoca algo ausente, mas principalmente porque, neste caso específico, o abuso das memórias dos ausentes nas narrativas jornalísticas provoca um deslocamento e uma dispersão do aprofundamento narrativo.

(...) Os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado. Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa (...), o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada - da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber." (RICOEUR, 2007, p.455)

A análise da narrativa proposta por Ricoeur, que desmembra a construção do narrar na compreensão de suas fases e efeitos, auxilia no entendimento das disputas sobre as narrativas jornalísticas. A narcocensura e a implicação do Estado nos crimes de desaparecimento forçado parecem forças, neste sentido, suficientemente capazes de produzir esquecimento através do desapossamento das narrativas dos desaparecidos. Ricoeur também indica algo importante: este esquecimento só é possível quando há cumplicidades.

Este parece ser o enredo frequente da produção de narconarrativas. Contudo, o desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa extrapolou as formas habituais e cúmplices de produzir e receber narrativas sobre o desaparecimento forçado e o narcotráfico. A participação

da comunidade internacional, o caráter estudantil das vítimas, a quantidade de pessoas envolvidas e o contexto histórico cumprem papéis fundamentais nessa diferenciação. Mas há algo também muito forte que fez desta uma história excepcional: a ousadia corajosa da resistência das mães e pais das vítimas em trabalho conjunto com as organizações sociais do México. Ousar fazer narrativa por si mesmo é uma das saídas para a armadilha da narrativa proposta por Ricoeur. Em muitos sentidos, foi isso que a resistência organizada procurou fazer ao politizar o sofrimento.

Se a imprensa é limitada por diferentes motivos, são os movimentos sociais e suas lutas que podem, a partir de estratégias narrativas, intervir no circuito produtivo da notícia pautando, às vezes à força, o que a mídia não quis/soube/pôde dizer. Mesmo os jornais alinhados com a esquerda e os discursos de resistência ou as revistas que produzem narrativas de fôlego se apresentam com limitações. É a produção de si, vinculada em outros meios ou formatos e posta no debate público, que pressiona a produção de narrativas jornalísticas mais aprofundadas, mesmo que os silêncios agora sejam produzidos em outros lugares.

Se esta excepcionalidade é na verdade fruto de interesses particulares em desestabilizar a região ou o próprio Estado mexicano, e não uma efetiva brecha narrativa, só o tempo poderá dizer. Para isso, a consigna histórica do desaparecimento forçado que defende o não ao olvido e ao perdão segue certa em seu compromisso histórico e político.

Considerações finais

Em 24 de maio de 2016 o grupo interdisciplinar de pesquisadoras e pesquisadores independentes (GIEI) divulgou o *Informe Ayotzinapa II: avances y nuevas conclusiones sobre la investigación, búsqueda y atención a las víctimas*. Neste documento, o GIEI apresenta o trabalho realizado nos últimos dois anos. A principal conclusão do grupo é a de que seria necessário abrir novas linhas de investigação para descobrir o que realmente aconteceu com os estudantes de Ayotzinapa. Não se trata, neste sentido, de um documento conclusivo sobre o caso, mas de um estudo científico que contrapõe a narrativa oficial e propõe novos caminhos para compreender o destino dos 43.

De modo similar, esta pesquisa foi elaborada a partir da mirada sobre os indícios e rastros que o desaparecimento forçado deixou e segue deixando na América Latina e especialmente no México. A história dos 43 normalistas de Ayotzinapa segue sendo contada e recontada em disputas narrativas que percorrem diferentes âmbitos, seja o da imprensa, do direito, da ciência forense, da história, ou da política e seus cenários.

Para seguir as possíveis trilhas escolhi abordar três eixos temáticos vinculados com a problemática analisada: o desaparecimento forçado; o território; e a enunciação. Este tripé foi fundamental para costurar não apenas os capítulos produzidos, mas principalmente a ideia de que este crime é histórico, enraizado e disputado em diversos enunciados. Além disso, os interesses políticos e econômicos se mostraram fortes componentes de um direcionamento de grande parte das narrativas produzidas e em disputa.

O desaparecimento forçado é um crime cometido por agentes do Estado, é condenado internacionalmente em normativas e possui um histórico de perversidade. A tentativa de construir um “crime perfeito”, que não pudesse ser comprovado ou julgado, está no centro desta prática cometida principalmente por governos autoritários, mas também por democracias estabelecidas como a mexicana.

Na procura pelos corpos dos 43 estudantes, essa mesma democracia mexicana se viu exposta pela realidade que emergia do solo: milhares de fossas clandestinas. O território apareceu então como questão vinculada à história da dominação e do desaparecimento de culturas e povos. As relações de poder que estabeleceram as diretrizes para o apagamento de

determinadas populações dessa região, e em perspectiva, da América Latina, também foram articuladas à problemática do desaparecimento forçado.

Contudo, a mirada desta pesquisa esteve centrada na materialidade das narrativas jornalísticas de periódicos mexicanos e brasileiros sobre os 43 de Ayotzinapa. Produções analisadas a partir das constatações sobre as motivações para o desaparecimento forçado dos estudantes. Essa estratégia foi útil para pensar as implicações das relações de poder sobre o território, de conexão com a formação de um Estado dominado pelo narcotráfico e das disputas ideológicas que a condição dos estudantes normalistas põe em jogo.

A questão da narrativa como uma armadilha também foi fundamental para a elaboração da análise. Pensar que não há pacificação possível no relato da violência, na observação da história e na produção de sentidos sobre o desaparecer, estimulou um processo de implicação pessoal tanto na pesquisa quanto no desenvolvimento destas ideias. Por pensar a narrativa como armadilha, este trabalho não se desenvolveu de forma impessoal. Ricoeur (2007) apresentou uma das melhores maneiras de lidar com estas encruzilhadas: desenvolver a coragem de fazer uma narrativa de si, a partir de si mesma.

Essa formulação serviu de sul – e estou, aqui, me apropriando da ideia de que “nosso norte é (e precisa ser) o Sul” – para a escrita e a formulação crítica das questões aqui apresentadas. No mesmo sentido, a politização da dor desenvolvida pelos familiares de desaparecidos se baseia na tomada e na disputa pela narrativa, uma maneira de participar ativamente da peleja que se encena sobre as vidas dos desaparecidos. O contato entre os pais e mães dos 43 normalistas com os militantes dos direitos humanos foi, neste sentido, basilar para a construção de outras narrativas, a partir das experiências dessas pessoas, também vítimas dos abusos do Estado.

A partir de uma perspectiva histórica é possível perceber que como latino-americanos somos filhos e herdeiros da violência, mas é igualmente possível rearticular a dor e trabalhá-la como potência. A memória do apagamento das culturas, dos idiomas, das populações deste território auxilia a formular uma reconstrução a partir de uma perspectiva decolonial, que procura problematizar aquilo entendido como normal e linear.

A historicidade do desaparecimento forçado vinculada aos processos culturais e formadores de um mesmo território latino-americano cria as condições para questionar o lugar de enunciação dessa perspectiva. Afinal, que lugar é esse? A ideia de América Latina é uma construção histórica que originou e mantém a dualidade entre modernidade/colonialidade e

reproduz uma série de ideologias racistas e de segregação (MIGNOLO, 2007). A própria nomeação de “Latina” é uma forma de domínio e controle das narrativas que aqui se desenvolveram. Neste sentido, a perspectiva decolonial evidencia as construções narrativas e os jogos de poder que nelas se instauram.

A opção de pensar as possibilidades de compreensão das contradições vivenciadas neste território a partir de uma mirada decolonial implica a tentativa de estudar os diferentes lugares de enunciação. Segundo Francesca Gargallo (2014), filósofa feminista italiana radicada no México, o que os povos originários do continente chamam de *Abya Yala* é também um território em disputa formado a partir da derrota militar e da resistência à dominação. Neste sentido, a perspectiva de emancipação estaria centrada na ação política e principalmente na comunicação vinculada a outros discursos, outras narrativas e outros enunciados.

Pode-se assim falar de um território “criollo” ou “mestiço”, de um território “independente” ou “nacionalista”, ou mesmo de *Abya Yala*, lugares de enunciação que compõem a concepção sobre *Nuestra América*. Uma ideia em formação a partir das táticas e estratégias de povos autônomos e de construções alternativas sobre as relações entre homens, mulheres e natureza.

Ao compreender o lugar da comunicação nessas disputas, é possível perceber que o jornalismo, mesmo preso em amarras institucionais e metodológicas e nas frequentes questões sobre a real possibilidade de narrar, acaba se tornando palco de enunciações – tanto de resistência quanto de reatualização das forças hegemônicas. A partir dessa construção se reitera a questão: onde estão os estudantes desaparecidos? Ou, como anunciam seus companheiros, estão politicamente vivos?

Se o questionamento é verdadeiro, o único lugar, até o momento, em que foi possível identificar essa permanência foi o da enunciação. Estar politicamente vivo é se entrincheirar nas armadilhas da narrativa, uma disputa por existência, por resistência. Esse jogo, muito grave e muito sério, se mantém até que o esgotamento se apresente também como estratégia de silêncio.

Referências Bibliográficas

ALARCÓN, Norma. Tradutora, Traditora: a paradigmatic figure of chicana feminism. IN: *Cultural Critique: The construction of gender and modes of social division*. University of Minnesota Press, n° 13, p. 57-87, 1989.

ARAÚJO, Fábio. *Das técnicas de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

_____, Fábio. "Não tem corpo, não tem crime": Notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 37-64, jul./dez. 2016.

ASCENSO, João Gabriel da Silva. *As fronteiras de Universópolis: pensando o projeto mestiço no México a partir de José Vasconcelos*, 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BATISTA, Nilo. Criminalidade não existe: entrevista [sem data]. Rio de Janeiro: Afasta de mim esse cale-se, UFF. Entrevista concedida a projeto cale-se.

BRAGANÇA, Maurício. Imagens de ostentação nas narconarrativas: consumo e cultura popular. *Rumores*. São Paulo, n. 17, V. 9, Jan-Jun, 2015.

_____, Maurício. A narcocultura na mídia: notas sobre um narcoimaginário latino-americano. *Significação*. São Paulo, ano 39, n. 37, p. 93-109, 2010.

BUDÓ, Marília. Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal. *UNIrevista*, Santa Catarina, v. 1, n.3, jul, UFSC, 2016.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. *Cultura Política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile*. Brasília: verbena, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

CAPA, Robert. *Ligeiramente fora de foco*. SP, São Paulo: Cosac Naify, 2010.

COUTINHO, Eduardo Granja. *A comunicação do oprimido e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DAEMON, Flora. *Sob o signo da infâmia: das violências em ambientes educacionais às estratégias midiáticas de jovens homicidas/suicidas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DUSSEL, Enrique. *Meditações Anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

ENNE, Ana. *O sensacionalismo como processo cultural*. *Revista ECOPós*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, UFRJ, 2007.

FERREIRA, Letícia. *Pessoas Desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en Nuestra América*. Ciudad de México, Editora Corte y Confección, 2014.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea* - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.2, n. 2, p. 337-362. Jul-Dez, 2012

_____, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência. *Matrizes*, São Paulo, v. 1. n. 1, out, USP, 2007.

MASTROGIOVANNI, Federico. *Ni Vivos Ni Muertos: la desaparición forzada en México como estrategia de terror*. Cidade do México: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

MISSE, Michel. Violência e Teoria Social. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol.9, nº 1, p.45-63, 2016.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

_____, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____, Walter. *Habitar la Frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (Antología, 1999-2014). CARBALLO, Francisco e ROBLES, Luis Alfonso Herrera (orgs). Barcelona: CIDOB y UACJ, 2015.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

PARRA, Emiliano Ruiz. Los rostros más trágicos, los rostros más dignos. In: Coletivo Marchando con Letras (orgs). *Ayotzinapa, La Travesía de las Tortugas*. México, DF: Ediciones Proceso, 2015.

PAZ, Octavio. *El Laberinto de la Soledad*. Fondo de Cultura Económica: México, DF. 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos Sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. *Revista Compós*. Brasília, p. 124, 2011.

_____, Fernando. Representação das diferenças no discurso jornalístico. *Brazilian Journalism Research* (Online), v. 10, p. 206-223, 2014.

RICOEUR, Paul. *Narrativa e Tempo* (Tomo I). Campinas, SP: Papyrus, 1994.

_____, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. O fim das descobertas imperiais. *Notícias do Milénio*, Edição Especial do Diário de Notícias, 1999.

_____, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do*

Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SIBILIA, Paula. *Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VALDEZ, Javier. *Narcoperiodismo: la prensa en medio del crimen y la denuncia*. México, DF: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.

VIANNA, Adriana (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, v. 37, p.79-116, 2011.

WASSERMAN, Claudia. Revolução Mexicana, independência e futuros da América Latina: entrevista [18 de outubro, 2010]. Porto Alegre: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU online*. Entrevista concedida a Graziela Wolfart.

Documentos

Acción Urgente para Defensores de Derechos HUMANOS, ACUDDEH. *Defender los derechos humanos en México: la normalización de la represión política* - Informe junio de 2015 a mayo de 2016. México, DF, 2016.

Repórteres Sem Fronteiras. *Barômetro da Liberdade de Imprensa*. Disponível em <<https://rsf.org/pt/barometro>> acesso em 25/05/2017

Convenção Interamericana para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Disponível em <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/k.Desaparecimento.htm>> acesso em 25/05/2017.

Manual "Usar el derecho contra las desapariciones forzadas. Guía práctico para familiares de personas desaparecidas y ONGs", Utrech, Aim for human rights, 2009. Disponível em <<http://www.ediec.org/es/biblioteca/item/id/520/>> acesso em 25/05/2017.

Sites Consultados

TeleSUR: *Ayotzinapa, un proyecto revolucionario*. Disponível em <<http://www.telesurtv.net/news/Ayotzinapa-un-proyecto-revolucionario-20141030-0061.html>> acesso em 25/05/2017.

“La opción descolonial y la actualidad mundial” conferencia a cargo de Walter Mignolo. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Kwcigz1NPQc>> acesso em 25/05/2017.

“America Invertida” do Museu Torres García. Disponível em <http://www.torresgarcia.org.uy/uc_366_1.html> acesso em 25/05/2017.

Núcleo de Estudos Contemporâneos. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/nec/revolucao-mexicana-reforma-agraria-e-luta-pelo-direito-de-retornar-um-passado-usurpado>> acesso em 25/05/2017.

Vídeos consultados

“La opción descolonial y la actualidad mundial” conferencia a cargo de Walter Mignolo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Kwcigz1NPQc> acessado em 03 de jun. de 2016.

Material analisado

El País: *As cinzas do 'caso Iguala'*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/23/internacional/1474645962_821901.html> acesso em 27/05/2017.

El País: *Iguala, a cidade dos desaparecidos*. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/23/internacional/1443044200_371721.html> acesso em 27/05/2017.

El Universal: *Desaparecidos*. Disponível em: <<http://interactivo.eluniversal.com.mx/desaparecidos/index.html>> acesso em 27/05/2017.

Folha de São Paulo: *Ayotzinapa, a solidão do México*. Disponível em <<http://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/15/ayotzinapa-a-solidao-do-mexico/>> acesso em 27/05/2017.

Folha de São Paulo: *Sequestro de 43 estudantes há um ano ainda assombra o México*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1686924-sequestro-de-43-estudantes-ha-um-ano-ainda-assombra-o-mexico.shtml>> acesso em 27/05/2017.

Galileu: *O que aconteceu com os 43 desaparecidos de Ayotzinapa?* Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/08/o-que-aconteceu-com-os-43-desaparecidos-de-ayotzinapa.html>> acesso em 27/05/2017.

La Jornada: *Desaparición forzada en México*. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/reportaje.info/desaparicion-forzada-en-mexico>> acesso em 27/05/2017.

Piauí: *Os 43 que faltam*. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-43-que-faltam/>> acesso em 27/05/2017.

Revista Proceso. Edição Especial, Ano 38, N. 48, Janeiro, 2015.